

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA HELENA CICCI ROMERO

**JONATHAS SERRANO EM 1932: UM ESCOLANOVISTA CATÓLICO EM MEIO
ÀS POLÊMICAS EDUCACIONAIS DE SEU TEMPO**

**UBERLÂNDIA – MG
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA HELENA CICCI ROMERO

**JONATHAS SERRANO EM 1932: UM ESCOLANOVISTA CATÓLICO EM MEIO
ÀS POLÊMICAS EDUCACIONAIS DE SEU TEMPO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Discini de Campos

**UBERLÂNDIA – MG
2020**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R763	Romero, Maria Helena Cicci, 1984-
2020	JONATHAS SERRANO EM 1932: UM ESCOLANOVISTA CATÓLICO EM MEIO ÀS POLÉMICAS EDUCACIONAIS DE SEU TEMPO [recurso eletrônico] / Maria Helena Cicci Romero. - 2020.
<p>Orientador: Raquel Discini de Campos . Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.26 Inclui bibliografia.</p>	
<p>1. Educação. I. , Raquel Discini de Campos,1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p>	
CDU: 37	

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação			
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 31/2020/274, PPGED			
Data:	Vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte	Hora de início: 9:00	Hora de encerramento: 13:00	
Matrícula do Discente:	11713EDU026			
Nome do Discente:	MARIA HELENA CICCI ROMERO			
Título do Trabalho:	"JONATHAS SERRANO EM 1932: UM ESCOLANOVISTA CATÓLICO EM MEIO ÀS POLÊMICAS EDUCACIONAIS DE SEU TEMPO"			
Área de concentração:	Educação			
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Estudos interdisciplinares em História da Educação (fontes, teoria e metodologia). DIRPE/PSFE Nº 0042/2020"			

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Cândido Moreira Rodrigues - UFMT; Mauro Castilho Gonçalves - PUC-SP; Márcio Danelon - UFU; Wenceslau Gonçalves Neto - UFU e Raquel Discini de Campos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Raquel Discini de Campos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do

Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2020, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenceslau Gonçalves Neto, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Moreira Rodrigues, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Castilho Gonçalves, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Danelon, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/01/2021, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2470431** e o código CRC **2181B030**.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria sido concluída sem o apoio do meu marido Rodrigo Santos Gonçalves. Registro aqui o agradecimento mais sincero e afetuoso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, e nele aos Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, Prof. Márcio Danelon, Profa. Raquel Discini de Campos, Prof. Sauloéber Tarsio de Souza, dos quais sempre recebi apoio integral em todos os momentos do curso. Na oportunidade, agradeço aos professores Dr. Décio Gatti Júnior e. Dr. Wenceslau Neto que no momento da qualificação trouxeram contribuições e indicações de autores importantes.

Agradeço aos historiadores Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues da UFMT que me orientou por diversas vezes, indicando obras de relevância para compor a tese, e ao Prof. Dr. Mauro Castilho que nos momentos de encontro do grupo de pesquisa: “também me orientou em relação a que caminho seguir, inclusive na indicação da procura pelo professor Cândido.

Agradeço à professora, amiga e Profa. Dra. Mariana Batista, da UFCAT, a quem tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado em 2012 e que me incentivou e orientou durante o doutorado.

Agradeço às minhas queridas parceiras e amigas Luciana Charão, que conheci durante o mestrado e se tornou uma grande amiga, e Jaqueline Calixto, pelas agradáveis companhias, incentivo, trocas de conhecimento e amizade.

Agradeço o apoio e estímulo para o ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação, da minha amiga e diretora Vanuza Aparecida de Souza.

Agradeço às minhas amigas de longa data, Érika (Keka), Érika (Crisão), Camila, Letielle, Lívia e Marília pela amizade e pela presença constante em todos os momentos importantes de minha vida.

Agradeço à minha querida mãe, Maria Elvira Cicci, e sogra, Simone Santos, que sempre estiveram dispostas a ficar com meus filhos João Elias, Maria Gabriela e Marco Antônio nos momentos de precisão, de ausência para os estudos.

Agradeço a meu pai, Márcio Romero, pelo incentivo ao ingresso e conclusão nos estudos. Enfim, agradeço à minha querida orientadora, Prof. Dra. Raquel Discini, pela paciência e incentivo durante as orientações.

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará

Lulu Santos (1983)

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é compreender o pensamento educacional de Jonathas Serrano, com especial atenção à investigação das aproximações e distanciamentos dos ideais da Escola Nova expressos no Manifesto de 1932, por meio da análise de sua obra *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, publicada em 1932. Para isso, apresento as redes de sociabilidade católicas nas quais Jonathas Serrano se inseriu no início do século XX e analiso parte de seus escritos. Sua trajetória e produção são significativas de um intelectual que participou do processo de construção da escrita da história nacional, bem como da formação de professores do ensino secundário brasileiro, e serão analisadas à luz dos aportes teóricos oriundos das áreas da História dos Intelectuais e da História Cultural. A leitura crítica do livro de Serrano, no qual ele justifica os motivos por não ter assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, é o principal objetivo desta tese. Naquele livro, o autor se apresenta enquanto um enunciador favorável ao projeto político, educacional e cultural da Igreja polemizando diretamente com os autointitulados “pioneiros” de então. No que concerne à História dos Intelectuais, a revisão bibliográfica referente ao autor Jonathas Serrano é realizada a partir da proposta de Sirinelli (2003) que indica três chaves de análise para o estudo dos intelectuais: itinerários, redes de sociabilidade e geração. Como instrumento de análise da obra, e visando compreender as apropriações e representações de Jonathas Serrano, que foi um intelectual do grupo dos católicos que abordou “os erros e exageros” da Escola Nova, recorre-se neste texto, às concepções teóricas de apropriação e representação, concebidas nos estudos de Chartier (1990), bem como aos conceitos de dialogismo e polifonia, oriundos do pensamento bakhtiniano (2011). Isto posto, foi possível perceber que, apesar de ser considerado tradicional e conservador pelos intelectuais daquele período, contatou-se a existência de uma linha tênue de seu pensamento em relação aos princípios da Escola Nova e da filosofia do catolicismo, pois ele tentou conciliá-los, no que diz respeito a educação.

Palavras-chave: Jonathas Serrano. História dos Intelectuais. Pensamento Educacional. Escola Nova.

ABSTRACT

The main objective of this research is to understand the educational thinking of Jonathas Serrano, with special attention to the investigation of the approaches and distances from the ideals of Escola Nova expressed in the 1932 Manifesto, through the analysis of his work Escola Nova: a serene debate in one word passionate, published in 1932. To this end, I present the Catholic sociability networks in which Jonathas Serrano was inserted at the beginning of the 20th century. His trajectory and production are significant of an intellectual who participated in the process of building the writing of national history, as well as the training of Brazilian secondary school teachers, and will be analyzed in the light of theoretical contributions from the areas of the History of Intellectuals and History Cultural. The critical reading of Serrano's book, in which he justifies the reasons for not having signed the Manifesto of Pioneers of New Education of 1932, is the main objective of this thesis. In that book, the author presents himself as a favorable enunciator for the Church's political, educational and cultural project, directly polemizing the self-titled "pioneers". With regard to the History of Intellectuals, the bibliographic review referring to the author Jonathas Serrano is carried out based on Sirinelli's proposal (2003), which indicates three keys of analysis for the study of intellectuals: itineraries, networks of sociability and generation. As an instrument of analysis of the work, and aiming to understand the appropriations and representations of Jonathas Serrano, who was an intellectual of the group of Catholics who approached "the errors and exaggerations" of Escola Nova, this text uses the theoretical conceptions of appropriation and representation, conceived in the studies of Chartier (1990), as well as the concepts of dialogism and polyphony, from Bakhtinian thought (2011). That said, it was possible to realize that, despite being considered traditional and conservative by the intellectuals of that period, there was a fine line of thought in relation to the principles of the New School and the philosophy of Catholicism, as he tried to reconcile them with regard to education.

Keywords: Jonathas Serrano. History of Intellectuals. Educational Thinking. New school.

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1	Relação de textos de Jonathas Serrano sob guarda do Arquivo Nacional	75
QUADRO 2	Relação de comentários escritos por Jonathas Serrano sob guarda do Arquivo Nacional	79
QUADRO 3	Esquema da obra <i>Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada</i>	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACB	Ação Católica Brasileira
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMCA	Círculo da Mocidade Católica
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LEC	Liga Eleitoral Católica
LSCMT	Liga Social Católica do Mato Grosso
LSN	Lei de Segurança Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIS	Museu da Imagem e do Som
PDC	Partido Democrata Cristão
UCB	União Católica Brasileira
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CATÓLICOS X RENOVAORES: O EMBATE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO	19
1.1 O catolicismo no Brasil do início do século XX	19
1.1.1 <i>Os católicos e a educação</i>	30
1.1.2 <i>As diretrizes da educação cristã</i>	33
1.2 A gênese das diretrizes da Escola Nova	40
1.2.1 <i>As interpretações sobre a Escola Nova no Brasil</i>	46
1.2.2 <i>Os pioneiros e a educação: O Manifesto dos Pioneiros de 1932 em questão</i>	48
1.2.2.1 <i>O gênero Manifesto</i>	48
1.2.2.2 <i>O Manifesto enquanto estratégia</i>	50
1.2.2.3 <i>O texto do Manifesto</i>	52
2 JONATHAS SERRANO: UM INTELECTUAL CATÓLICO E SEU TEMPO	58
2.1 O tempo: da aurora republicana ao Estado Novo	58
2.2 Os intelectuais católicos do período republicano	64
2.3 Jonathas Serrano: geração, itinerário e redes de sociabilidade	69
3 JONATHAS SERRANO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DOS IDEAIS DA ESCOLA NOVA	91
3.1 Aspectos do arcabouço do Manifesto de Jonathas Serrano	91
3.2 A responsividade ativa e polifonia no dialogismo de Bakhtin	96
3.3 Aproximações de Jonathas Serrano do pensamento escolanovista	99
3.4 O escolanovismo de Jonathas Serrano	113
3.5 A tese de Jonathas Serrano sobre os erros e exagerações da Escola Nova	115
3.6 Serenidade Científica: o julgamento do Manifesto de 1932	122
À GUIA DE CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra-se filiado à Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, por se tratar de um estudo que relaciona História dos Intelectuais e a História da Educação. O objetivo desta pesquisa é compreender o pensamento educacional de Jonathas Serrano, com especial atenção à investigação das aproximações e distanciamentos dos ideais da Escola Nova expressos no Manifesto de 1932¹, por meio da análise de seu livro *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, publicado em 1932.

O interesse por estudar Jonathas Serrano surgiu ao cursar a disciplina Educação e Modernidade, no ano de 2011, como aluna ouvinte do curso de mestrado, na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação – Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. As discussões realizadas na disciplina serviram como base para organizar as ideias e estruturar a problemática suscitada pela leitura do texto de Pimentel (2010), que abordava o programa Universidade do Ar, objeto de pesquisa do curso de mestrado, realizado no período de 2012 a 2014.

No mês de junho de 2011, dei os primeiros passos na pesquisa exploratória sobre o programa Universidade do Ar, veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro e destinado à formação de professores secundaristas, na década de 1940, durante o Estado Novo.

Para assegurar a viabilidade da pesquisa procurei a documentação disponível e um referencial teórico inicial para elaborar o projeto de pesquisa, que constitui uma das etapas da seleção para o ingresso no curso de mestrado na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Foi nesse momento que iniciei a operação historiográfica sobre os vestígios do passado transformados por mim em fontes (CERTEAU, 1988).

Uma importante referência sobre o tema foi o livro *O rádio Educativo no Brasil*, de autoria de Fábio Prado Pimentel, que analisou a educação pelo rádio no país, apresentando os principais projetos realizados nessa área. De acordo com Pimentel (2010), simultaneamente à criação e ao desenvolvimento do Serviço de Radiodifusão Educativa - SRE, algumas experiências particulares destacaram-se nessa área como alternativas ao sistema oficial.

¹ O título na íntegra do Manifesto é “A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Este Manifesto é referenciado ao longo da tese como Manifesto, Manifesto de 1932, Manifesto dos Pioneiros e Manifesto dos Pioneiros de 1932. Este documento pode ser lido na íntegra em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205210. Acesso em: 15 jun. 2020.

A primeira dessas experiências foi a criação da Universidade do Ar, em 1941, pelo diretor da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Gilberto de Andrade. O programa era supervisionado pela Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura - MEC, dirigida pela professora Lúcia de Magalhães (PIMENTEL, 2010).

Meu interesse foi despertado pela questão de como se configurou o fenômeno da educação a distância, via rádio, destinado aos professores secundaristas. Dessa forma, fiz da Universidade do Ar meu objeto de estudo.

Nesse sentido, desde junho de 2011, quando iniciei uma pesquisa exploratória na Rádio Nacional, no Museu da Imagem e do Som – MIS, e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, me dedico à investigação dos registros realizados sobre a Universidade do Ar, averiguando, assim, a viabilidade da pesquisa. Encontrei uma variedade de fontes: faixas de programa de rádio, cartas, recortes de jornais e revistas, livros, dentre outros. A análise dessas fontes culminou na escrita da dissertação de mestrado intitulada *UNIVERSIDADE DO AR: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941-1944)*, e, posteriormente, culminaria na proposta do projeto de pesquisa para o doutorado sobre a trajetória de Jonathas Serrano, enquanto atuante intelectual católico.

Vale mencionar que foi necessário fazer uma seleção das fontes, mas não de maneira ingênua, pois, como demonstram Galvão e Lopes (2010, p. 67):

A seleção já está feita por diversos agentes: aqueles que produziram o material, os que o conservaram ou deixaram rastros de destruição (intencional ou não); aqueles que o organizaram em acervos, e o próprio tempo. Nesse sentido, a história será sempre um conhecimento mutilado: só conta aquilo que é possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível.

O primeiro contato com as fontes ocorreu durante uma visita ao site sobre a vida e a obra de Malba Tahan². Ali foi possível encontrar documentos sobre a Universidade do Ar. Um deles é a imagem da capa das Instruções do Programa Universidade do Ar para o ano letivo de 1941; outro, é um cartão das escalas de aulas, nos quais encontram-se os nomes dos professores e o cronograma de suas aulas. Ao analisar o referido cartão, foi possível ter acesso a novas referências, através dos nomes dos professores que participaram do programa, como é o caso de Jonathas Serrano.

² Júlio César de Mello e Souza foi um professor, matemático e escritor. Por meio de seus romances infanto-juvenis, foi um dos maiores divulgadores da matemática no Brasil. Para lançar-se como escritor, “Mello e Souza resolveu criar uma figura exótica e estrangeira, o Malba Tahan, e passar como tradutor dos contos e livros desse. O sucesso dessa ideia de Mello e Souza foi imediato e ele acabou escrevendo dezenas de livros para seu Malba Tahan: A Sombra do Arco-Íris, Lendas do Deserto, Céu de Allah, etc, etc e o muito famoso O Homem que Calculava”. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~portosil/malba.html>. Acesso em: 06 ago. 2020.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, foi possível localizar alguns documentos referentes à Universidade do Ar e ao trabalho de Jonathas Serrano como professor e entusiasta daquele projeto. Foi encontrada uma variedade de fontes: aulas datilografadas, cartas trocadas entre o professor e seus alunos, recortes de jornais e revistas, livros, dentre outros.

No processo de levantamento bibliográfico sobre o autor, bem como no garimpo de documentos produzidos por ele, deparei-me com o livro publicado por Jonathas Serrano em 1932, *Escola Nova: uma palavra serena em um debate apaixonado*, no qual ele justifica os motivos por não ter assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Neste livro, o autor se apresenta enquanto um enunciador a favor do projeto político, educacional e cultural da Igreja, mas, no entanto, como um adepto da renovação do ensino.

Em relação à ampliação de abordagens, fontes e temas nos estudos históricos, até o século XIX, predominava uma historiografia de cunho positivista, que considerava apenas os documentos escritos e oficiais como fontes legítimas de investigação histórica. Estudos que valorizavam os grandes feitos, as datas, acontecimentos, eventos, os fatos históricos e os “grandes” nomes. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, surge na França, a chamada escola ou movimento dos *Annales*, que irá promover uma verdadeira revolução historiográfica com novos objetos, temas e abordagens. As fontes escritas, agora, são apenas uma das possíveis fontes de investigação, visto que pesquisadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e outros, de gerações posteriores, vão propor uma ampliação de fontes para: obras literárias, pinturas, músicas, peças teatrais, diários, filmes. Isto é, todos os vestígios do passado tornam-se passíveis de investigação por parte do historiador.

Os fundadores da *Revista Annales*, em 1929, foram os pioneiros de uma história nova e insistiram na necessidade de ampliar a noção de documento:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1949, p. 428, citado por LE GOFF, 2003, p. 530).

Destaque-se que, sob a influência de tais modificações que se desenvolveram no âmbito dos estudos históricos de matriz europeia, principalmente a partir da chamada Nova História, nos anos 1970, houve relativa ampliação dos temas abordados e das fontes utilizadas pela História da Educação. Aos poucos, os pesquisadores da área adotaram a concepção de que a história se escreve com base em quaisquer traços ou vestígios do passado (BURKE, 1997; FARIA FILHO, 2005; 2012).

Em suma, o texto a ser examinado pela banca avaliadora está dividido da seguinte forma:

No primeiro capítulo, *Católicos x renovadores: o embate no campo educacional brasileiro*, tratamos de contextualizar o catolicismo no Brasil do início do século XX, bem como evidenciar as diretrizes da educação cristã nesse período. Posteriormente, busca-se compreender os ideais educacionais dos renovadores, além de fazer uma breve exposição do contexto histórico educacional dos anos de 1930, com foco na Escola Nova.

No segundo capítulo, *Jonathas Serrano: um intelectual católico e seu tempo*, abordamos a discussão sobre os intelectuais no período republicano e apresentamos a trajetória de Jonathas Serrano. O percurso teórico-metodológico para análise do autor, no segundo capítulo, se inspira na obra de Jean-François Sirinelli, um dos principais historiadores representantes da Nova História Política e da História do Tempo Presente.

Sua obra teórico-metodológica busca uma linha de análise que considera os intelectuais como objeto de estudo. Para isso, adota a perspectiva da História Cultural, que toma no circuito de produção, divulgação e recepção dos produtos culturais. Entretanto, a pergunta sobre quem pode ser considerado intelectual ganhou contornos complexos.

Após analisar os motivos da ausência de estudos sobre os intelectuais no âmbito da pesquisa histórica, considerou-se tratar mais de uma falta de olhar do que descrédito da academia em relação ao tema. Assim, os anos de 1970 e 1980, apresentaram um avanço na pesquisa da história dos intelectuais e tornou-se um campo histórico autônomo, aberto e com cruzamentos da história política, social e cultural. (SIRINELLI, 2003)

Em relação aos estudos históricos dos intelectuais, se destacou com frequência o caráter polissêmico do termo intelectual, com definições que podem desembocar em duas compreensões: uma, sociocultural, abrangendo os criadores e mediadores; outra, “baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2003).

No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo no meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta. A segunda definição mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator, mas

segundo modalidades específicas como, por exemplo, a assinatura de manifestos, testemunha ou consciência (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Para Sirinelli (2003), as duas acepções não devem ser analisadas de forma autônoma, mas, sim, articuladas, pois são dois elementos de natureza sociocultural que devem ser historicizadas. De acordo com Alves (2020, p.3):

Adotando o ângulo da História Cultural, focado no circuito de produção, divulgação e recepção dos produtos culturais, a pergunta sobre quem pode ser qualificado como pertencente à categoria “intelectuais” ganhou contornos complexos. Procurando um critério de delimitação, Sirinelli recaiu sobre outra categoria, a do engajamento na vida da “cíté”, ou seja, o engajamento político. A palavra “cíté” não possui, na língua francesa, um significado particular, associado a uma história para a qual não temos correspondente na língua portuguesa. Refere-se a participação na coletividade, de modo a interferir e buscar contribuir nas decisões de caráter conjunto, embora nem sempre de interesse comum, ou seja, na condução da política, no seu sentido lato.

Dessa forma, o engajamento deve ser analisado como uma construção histórica, com cronologias, metamorfoses e situações com contextos específicos. Alves (2020) afirma que, ao trazer o engajamento para o centro da caracterização do intelectual, sem deixar de relacioná-lo com as formas de produção, circulação e recepção dos produtos culturais, Sirinelli promoveu duas operações conjugadas: “[...] vinculou o intelectual à atividade política e conferiu à política uma dimensão intrinsecamente cultural” (ALVES, 2020, p. 4).

Ainda de acordo com Sirinelli, o engajamento não acontece apenas de forma direta no debate da ação política; ele pode se manifestar também de forma indireta.

No direto, os intelectuais apresentam-se como atores ou testemunhos dos acontecimentos, canalizando suas energias para descrevê-los, interpretá-los, adotarem posições. No engajamento indireto, pode haver uma atitude passiva, reclusa e até refratária à ação política direta, mas o resultado do trabalho do intelectual repercute nas linhas de força que orientam a reflexão geral, o que Sirinelli denomina de “visão de mundo da classe intelectual”. (ALVES, 2020, p. 5, grifo do autor).

Outra questão que deve ser levada em consideração na pesquisa sociocultural e histórica dos intelectuais é a abundância da documentação, ou seja, sua amplitude e diversidade, que é própria do campo estudado e que pode se tornar um obstáculo na pesquisa, caso o pesquisador não consiga selecionar os materiais de forma adequada para, posteriormente, analisá-los. Diante disso, Sirinelli (2003, p. 232) conclui que:

A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de

elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. Aberturas conceituais e progressos do conhecimento custam esse preço, mesmo que nas últimas décadas, em certos setores da corporação historiadora, tenha sido considerado de bom-tom ridicularizar a "erudição".

Com o intuito de minimizar a questão da abundância de documentação, o que pode se tornar problemático, Sirinelli propõe três chaves de análise para o estudo dos intelectuais: itinerários, redes de sociabilidade e geração. Por meio delas, torna-se possível verificar como as ideias dos intelectuais ganham forma na sua produção.

A observação e a comparação dos itinerários possibilitam verificar os eixos de engajamento dos intelectuais não se limitando às trajetórias das grandes personagens ou do "estrato intermediário", que são aqueles intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram. É preciso, por meio das fontes, averiguar a importância que tiveram enquanto viveram e também analisar até os estratos mais escondidos dos "despertadores", que são aqueles que nem sempre foram conhecidos ou que nem sempre tiveram uma reputação coerente com seu papel real, mas que inspiraram na cultura e na política, as gerações seguintes (SIRINELLI, 2003).

A descrição desses três níveis e dos mecanismos de capilaridade em seu interior facilitaria sobretudo a localização de cruzamentos, onde se encontrariam *maîtres à penser* "despertadores", e o esclarecimento de genealogias de influências—pois um "despertador" pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes —, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais. (ALVES 2020, p. 5).

Os itinerários apresentam problemas de reconstituição no que diz respeito às questões de interpretação. As trajetórias inevitavelmente pedem esclarecimento, comparação, e, especialmente, interpretação. "O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas." (SIRINELLI, 2003, p. 247).

De acordo com Alves (2020), para Sirinelli, os itinerários permitem a reconstituição de trajetórias que se cruzam e que incorporam elementos que dão destaque às leituras, encontros e posições institucionais, constituindo prosopografias³. De acordo com essa concepção, é preciso confrontar os itinerários individuais, isto é, os passos dados pelo intelectual que se quer analisar, para que sejam comparados com os de outros sujeitos presentes nos seus contextos de formação.

Por isso, o autor fala em itinerários de níveis diferenciados: além daquele posto em foco, os de intelectuais de menor projeção ou mesmo desconhecidos, cuja existência foi apagada na memória coletiva, mas que tiveram papel relevante na constituição

³ A prosopografia é o estudo da carreira de uma pessoa através da informação sobre ela constante em fontes históricas.

das escolhas, das opções ideológicas, na postura de estudos, no quadro de valores. Nesse grupo, inserem-se professores, mas, também, outros indivíduos que tenham marcado intelectualmente o sujeito em formação. (ALVES, 2020, p. 7).

Ainda nesse sentido, o autor afirma que Sirinelli propõe as outras duas categorias, redes de sociabilidade e geração, com o objetivo de superar a simples descrição da trajetória, com vistas a uma interpretação. Foi Maurice Agulhon quem primeiro aproximou o conceito de sociabilidade da pesquisa histórica, e Sirinelli quem lhe deu um estatuto de recurso metodológico indispensável ao estudo dos intelectuais (ALVES, 2020).

A rede de sociabilidade pressupõe escolha, resulta de um gesto voluntário, enquanto no itinerário intelectual, os encontros ocorrem por fatores de ordens diferentes da decisão individual. Portanto, as redes de sociabilidade revelam uma afinidade de ordem intelectual e política em seu sentido mais amplo. Entretanto, o movimento de união entre os intelectuais não se dá somente por ações racionais. Este movimento está relacionado com as simpatias, hostilidades, amizades, rancores, solidariedade e competição, que se juntam nas configurações e nos deslocamentos que demarcam as redes de sociabilidade, pois se tornam materialidade de formas organizativas, como exemplo: revistas, associações ou manifestos.

Em face disso, são os itinerários intelectuais que permitem identificar os pontos de encontro, as confluências de pensamento, o fortalecimento de elos que podem se manter no tempo, ou não, e que também devem ser historicizados.

Por esse motivo, além da reconstituição do seu processo de construção, naquele movimento de retomar o curso do rio, as redes de sociabilidade devem ser analisadas naquilo que cimenta as adesões e dissensões, que Sirinelli denominou como “microclima”. Nesse microclima, vale notar as relações de poder que atravessam essas redes de sociabilidade. (ALVES, 2020, p. 7).

No que diz respeito às redes de sociabilidade, as revistas também são consideradas “um lugar precioso para a análise do movimento de ideias” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Apesar de possuir uma natureza diferente, são essenciais e estão entre as estruturas elementares, pois permitem averiguar as amizades, influências e discordâncias que exercem de acordo com análise das posições tomadas, debates originados e disputas.

O conceito de geração é fundamental para completar os dois anteriores. Entretanto, esse conceito não pode ficar restrito as faixas etárias e datas de nascimento, pois as gerações são multiformes. Dessa forma, entende-se que não existe geração homogênea, pois existem “cortes decorrentes das mais diferentes fraturas que compõem o momento social: fraturas de classes sociais; de pertencimentos regionais; de faixas de escolarização; de identificações ideológicas; de práticas culturais etc.” (ALVES, 2019, p. 36). Sendo assim, é preciso entender que um determinado grupo

tem distinções mesmo que pareçam unidos em um fenômeno geracional. Por isso, “quando falamos de geração, estamos nos referindo a um grupo recortado, circunscrito, dentro do conjunto da população de uma mesma faixa etária” (ALVES, 2020, p. 36).

Em contrapartida, o conceito de geração, inicialmente, pressupõe um corte histórico. Mesmo com os cuidados referidos antes é preciso caracterizar uma geração por meio de um “uma mudança extrema, um desvio de rota, uma emergência” (ALVES, 2020, p. 36). Nesse sentido, Sirinelli declara que os grandes eventos históricos que levaram mudanças extremas colocam em cena gerações, que se apresentam de maneira divergente do período que lhes antecedeu. As transformações culturais que interferem no meio intelectual também é uma outra forma de abordar a geração. Nessa situação, não se trata de um grande impacto, mas pode gerar mudanças que mudam a prática dos intelectuais. Assim sendo, a geração não pode ser medida por quantidade de anos, pois está suscetível “as ondas da história, por vezes mais longas, por vezes mais curtas” (ALVES, 2020, p. 37).

A geração é a chave de análise que auxilia o historiador a interpretar os itinerários e as redes de sociabilidade. Ela ajuda na compreensão das escolhas, da formação, do terreno institucional, dos espaços de circulação cultural, do impacto das inovações tecnológicas, permitindo perpassar pelos níveis local, nacional e internacional (SIRINELLI, 2003).

Serrano foi um intelectual representativo que participou do projeto político e cultural da Igreja Católica no início do século XX, no Brasil, durante o período republicano, utilizando, para isso, a história e a imprensa, pois propagou seu ideário católico em revistas, jornais e livros, além de circular por diversas instituições científicas e educacionais.

No terceiro capítulo, *Jonathas Serrano: aproximações e distanciamentos das ideias da Escola Nova*, busca-se compreender por que Jonathas Serrano não assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e quais eram suas aproximações e distanciamentos com o movimento da educação renovada do período. À luz da teoria bakhtiniana, particularmente dos conceitos de dialogismo e polifonia, busca-se desvendar as polêmicas, os distanciamentos e aproximações entre o grupo de Serrano e o dos escolanovistas.

O percurso metodológico para analisar o livro de Serrano perpassa pelas concepções teóricas de apropriação e representação, concebidas nos estudos de Roger Chartier (1990).

No início do século XX, o campo educacional brasileiro passou por acirrados debates entre diversas forças políticas, das quais se destacaram os grupos renovadores e católicos, cada qual munido de estratégias de modo a consolidar seus valores e princípios pedagógicos. Neste trabalho, dá-se destaque ao grupo católico e às suas principais estratégias, por exemplo, a publicação de livros e manuais destinados a professores, materiais que se baseavam em princípios da Escola Nova, porém ressignificados pela visão de mundo católica.

Desse modo, para compreender as apropriações e representações de Jonathas Serrano, que foi um intelectual do grupo católico e escreveu um livro que abordou “os erros e exageros” da Escola Nova, recorre-se, neste texto, aos conceitos de apropriação e representação.

Segundo Chartier (1990, p. 26),

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais culturais) e inscritas nas práticas específicas que a produzem.

Nesse sentido, a apropriação é um processo “por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (CHARTIER, 1990. p. 24). Ainda com Chartier (1990, p. 24):

Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode aplicar-se à situação do leitor, por outras palavras como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Tal entendimento põe em evidência a pluralidade dos modos de emprego e a possibilidade da diversidade das leituras. Assim, há que se considerar a possibilidade de formas diferenciadas de decodificação, interpretação e representação. E, ainda, o texto é compreendido como um bem cultural, uma produção de representações sociais e culturais. Um mesmo texto pode ser lido por várias pessoas e pode ser interpretado, ressignificado e apropriado de diferentes formas de acordo com os contextos e lugares em que é lido. É por meio dessa prática de apropriação que se dá a possibilidade de sentido por parte dos leitores. Os textos, como bens culturais, são produzidos de acordo com ordens, regras, convenções e hierarquias específicas. Para tanto, o ato de criação envolve-se numa relação de poderes, de dependência, de regras e códigos de inteligibilidade.

Em relação às representações, Chartier (1990, p. 17) expressa: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” Diante disso, para cada caso, é necessário relacionar o discurso proferido com a posição de quem o utiliza. As percepções do social não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas sociais, escolares e políticas que acabam por impor uma autoridade com o objetivo de validar um projeto reformador ou de provar para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas. Por essa razão, as representações estão constituídas sobre um campo de concorrências e competições, de poder e dominação (CHARTIER, 1990).

Chartier (1990) afirma que a prática de representação tem dupla dimensão, pois indica uma ausência e uma presença. A primeira, presume uma distinção radical entre o que representa e o que é representado, e a segunda, indica a apresentação pública de algo ou alguém. Assim, o conceito de representação implica o surgimento de uma presença a partir da ausência. Neste caso, o conceito de representação se trata aqui, de uma ordem e razão de uma representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém, permitindo da ausência surgir uma presença.

Nesse sentido, pretende-se mostrar como um intelectual católico representou os princípios escolanovistas no seu livro. Defende-se, pois, que Jonathas Serrano foi um agente produtor de sentido, enquanto um intelectual que leu um repertório de textos que traziam os princípios escolanovistas e que se apropriou desses escritos, ressignificando-os e reinventando-os conforme seus ideais filosóficos e a partir de suas redes de sociabilidade, experiências e interesses.

Por último, levando em consideração os estudos de Chartier (1990) que revelam a importância das análises sobre os suportes do texto, isto é, suas disposições tipográficas, a organização das páginas, a apresentação das ilustrações e outros tipos de recursos técnicos por meio dos quais os livros chegam aos leitores, faz-se necessário, ainda no terceiro capítulo, descrever as características estruturais do livro de Jonathas Serrano.

Nas considerações finais, procurou-se retomar os argumentos que respondem à problemática sobre as aproximações e distanciamentos presentes na obra de Serrano em relação aos ideais escolanovistas defendidos no *Manifesto de 1932*. Deste modo, foi possível perceber que, apesar de ser considerado tradicional e conservador pelos intelectuais daquele período, contatou-se a existência de uma linha tênue de seu pensamento em relação aos princípios da Escola Nova e da filosofia do catolicismo, pois ele tentou conciliá-los, no que diz respeito a educação.

1 CATÓLICOS X RENOVAORES: O EMBATE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Neste capítulo, se busca compreender as tensões observadas no campo educacional brasileiro entre católicos e renovadores no início do século XX. O ponto de partida é a apresentação de como se consolidou o pensamento católico no Brasil nesse período. Depois, busca-se compreender os ideais educacionais de renovadores e católicos, bem como fazer uma breve exposição do contexto histórico dos anos 1930 com relação ao campo educacional, com foco na Escola Nova.

Durante os anos 20, a elite intelectual e política brasileira levantou como bandeira a ideia de que a educação era a base da construção de um país moderno. As temáticas educação e saúde ocuparam lugar de destaque nos debates em torno de projetos que pretendiam reestruturar o país. Acreditava-se que a educação seria a mola propulsora da sociedade e elemento saneador das crises que afetaram o país.

Ao longo da Primeira República, a questão da instrução pública foi tema de destaque e desencadeou manifestações culturais e políticas pelo país. Entretanto,

[...] foi a partir da Revolução de 1930 que se deu a constituição do campo educacional como área política setorial do Estado Nacional, não apenas pela formação de uma especialização do aparato estatal da união com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1931, mas, sobretudo, pela constituição de sujeitos políticos nacionais voltados especificamente para essa área de atuação (XAVIER, 1999. p. 37).

É, pois, a partir da Revolução de 30 que se intensificam as discussões e mobilizações em torno da implementação de um sistema público de ensino. Nesse contexto, abordar a problemática da educação brasileira é também considerar os impasses, tensões e negociações que permearam o processo de constituição do próprio estado republicano no Brasil.

A chegada de novas forças políticas ao poder, a ele alçadas pela Revolução de 30, suscita uma disputa entre católicos e renovadores pela hegemonia no campo educacional. Com o avanço das ideias liberais no país, predominava, desde a primeira Constituição republicana, de 1891, uma visão de laicização da educação escolar. Assim, enquanto os renovadores propunham a obrigatoriedade, a laicidade e a gratuidade de instrução pública, a Igreja defendia sua permanência e influência sobre a sociedade brasileira.

1.1 O catolicismo no Brasil do início do século XX

Para Miceli (2009), antes do cancelamento do regime de Padroado⁴, houve uma deterioração do relacionamento entre Igreja e Estado, começando pelas liberdades de culto, o casamento civil obrigatório que acabaram dar margens para que protestantes pudesse construir escolas e igrejas.

A proclamação da República em 1889, gerou o conflito entre bispos e intelectuais liberais que levou a quebra dos laços oficiais entre a Igreja e Estado em 1890 e a Constituição de 1891 levaram ao fim: o Estado confessional, o regime de Padroado e o Regalismo⁵. O novo governo oficializou o Estado laico e aconfessional. Depois desse período, a Igreja começou a restaurar de forma não oficial os vínculos com o Estado que oficialmente foi rompido.

Nesse período, o regime de Separação não privilegiou a religião de Estado, mas deu liberdade de ação a Igreja, o que lhe permitiu estreitar laços com a Santa Sé. Essa liberdade levou a Igreja a aprofundar a reforma tridentina e romanizante e reestruturar o poder eclesiástico sem a interferência do Estado regalista. Nesse momento, iniciou o movimento conhecido como reação católica, assim definido por Jackson de Figueiredo⁶(VILLAÇA, 1975).

A Igreja pretendia restaurar o sistema de Cristandade⁷ para combater o Estado liberal e laico em uma situação denominada de “descristianização”. Com isso, surgiu o ideal de neo-Cristandade e instituições confessionais como escola, partido, imprensa e as associações operárias. Nos anos de 1910 e 1920, cresceram no Brasil a imprensa e os colégios secundários católicos. Esse projeto de neo-Cristandade foi impulsionado no País, sob a liderança de Dom Sebastião Leme⁸, que publicou em 1916 uma carta pastoral que para Mainwaring (2004) marcou esse novo período da Igreja.

⁴ “É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos).” Disponível em:http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm. Acesso em: 24 março 2020.

⁵ Entende-se por regalismo: “a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceitos, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo.” CASTRO, (2002. s/p)

⁶ Jackson de Figueiredo Martins (1891 - 1928) formou-se em Direito, além de ter se dedicado a política e ao jornalismo. Sua obra influenciou o pensamento conservador, tradicionalista e reacionário no Brasil. Disponível em:https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/A Era Vargas 1/biografias/jackson_de_figueiredo. Acesso em: 05 set 2020.

⁷ “Esse termo não é considerado sinônimo de Cristianismo. Este é um sistema religioso particular e que apresenta hoje uma tríplice tradição: o Catolicismo, a Ortodoxia e a Reforma. A Cristandade, é entendida com um sistema de relações da Igreja e do Estado numa determinada sociedade e cultura” (GOMES, 2011. p. 25).

⁸ Dom Sebastião Leme nasceu no Espírito Santo do Pinhal, em 1882, e morreu em 1942, no Rio de Janeiro. Foi arcebispo do Rio de Janeiro e líder da Igreja Brasileira desde 1921 até 1942. (MAINWARING, 2004). Apoiou Jackson de Figueiredo na criação do Centro Dom Vital. Seu objetivo era uma participação maior dos católicos na vida do país. Para isso, fundou, em 1922, a Confederação Católica, com o objetivo de melhor coordenar a ação dos leigos e das associações católica. Disponível em:<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/A Era Vargas 1/biografias/sebastiao_leme> Acesso em: 07 set. 2020.

A carta pastoral relatava as dificuldades da Igreja institucional, as falhas das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa e a ausência de intelectuais católicos, as dificuldades financeiras e a limitada influência política.

Diante disso, a Igreja tentou firmar uma “[...] aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política” (MICELI, 2009, p. 19). Os prelados eclesiásticos fizeram alianças com grupos ligados ao poder oligárquico.

A Igreja se converteu em um espaço de “encenação das solenidades de legitimação e ostentação do poder oligárquico, quer por ocasião das festividades (dia do (a) padroeiro (a) procissões, te-déuns etc.) inscritas no calendário religioso quer através de rituais de serviço com o timbre eclesiástico (batizados, casamentos, enterros, posses, formaturas, jubileus etc.) (MICELI, 2009, p. 26).

Além do apoio ao poder eclesiástico os bispos mais atuantes passaram a colaborar com as campanhas que mobilizavam a juventude para o alistamento militar, organizavam procissões cívicas, e, também, pastorais, e páscosas dedicadas aos militares com o intuito de demonstrar solidariedade a estes. A separação do Estado foi algo que a Igreja não aceitou, o que a levou a mobilizar todas suas forças para reverter essa condição.

Em relação aos movimentos de massa, a Igreja Católica tinha o objetivo de legitimar o discurso religioso por meio da política. Com isso propunha a formação de um Estado forte, com bases autoritárias, cristão e que tivesse uma boa recepção por parte das camadas populares, que reconhecia o valor social da Igreja. Nesse sentido, Azzi esclarece:

É preciso sempre ter sempre presente a concepção então dominante a respeito da Igreja como sociedade perfeita e superior ao Estado. Assim, a política em si era considerada uma atividade menos digna somente valorizada quando colocada a serviço dos interesses religiosos. Por conseguinte, a hierarquia católica não estimulava a participação política, mas apenas recomendava que fosse utilizada na defesa dos princípios cristãos (AZZI, 2003, p. 10).

A prática da formação de um Estado Forte com bases autoritárias, no Brasil da primeira metade do século XX, para Moura (2012, p. 26), esteve presente com a Ação Integralista Brasileira (AIB) que, em suas fileiras, contou com membros da Igreja romana e com os intelectuais militantes do movimento de Restauração Católica.

A AIB foi um movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em 1932. Foi o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país. Era uma doutrina nacionalista que combatia o capitalismo financeiro, o liberalismo, o socialismo e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. O objetivo maior era assentado em princípios

unificadores, cujo lema era: “Deus, Pátria e Família”. Nessa perspectiva, das relações entre a sociedade e o Estado, o Integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e apresentação individual dos cidadãos. Assim sendo, o chefe da nação deveria gerir o Estado Integral. Nesse momento, os católicos eram simpáticos ao movimento integralista, contudo, a maioria dos bispos não concordava em considerá-lo como expressão do pensamento da Igreja.

A organização eclesiástica buscava formas de recuperar boa parte do seu terreno político e institucional perdido com a separação entre Igreja e Estado. Além do que, a educação fora laicizada, a religião, extinta dos currículos, e os governos em todos os níveis: federal, estadual e municipal não podiam subvencionar escolas religiosas. Apesar disso, a Igreja com sua política expansionista, enquanto estratégia de reação, não deixou de prestar serviços educacionais para as elites.

De acordo com Miceli (2009), o ensino secundário confessional foi um dos empreendimentos eclesiásticos mais rentáveis do período, apesar das sucessivas reformas educacionais que seguiam os princípios escolanovistas e rejeitavam: o ensino religioso, a subvenção às escolas confessionais e a concorrência das crescentes escolas protestantes. Os grupos dirigentes, isto é, a elite política católica, se dedicaram ao sucesso dessa política educacional que foi gerida pelas autoridades diocesanas. Eles emprestavam ou cediam terrenos e prédios em condições vantajosas, financiavam bolsas de estudos, convênios, contratos de serviços e matriculavam seus filhos nas escolas secundárias confessionais.

Na verdade, o Estado republicano se submeteu ao indicativo de que a direção intelectual e moral da sociedade não podia ficar apenas sob sua tutela. Portanto, a colaboração da Igreja era providencial. Entre os anos de 1910 a 1934, a Igreja e o Estado voltaram a se unir em torno de um projeto conservador, isto é, o da manutenção da ordem, cujo objetivos eram: o consenso social e religioso, a unidade territorial, a busca de homogeneização dos padrões e comportamento da população.

O Estado republicano curvava-se diante da necessidade de deixar à Igreja a sua função tradicional de gerar o consenso social, de formar as consciências dos indivíduos, formando-os simultaneamente como bons católicos e bons cidadãos. O Estado foi se rendendo, durante a Grande Guerra, com as dificuldades dos anos 20 e 30, ao fato sociológico da maioria católica, da “pátria católica”, e passou a adotar uma política de estreita colaboração com a Igreja, já que esta reunia formalmente a maioria da população brasileira (GOMES, 2011. p. 34).

Ademais, a Igreja reagiu pressionando para que fossem restabelecidos o ensino religioso nas escolas públicas e a difusão do seu ideário pedagógico, mediante a publicação de livros, artigos, revistas e jornais, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas, assim como na formação de professores, pois dispunha de suas próprias Escolas Normais. Nesse sentido, Moura (2012, p. 16) afirma que:

O movimento de Restauração Católica agregou eclesiásticos e intelectuais conservadores na busca pela reativação do poder político da Igreja romana, por meio do ensino confessional, da organização de instituições católicas de assistência e de uma imprensa comprometida com as doutrinas eclesiásticas.

Diante disso, os intelectuais conservadores desenvolveram suas ideias por meio da recusa das propostas iluministas, das ideias defendidas na Revolução Francesa e no projeto da modernidade. Eram contra a democracia, o pensamento de esquerda, a igualdade entre os sexos e as mudanças que atingissem as bases do tradicionalismo e do autoritarismo. Os conservadores defendiam a família, os princípios religiosos, morais e de manutenção das tradições culturais católicas. Assim, Azzi destaca:

É, sem dúvida, a partir dos anos 20 que a presença do laicato católico se torna mais expressiva no cenário nacional, com posições diversificadas. Com relação à natureza do Estado, existe uma adesão quase unânime ao regime republicano, não obstante uma minoria simpatizante da Monarquia. Quanto ao poder do Estado, ocorre inicialmente uma uniformidade na defesa de um governo forte e autoritário, com uma abertura paulatina para a aceitação da democracia (AZZI, 2003, p. 11).

Assim, o movimento de recatolização desenvolveu a parceria entre os discursos da Igreja Católica e alguns intelectuais dos principais centros de estudo e pesquisa do país. Essa colaboração foi importante para incorporar as recomendações religiosas na academia, que era considerada como espaço de combate à religião.

Deste modo, os representantes do movimento de Restauração Católica contribuíram para a formação de um grupo letrado vinculado com os projetos da Igreja, com a família e com a ordem social e que defendia as determinações da Santa Sé romana cujo objetivo era a sacralização da política. “Os intelectuais católicos eram considerados responsáveis pela efetivação de ações na esfera pública e pelo reconhecimento dos adversários sociais específicos, colaborando, deste modo, com as propostas da Igreja” (MOURA, 2012, p. 21).

Esse novo modelo de Igreja atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente e insistia num catolicismo mais vigoroso e percebia como direitos indispensáveis: a influência católica em relação ao sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Por meio dele, a Igreja reanimou sua presença na sociedade e tinha como nova missão conquistar maiores espaços dentro das principais instituições.

Para Villaça (1975), o primeiro a representar no Brasil a renovação católica foi Júlio Maria, que também agiu por meio da pregação. Sua influência atingiu as camadas populares. Dos três convertidos no final do século XIX temos: Júlio Maria, em 1880, Nabuco, em 1892, e Felício dos Santos, em 1897. Entretanto, foi Júlio Maria que fez frente a uma militância católica de abertura. Villaça (1975, p. 10), o considera como um “quase liberal”.

Júlio Maria morreu em 1916. Nabuco estava morto desde 1910. Eduardo Prado, desde 1901. Laet ficava, pois, sozinho como o único escritor e quase pensador católico no Brasil. E foi então que surgiu a figura controvertida, poderosa, estranhíssima, de Jackson de Figueiredo. Um meteoro, um agitador de ideias. Um rapaz que morreu aos 37 anos e, no entanto, deixou um sulco impressionante de muitas almas, e almas as mais diversas. Esse homem foi amigo de Tristão de Ataíde e de um Lourival Fontes, de um Sobral Pinto, e de um Hamilton Nogueira, de um Durval de Moraes e de um Francisco Karam, de um Barreto Filho e de um Augusto Frederico Schmidt, de um Afonso Pena Júnior e de um Leonel Franca. E a verdade é que a sua personalidade nos escapa (VILLAÇA, 1975, p.11).

Jackson de Figueiredo foi um jornalista político, panfletário, foi um homem público reacionário. Para ele, ser reacionário era ser antiliberal, isto é, contra a democracia liberal. Ele era a favor da ordem, da autoridade e da estabilidade. Baseava-se no pensamento contra revolucionário francês do século XIX, produzido por Louis de Bonald e Joseph de Maistre⁹, quer dizer, "[...] a doutrina da ordem" (VILLAÇA, 1975, p. 11). Em 1921, fundou a primeira revista de intelectuais católicos escolhendo como título a palavra ordem. Desde então, esteve à frente da revista *A Ordem*¹⁰(1921 - 1990) e em 1922 fundou o Centro Dom Vital que reunia os intelectuais católicos que publicavam na revista (VILLAÇA, 1975). Jackson de Figueiredo foi figura de destaque na restauração católica desde a época de sua conversão, em 1918, até sua morte em 1928.

Azzi (2003) afirma que, existiram doze principais movimentos, organizações de fundação de inspiração católica em que os leigos interferiam de forma direta ou indireta na política do país. São estes: Centro Dom Vital, Ação Universitária Católica, Ação Patriarca Brasileira, Legião de Outubro, Legião Cearense do Trabalho, Ação Integralista Brasileira, Liga Eleitoral Católica, Ação Católica Brasileira, Partido Democrata Cristão, Juventude Universitária Católica, Ação Popular e Tradição, Família e Propriedade. Como o objetivo é apresentar os lugares que Jonathas Serrano frequentou e aos quais se associou, será priorizada na análise desta pesquisa as instituições das quais ele fazia parte: a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Ação Católica Brasileira (ACB), a revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital. Em relação a LEC, não foram encontradas fontes que evidenciem a participação de Serrano, mas sabe-se que esta foi uma importante iniciativa do laicato católico, que contemplou alguns ensejos da Igreja na Constituição de 1934.

9 “Na visão providencialista e teocrática de ambos, a sociedade deveria ser baseada, antes de tudo, em uma única religião, a católica, visto a considerarem a mais perfeita de todas. Daí a acusação de que a Revolução seria fruto dos desdobramentos da Reforma e da filosofia iluminista e, por consequência, teria colocado abaixo a antiga sociedade francesa (considerada ideal), que era governada por uma monarquia de base católica” (RODRIGUES, 2005. p. 18).

10 No capítulo 2 no subtítulo 2.3 “Jonathas Serrano: geração, itinerário e redes de sociabilidade” há a explicação detalhada sobre a revista *A Ordem*.

A hierarquia eclesiástica desde a República queria orientar os fiéis por meio de uma posição suprapartidária. Com isso, Dom João Batista Nery, em 1913, fundou a Liga Eleitoral Católica (LEC) na diocese de Campinas que tinha o objetivo de orientar os fiéis sobre “[...] os direitos e deveres dos cidadãos, sobre o ensino da Igreja em matéria de voto e dos interesses políticos” (AZZI, 2003, p. 25).

Inspirado em Dom Nery, o Cardeal Sebastião Leme resolveu estender essa ideia em todo o país. Para isso, nomeou Alceu Amoroso Lima¹¹ como secretário geral da LEC e pediu que redigisse um texto com o programa da liga. Em 1932, Dom Sebastião Leme apresentou oficialmente os estatutos da LEC cujo objetivo era despertar o interesse dos católicos pela política para que apoiassem as propostas eclesiásticas.

Entende-se, pois, que a LEC tinha uma dupla tarefa: chamar os católicos para participarem da política e obter apoio dos partidos e candidatos indiferentes ou hesitantes com o compromisso da doutrina católica em relação aos seguintes temas de orientação social: família, educação e religião. A maioria dos candidatos em consonância com os ideais da LEC foi eleita na Assembleia Constituinte de 1933.

Com esse resultado, os católicos tiveram o reconhecimento oficial, fazendo prevalecer o princípio da colaboração recíproca entre Igreja e Estado. Ainda segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 140, grifo dos autores):

Toda essa belicosidade é aplacada finalmente com a aprovação pela Assembleia de duas “emendas religiosas”: a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional e o restabelecimento da colaboração entre a Igreja e o Estado. Estas vitórias são imediatamente atribuídas à “consciência dos constituintes”, não tendo nada a ver com “compromissos políticos”. Alceu Amoroso Lima institui a data da aprovação das emendas – 30 de maio de 1934 – como marco na história do catolicismo brasileiro. Atribui a vitória à ofensiva organizada dos católicos e relembra derrotas históricas: a equiparação dos cultos e religiões, aprovada na Assembleia de 1823; a separação entre Igreja e Estado, a imposição do casamento civil e a laicidade do ensino em 1891; e o não-atendimento das reivindicações católicas em 1926. As vitórias obtidas quando da versão final da Constituição, isto é, as três propostas da Liga Eleitoral Católica (LEC), a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às classes armadas – significariam não somente uma “vitória eleitoral”, mas também doutrinária. Os católicos são então chamados a continuar sua luta prioritária pelo ensino religioso e em segundo lugar pelo estabelecimento das escolas confessionais. É o exato momento em que é nomeado, como ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

¹¹ Alceu Amoroso Lima (1893 - 1983) foi um advogado e ficou conhecido como *Tristão de Ataíde*, pseudônimo utilizado a partir de 1919, quando começou a colaborar com *O Jornal* como crítico literário. A partir de 1924, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos devido a intensa troca de correspondência com Jackson de Figueiredo declarou-se sua conversão ao catolicismo. Ademais foi influenciado pela leitura de Jacques Maritain e Gilbert Chesterton. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/A Era Vargas I/biografias/alceu_amoroso_lima> Acesso em: 07 set. 2020.

Neste cenário, a Igreja conseguiu estabelecer o princípio de cooperação com o Estado, o que significou, na prática, autorização de verbas do Estado para escolas, hospitais e instituições mantidas pela Igreja.

Para fazer frente ao avanço da esquerda, organizada a partir de 1935 em torno da Aliança Nacional Libertadora, a Igreja organizou a fundação da ACB, uma vez que, a LEC foi criada a fim de interferir na esfera política e acabava despertando interesse apenas quando acontecia a renovação dos quadros políticos no período de eleições. Diante disso, era preciso contar com “[...] uma organização mais estável, a ser utilizada pela hierarquia sempre que ocorresse alguma situação de alerta” (AZZI, 2003, p 27).

Azzi (2003) afirma que a ACB, sob uma ótica política, tinha duas finalidades primordiais: garantir as conquistas católicas na Constituição de 1934 e criar forças de resistência ao avanço do comunismo. O combate ao comunismo ficou ainda maior por parte dos católicos após a criação na ANL. Alceu Amoroso Lima tornou-se o braço direito do Cardeal Leme, assumindo a direção executiva da ACB. Por volta de 1938, Amoroso Lima aproximou-se das ideias de Jacques Maritain¹² e de Emmanuel Mounier¹³, abandonou seus ideais de viés autoritário e se tornou expoente da doutrina social da Igreja, que criticava o vínculo da Igreja com os regimes autoritários, o que o acabou afastando do pensamento de direita conservador. Ele caminhou gradativamente em direção a um catolicismo mais aberto, democrático e reformista. Tal situação gerou o afastamento de alguns membros da ACB.

De 1928 até o início da década de 40, Alceu Amoroso Lima foi um íntimo colaborador do cardeal Leme e esteve associado à Diretoria Católica durante a década de 30, mas se tornaria um dos líderes da reforma progressista da Igreja nas próximas décadas. Para Moura (2012), a LEC e a ACB foram as instituições que mais se aproximaram dos fiéis. Os discursos eram organizados com o intuito de mobilizar e formar a neocristandade, com destaque para a interação dos assuntos políticos com os religiosos.

No plano político, Francisco Campos, enquanto Ministro da Educação e Saúde Pública, em 1931, procurou restabelecer em nível nacional, a união entre a Igreja e a política, com a proposta de

12 “Em Jacques Maritain, foi fiel representante de São Tomás de Aquino, o tema do antimodernismo fez-se também presente e de forma clara não somente em relação ao mundo moderno mas também à ciência e à filosofia modernas. Entre suas inúmeras conceituações, uma que se afigura como primordial é a da construção de uma nova sociedade (nova cristandade) que fosse pautada, essencialmente, nos valores cristãos (considerando-se que a civilização moderna estava em crise) e tivesse como modelo o espírito da cristandade medieval; espírito este que agora também seria incutido pela Igreja Católica” (RODRIGUES, 2005. p.20).

13 Emmanuel Mounier, foi fundador da revista Espirit e do personalismo. As obras deste filósofo influenciaram a ideologia da democracia cristã.

um pacto entre a Igreja e Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, o qual restituiu o Ensino Religioso nas escolas públicas. Entretanto, a primeira reação do movimento católico à Revolução de 30, que empossou Getúlio Vargas como presidente, não foi amigável, mas de oposição, pois era vista por eles como uma “revolução”, uma alteração da ordem, isto é, como um mal. Nas palavras de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 40, grifo dos autores):

Jackson de Figueiredo, fundador do Centro D. Vital, afirmava que “*a prior ilegalidade era ainda melhor que a revolução*”, e esta filosofia se espelhava no próprio nome da revista do movimento católico, *A Ordem*. Segundo, a revolução era vista como a vitória do movimento tenentista, que trazia consigo certas ideias modernas perigosas, associadas ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos poderes da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social. Mal iniciada a revolução, Alceu Amoroso Lima diria do movimento: “*obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus*.” Um ano após, inaugurando a imagem de Cristo no Corcovado, o Cardeal Leme diria à multidão que, “*ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado*”.

A proposta inicial de Jackson de Figueiredo à frente da revista *A Ordem* estava na organização de um espaço onde os intelectuais católicos tivessem a oportunidade de apresentar suas ideias sobre o momento sociopolítico. Segundo Moura (2012, p. 32), o nome da revista indicava seu objetivo, “[...] de ordenar a sociedade nos pilares do catolicismo, doutrinando novos intelectuais para a causa da Igreja Católica”.

A revista *A Ordem* recebeu influências teóricas de pensadores contrários à modernidade e que defendiam as ações religiosas como salvação para todos os problemas sociais, uma vez que a origem deles seria a falta de instrução religiosa. De acordo com Rodrigues (2005) os textos publicados na revista foram fundamentais na definição do projeto do pensamento militante conservador.

Esse movimento do laicato católico foi liderado por Jackson de Figueiredo até 1928, ano de sua morte. Acirradamente nacionalista e antilusitano, via no catolicismo a principal base da tradição brasileira, a pedra angular de nossa nacionalidade.

Nesse cenário, a figura de Sebastião Leme foi compreendida na escolha do sucessor de Figueiredo: Alceu Amoroso Lima, na direção de *A Ordem*. Na verdade, Amoroso Lima se converteu ao catolicismo poucos meses antes. Entretanto, acredita-se que a escolha do arcebispo ocorreu devido a sua relevância enquanto crítico literário capaz de aumentar o prestígio da revista.

Alceu Amoroso Lima, à frente da reação católica como editor chefe da revista *A Ordem*, convoca os cristãos para lutarem contra a corrente “[...] demagógica, libertária, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã com a intenção de defender as reivindicações dos cristãos no estatuto político do país” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA,

1984, p. 58). O governo respondeu de forma positiva, promulgando o decreto já mencionado que facultou o Ensino Religioso nas escolas, das quais tinha sido abolido desde a Constituição de 1891.

Para Tristão de Ataíde, era dever do laicato entrar em ação no terreno político. De acordo com Beired (1999), para efetivar esse dever era preciso passar por tarefas divididas em duas etapas: uma que dizia respeito à nação e a outra ao Estado. Agir sobre a nação significava trabalhar na esfera cultural e agir sobre o Estado significava cristianizá-lo. Essas etapas eram concomitantes e não sucessivas. *A Ordem* e o Centro Dom Vital respondiam pela primeira ação, voltada para a espiritualização da nação. A LEC respondia pela segunda tarefa, pois deveria agir diretamente sobre o Estado de modo a conservar a nação e suas características cristãs.

Em 1930, Tristão de Ataíde, em tom de cruzada cristã, conclamava os católicos à realização de uma “revolução espiritual” que reconquistasse o Brasil para Cristo. Seria a maior das revoluções no terreno das consciências e das leis no país, devolvendo a nação à sua tradição histórica, desvirtuada pela política republicana (BEIRED, 1999, p. 135).

O avanço das discussões que argumentavam a favor da razão, da ciência e do materialismo como critérios ideais para a organização política e social fez com que a Igreja se sentisse ameaçada e iniciasse um trabalho de crítica à própria natureza da fé católica que vigia no país naquele período. Com isso, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 65, grifo dos autores):

Há a proposta de uma sociologia cristã, responsável pela busca de uma racionalidade para a fé. Essa sociologia era vista como capaz de contribuir para a ação e doutrina da Igreja, deslocando o centro de gravidade do sentimento para a razão. Ela seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade, à filosofia e à religião, contribuindo para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem a sua tarefa de “*reespiritualizar a cultura*”, acabando de uma vez por todas com a incompatibilidade entre a religião e a ciência. Ela substituiria o cientificismo do século passado, que implantará na ordem social os princípios da ordem natural por uma racionalidade superior que viria restaurar os valores metafísicos e conduzir ao “renascimento espiritualista”.

A Igreja, instituição de nível mundial, foi inflexível na luta contra o seu inimigo: o comunismo. Suas ações foram direcionadas como eficientes instrumentos para denunciar, isolar e desmoralizar o adversário, além de apoiar o Estado e legitimar suas práticas repressivas.

Dos movimentos religiosos de rua do início da década, passando pela atuação da Liga Eleitoral Católica, até 1937, a Igreja cerrou fileiras junto ao poder; talvez os momentos mais significativos residam a partir de 1935, quando em plena vigência da LSN – Lei de Segurança Nacional, a Igreja imprimiu uma nova diretriz à Ação Católica, estimulando mais a espiritualidade e o trabalho de apostolado entre os leigos, que os desmotivava a manterem a mobilização dos anos anteriores (LENHARO, 1986, p.37).

Segundo Beired (1999), os intelectuais católicos utilizaram o termo “reespiritualização” porque sintetizava uma necessidade do mundo no início do século XX, que consideravam lacerado por fenômenos como a luta de classes, o liberalismo, o socialismo, a dissolução da família. Essas ideologias e seus produtos acuavam a humanidade desde o Renascimento, passando pela Reforma Protestante e pelas revoluções francesa e russa.

Alceu Amoroso Lima, usou a revista *A Ordem*, nos anos de 1932, para discutir temas políticos e institucionais. “De qualquer modo, entre os anos 20 e 30 evidencia-se um processo de crescente intervenção dos intelectuais católicos na vida pública brasileira, o que será decisivo para conferir-lhes um lugar central no cenário cultural e político dos anos 30 e 40” (BEIRED, 1999, p. 60).

De acordo com Arduini (2012), a criação do Centro Dom Vital por Jackson de Figueiredo, no Rio de Janeiro, tinha o intuito de arrecadar dinheiro e publicações para a revista *A Ordem*. A origem do Centro Dom Vital visava à concretização de dois projetos. De um lado havia o interesse da figura eclesiástica mais importante do período, o arcebispo coadjutor Dom Sebastião Leme, de congregar muitos escritores para a defesa do catolicismo no Brasil. De outro lado, Jackson de Figueiredo, desejava que a revista propagasse a defesa do nacionalismo, da tradição católica e pacífica.

Arduini (2012) expressa que o mais interessante ainda, é perceber que os intelectuais envolvidos na revista *A Ordem* e no Centro Dom Vital, também criaram projetos semelhantes em outras áreas, como por exemplo, os Círculos Operários, que deveriam difundir os valores do catolicismo para a classe operária e a Ação Católica, que deveria consagrar os valores católicos aos estudantes universitários.

Diversos intelectuais de renome para a cultura brasileira também participaram do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, entre eles, está Jonathas Serrano, Augusto Frederico Schmidt, Durval de Moraes, Hélio Vianna, Lúcia Miguel Pereira, Prudente de Moraes Neto, San Tiago Dantas, Sobral Pinto e Tasso da Silveira (ARDUINI, 1999).

Além dos intelectuais do Centro Dom Vital que eram os leigos de grande destaque da restauração católica, a Igreja da neocristandade mobilizou muitas pessoas, além de organizar movimentos leigos entre a classe média urbana. Diante disso:

A União Popular Minas, (1909), a Liga Brasileira de Senhoras Católicas (1910), a Aliança Feminina (1919), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária Católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935) foram importantes movimentos criados durante esse período. Estritamente controlados pela hierarquia, esses movimentos afirmaram duma presença católica mais forte nas instituições do Estado (MAINWARING, 2004, p. 47).

No início do século XX, as ações da Igreja estavam voltadas a uma formação da elite, mas, por outro lado, ela trabalhava com o conceito de intervenção social com o intuito de valorizar o papel

dos milhares de leigos e dos milhões de eleitores católicos pelo retorno do catolicismo como a religião oficial do Estado e da nação.

Contudo, “não resta dúvida que os intelectuais foram os principais protagonistas e os principais alvos da reação católica. Protagonistas como organizadores do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem* e de inúmeras publicações e associações católicas” (BEIRED, 1999, p. 63). Na verdade, eram alvos na medida em que eles trabalhassem a favor da sensibilização dos intelectuais exteriores ao campo católico, aqueles que eram formadores e multiplicadores de opinião e estivessem inseridos em cargos de poder junto aos aparelhos de Estado.

De fato, entre os anos de 1916 a 1945, os líderes católicos se envolveram com a política tentando promover uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. Para Mainwaring (2004), a Igreja teve uma íntima relação com Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebeu, mas devido a afinidade política. Igreja e Estado eram a favor da ordem, do nacionalismo, do patriotismo e do anticomunismo. “Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo” (MAINWARING, 2004. p. 47).

Sebastião Leme era amigo do presidente Getúlio Vargas e influenciou nas decisões de causas públicas. Ele conseguiu ajuda financeira do Estado para as escolas católicas, conseguiu vetar o divórcio e reintegrar a educação religiosa durante o período escolar, dentre outros. “Na visão da Igreja, o Estado deveria seguir sua doutrina social e proteger seus interesses, o sistema educacional, e os meios de comunicação deveriam refletir os princípios e a doutrina católicos ” (MAINWARING, 2004. p. 48).

Pode-se observar que as relações entre Igreja e Estado no Brasil do fim do século XIX e início do século XX repercutem no debate sobre a laicidade do Estado e a secularização da sociedade.

1.1.1 Os católicos e a educação

Durante a disputa com outros projetos de reconstrução nacional, os católicos reagiram aos ideais da modernização. Além disso, combateram a proposta de instituir um sistema nacional de ensino público, gratuito e laico, como defendiam os renovadores no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, chamados por Xavier (1999, p. 25) de “educadores profissionais”. A mobilização deste grupo tinha como finalidade a organização de um sistema de ensino, aberto a todos e sob a responsabilidade do Estado o que representava o distanciamento da Igreja Católica das questões ligadas ao ensino.

Na verdade, até o ano de 1931 não tinha se externalizado o conflito entre católicos e renovadores. Eles participavam das discussões educacionais lado a lado na Associação Brasileira de Educação (ABE). O conflito emergiu, segundo Saviani (2010), no apagar das luzes da IV Conferência Nacional de Educação, vindo a confirmar-se a ruptura com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 19 de março 1932, em vários órgãos da grande imprensa brasileira. Seus signatários queriam alcançar a maior difusão possível no território nacional. Em consequência, os educadores católicos saíram da ABE e fundaram, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação.

Getúlio Vargas e Francisco Campos, o Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório, estiveram presentes na IV Conferência Nacional de Educação, onde buscavam legitimização para sua política educacional. Por sua vez, a ABE também buscava estabelecer uma relação com o governo e, assim, alcançar espaço de atuação no aparelho do Estado. A direção da ABE era dominada pelos renovadores, que discordavam da política educacional expressa na Reforma Francisco Campos, baixada por meio de decretos em 1931. Os renovadores defendiam uma organização de um ensino orgânico e unificado e criticavam o teor do decreto que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas primárias e secundárias.

Com efeito, a primeira vitória da Igreja no setor educacional foi a promulgação do Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, que tornou facultativo o ensino religioso nas escolas públicas (XAVIER, 1999).

Nesse sentido, em 1931, Francisco Campos foi nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública e propôs um conjunto de sete decretos que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos e que foi promulgado pelo poder executivo: criou o Conselho Nacional de Educação; dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; dispôs sobre a organização do Ensino Secundário; restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador e deu outras providências e, consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário. Nesse sentido:

Em 1931, a Igreja Católica encontra em Francisco Campos (Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública) um explícito apoiador de sua causa. Por meio dele, o ensino religioso facultativo é reintroduzido nas escolas públicas oficiais. Motivo de debates, o decreto do Governo Provisório é saudado com esperança da parte dos católicos (CURY, 1988. p. 17).

Em 1932, diante da Revolução Constitucionalista, a Igreja não se posicionou a favor de nenhum dos lados rivais, limitando-se a defender que se assegurasse a Constituinte. Neste mesmo

ano foi criada a LEC, que foi responsável por mobilizar o eleitorado católico que entrou na Constituinte com grande parte de seus representantes dispostos a colocar na Constituição suas exigências, como exemplo, o retorno à condição de religião oficial do Estado. A Igreja não foi reconhecida oficialmente, mas ela cumpriu uma função que o Estado ainda não assumira para si, oferecendo apoio aos trabalhadores urbanos por meio dos Círculos Operários.

Nesse contexto político, em 1932, Francisco Campos sai do Ministério da Educação e Saúde Pública e é nomeado em seu lugar Gustavo Capanema, ex-governador do Estado de Minas Gerais, que permaneceu à frente do Ministério até o final do Estado Novo, em 1945.

Gustavo Capanema, após instituir a Universidade do Brasil, definida como modelo para as demais instituições de ensino superior que viessem a ser criadas no país, criou, em 1938, o INEP, sob a direção de Lourenço Filho, e promulgou as leis orgânicas que ficaram conhecidas como Reforma Capanema. Embora fossem reformas parciais, toda a estrutura educacional foi reorganizada. A Reforma Capanema foi baixada por meio de oito Decretos-leis: em 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); promulgou as Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Secundário; em 1943, promulgou as Leis Orgânicas do Ensino Comercial; em 1946, promulgou as Leis Orgânicas do Ensino Agrícola, Primário e Normal, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Com essa nova estrutura, o ensino primário e elementar ficaram com duração de quatro anos, acrescido do primário complementar de apenas um ano; o ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha face com o secundário.

O conjunto da Reforma Capanema tinha caráter centralista, fortemente burocratizado, e, dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras do país, do ensino profissional, destinado ao povo, estabelecendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior.

As características mais evidentes das reformas educacionais empreendidas por Campos e Capanema trazem a marca do pacto com a Igreja Católica. Por este pacto, Vargas se dispôs a apoiar a inclusão das teses da LEC na Constituição de 1934, recebendo em troca, apoio político da Igreja.

O confronto dos católicos indicava mais que uma luta política a fim de reintroduzir o ensino religioso nas escolas públicas e na Constituição. Tratava-se de uma luta cultural, pois a tese geral deste grupo era que o catolicismo e a religiosidade eram inerentes ao caráter do povo brasileiro, isto é, faziam parte da cultura brasileira, fator constitutivo da nacionalidade.

Os católicos afirmavam que o homem é um animal racional, composto por um corpo material e alma espiritual. Segundo os católicos, a terra deveria ser o local de preparação para a vida celeste. Diante disso, a educação assumia o papel de assegurar ao homem sua preparação para ambas as vidas. Sem essa “educação integral” o homem não atingiria a felicidade almejada. Assim, a educação cristã tem como objetivo formar o homem natural e cristão. “Esse, pelo hábito das virtudes morais e pela prática religiosa, é o verdadeiro homem querido pelo plano de Deus” (CURY, 1988, p. 148). Os católicos partiam da necessidade de dar à educação nacional um conteúdo espiritual consciente.

Em decorrência da crítica histórica às religiões, a Igreja cria a necessidade de rever a relação entre a ciência e a fé. Diante disso, sobre a “questão social”, a Igreja irá propor princípios que não se desviam do capitalismo, mas que reforme a sociedade. Para isso, se alia à burguesia e defende um “Estado Corporativista que seja o agente da harmonia social e da conformação social.” “E mais ainda, os excessos e exageros do capitalismo o são devido ao espírito liberal e laico que o informou”, deixando clara, portanto, sua crítica à modernidade (CURY, 1988. p. 12).

Para a defesa do catolicismo, a Igreja recrutou os leigos, que eram formados por uma elite intelectual. Assim sendo, Alceu Amoroso Lima assumiu a liderança da revista *A Ordem*, principal meio de divulgação do ideário católico de educação após a morte do líder anterior Jackson de Figueiredo, que nas décadas de 1930 e 1940, animou o movimento leigo da igreja e foi considerado um dos maiores líderes intelectuais católicos do século XX, no Brasil.

1.1.2 As diretrizes da educação cristã

No que diz respeito à educação católica, Zanatta (2005, p. 10) afirma: “Ao serem atacados pela ciência, que, à verdade religiosa opunha a verdade científica, associavam razão e fé e, por intermédio das encíclicas, as autoridades religiosas católicas elaboravam orientações e estratégias de combate às concepções liberais, positivistas, materialistas e comunistas.” Na verdade, na tentativa de desarticular as concepções já mencionadas, que tinham como objetivo separar a estrutura civil da eclesiástica, a Igreja dava suas orientações aos cristãos por meio de cartas.

As cartas circulares pontifícias, denominadas de encíclicas, são dirigidas a todos os membros da Religião Católica, com a finalidade de marcar a posição da Igreja diante da ação dos homens. Geralmente, são promulgadas em momento históricos de conflito, quando os fundamentos da Religião Cristã podem ser abalados. Nestes momentos, os postulados da Igreja Católica, ou seja, os preceitos do momo de pensar teológico-cristão, contidos nos princípios da Metafísica, de razão suficiente, de causalidade, de finalidade, são estrategicamente confirmados para serem propagados mundialmente. Ao declarar sua posição, os papas têm como objetivo glorificar e defender estes preceitos e, ao mesmo, tempo condenar as ações e pensamentos que, fundado em filosofia ou em doutrina, possam colocar em dúvida os fundamentos da

Igreja e gerar conflitos entre a verdade estabelecida pela Igreja e a verdade temporal (ZANATTA, 2005, p. 67).

Ao acompanhar a trajetória do discurso combativo da Igreja foi possível levantar as temáticas dos conteúdos divulgados nas encíclicas. São eles: a condenação da doutrina do comunismo; a questão social; a reprovação, proscrição e contenção de oitenta teses do mundo moderno, com destaque para o liberalismo; a confirmação de que o Papa e a Igreja eram a autoridade diante do mundo Católico e a infalibilidade da fé (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929).

Assim, em 31 de dezembro de 1929, o Papa Pio XI publicou a Carta Encíclica Pastoral *Divini Illius Magistri* com diretrizes acerca da educação cristã de jovens. A Igreja, ciente das variadas discussões sobre o problema escolar e pedagógico nos diversos países, queria deixar claro os seus princípios supremos, suas principais conclusões e indicar práticas e aplicações da educação católica.

Conforme as diretrizes da encíclica *Divini Illius Magistri*, para a efetivação da educação cristã são necessárias três sociedades, sendo duas de ordem natural: a família e a sociedade civil. A terceira de ordem sobrenatural: a Igreja. O fim da família orientada por Deus é a procriação e a educação da prole. E a Igreja que é uma sociedade de ordem sobrenatural e universal, é considerada uma sociedade perfeita, pois reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens. Pela precedência da família em relação ao Estado, a visão católica defende o direito dos pais de decidir livremente sobre a educação dos filhos. Por isso, os católicos contestavam as duas bandeiras do movimento escolanovista: gratuidade e obrigatoriedade, entendidas como interferência indevida do Estado na educação.

Saviani (2010) reitera que, para os católicos, se estabelecia uma hierarquia clara entre as três agências educativas: família, Igreja e Estado. Os católicos acreditavam que o Estado deveria subordinar-se às instituições naturais e sobrenaturais. Para eles, cabia à família, à Igreja e ao Estado a organização do ensino e da educação nacional, entretanto, evidenciavam que se devia preservar o direito de precedência da família e da Igreja sobre o Estado.

De acordo com os católicos, Cristo é o professor maior que tem objetivo de ensinar sua doutrina. A Igreja deveria exercer a maternidade sobrenatural. Conforme define a encíclica, a Igreja “[...] Esposa imaculada de Cristo, gera, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com os seus sacramentos e o seu ensino”. A esta instituição pertence a verdade moral (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929. p. 10). Logo, a Igreja tem como missão ensinar a fé divina e preparar os homens para viver em ordem, com honestidade, integridade de vida, conforme a doutrina revelada. Essa instituição é considerada suprema e tem o direito à liberdade de magistério por constituir uma sociedade perfeita.

O Código de Direito Canônico, citado na *Divinis Illiis Magistri* (1929), os pais são obrigados a cuidar e prover da educação religiosa e moral (física e civil) da prole. Segundo esta encíclica, os tempos modernos têm o hábito de delegar ao Estado a educação. Tal situação violaria os direitos conferidos pelo Criador à família.

A Igreja que põe à disposição das famílias o seu ofício de mestra e educadora, e as famílias que correm a aproveitar-se dele, e dão à Igreja, a centenas e a milhares, os seus filhos, e estes dois factos recordam e proclaimam uma grande verdade, importantíssima na ordem social e moral. Eles dizem que a missão de educar pertence antes de tudo e acima de tudo, em primeiro lugar à Igreja e à família, pertence-lhes por direito natural e divino, e por isso de um modo irrevogável, inatacável e insubstituível (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929. p. 10)

De acordo com as diretrizes educacionais cristãs, o Estado não pode causar nenhum dano ao primado da missão educadora da Igreja e da família. Diante disso, o Estado deve proteger em harmonia com a reta razão e da fé, a educação moral e religiosa da juventude, removendo sempre que necessário qualquer causa que seja contrária. Ademais, deve favorecer e ajudar a iniciativa da Igreja e das famílias e, caso necessário, complementá-las quando essas instituições não tiverem condições de prover. Nesse sentido:

[...] o Estado além de observar a justiça distributiva, deve respeitar os direitos congênitos da Igreja e da família sobre a educação cristã. Portanto, é injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolástico, que física ou moralmente constrinja as famílias a frequentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929. p. 10).

Para isso, Igreja e Estado precisavam caminhar juntos, de forma harmônica. A vantagem dessa relação harmônica, segundo a Igreja, é que a educação religiosa ajudaria a formar um bom cidadão, orientando-o quanto ao modo de se portar sob o governo político. Dessa forma, a ideologia cristã defende que o bom cristão e o bom cidadão são formados por meio da educação cristã.

O Estado teria, pois, a função de organizar a sociedade civil, a educação cívica para todas as pessoas com vistas ao bem comum sem contradizer a doutrina da Igreja. Também deveria proteger o direito da prole à educação quando esta lhe faltasse, física e moralmente por parte dos pais. O direito de educadores dos pais não deve ser absoluto ou despótico, mas, sendo dependente da lei natural e divina e por não se constituir a família uma sociedade perfeita, está, por isso, sujeito à autoridade da Igreja e à vigilância e tutela jurídica do Estado. Portanto, o Estado não deveria substituir a família, mas suprir, quando preciso, suas deficiências e providenciar, com os meios necessários, a educação, sempre em harmonia com os direitos naturais da prole e com os sobrenaturais da Igreja.

Os católicos argumentavam que o controle do ensino pelo Estado resultaria na implantação de um verdadeiro “Absolutismo Pedagógico, característico das sociedades socialistas. Em função dessa

ideia, procurava-se forjar uma certa imagem dos pioneiros: a de preparadores, conscientes e inconscientes, da pedagogia comunista" (XAVIER, 1999, p. 42).

Buffa (1979) revela que o número do mês de junho da revista *Vozes*, em 1958, publicou vários artigos defendendo a liberdade de ensino contra o monopólio estatal. Os argumentos eram que:

[...] a educação compete primeiramente à família, que é de forma lógica e cronológica anterior ao Estado e não admite despoticamente o Estado Totalitário, pois ao contrário do ousadamente se proclama nos arraiais da nova política educacional jamais a educação foi direito do Estado. Ao Estado cabe uma obrigação e uma interferência meramente supletiva. À proporção que o Estado amplia sua rede de arrecadação de impostos, a gratuidade do ensino primário e secundário se impõe, diretamente para suas escolas e indiretamente para as particulares (BUFFA, 1979, p. 35).

Dessa maneira, a subvenção do estado às escolas particulares “não era um favor”, pois o Estado deveria assegurar os meios para que tanto a escola pública quanto a particular atingisse os seus fins. (BUFFA, 1979).

Segundo a encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), o Estado, a ciência não precisa temer o perfeito plano educativo da Igreja. De nenhum modo a Igreja se opõe à cultura das artes e das disciplinas humanas, mas cada um deve agir na sua esfera, dentro da sua “justa liberdade”, tomando cuidado para não cair no erro de se opor ao campo da fé da doutrina católica.

A primeira e suprema missão em relação à educação cristã é de Deus, diz a encíclica. Ele precede a Igreja e a família. O criador dá à família a missão e o direito de educar a prole. Este direito é inalienável e anterior a qualquer direito da sociedade civil e do Estado. A obrigação dos pais em cuidar dos filhos se dá até que eles tenham condições de cuidar de si. Os pais não devem apenas gerar a prole, mas também acompanhar seu desenvolvimento e progresso. Dessa maneira, a educação familiar compreende não apenas a educação religiosa e moral, mas também a física e civil.

De acordo com a encíclica *Divini Illius Magistri* (1929) o Estado não deveria ter o poder de determinar que a juventude recebesse instrução somente de escolas públicas. Diante disso, a Igreja deveria tutelar e defender a educação no seio da família. Logo, as famílias acabam por confiar nas escolas da Igreja. Nesse sentido, a família mesmo pouco ou nada crente, mandavam os filhos aos institutos de educação fundados e dirigidos pela Igreja.

Segundo a ideologia cristã, o Estado tem função de autoridade civil, de proteger e promover o bem comum. Portanto, é dever do Estado proteger com as suas leis o direito anterior da família sobre a educação cristã da prole e também respeitar o direito sobrenatural da Igreja no que concerne à educação cristã. O Estado pode exigir e procurar que todas as pessoas tenham o necessário conhecimento dos próprios deveres cívicos e nacionais e um certo grau de cultura intelectual, moral e física.

Para a *Divini Illius Magistri* (1929), a instituição social da escola deve primeiramente ser uma iniciativa da família e da Igreja; depois, obra do Estado.

Por esta razão, a escola, considerada até nas suas origens históricas, é por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contraditar, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso, contrário, em obra de destruição (*DIVINI ILLIUS MAGISTRI* 1929. p. 20).

Na verdade, o objetivo era a harmonização da educação literária, social, doméstica e religiosa. Caso contrário, a profecia católica indicava que o homem seria infeliz.

As ideias de laicidade e monopólio estatal do ensino, para os católicos, atentavam contra a ordem natural e divina. Eles reconheciam a importância do Estado, mas entendiam que seu papel, no interesse do bem comum, era o de orientar, articular e coordenar as ações da Igreja e da família no exercício da tarefa educativa.

A colaboração da Igreja com o Estado deveria ser paga por parte deste com o reconhecimento oficial da Igreja Católica e a satisfação de seus interesses. Dentre os quais, a aceitação do ensino religioso nas escolas públicas como forma de moralização individual por meio da doutrina católica, e o reconhecimento de parte do Estado como “nação católica”. Além disso, a Igreja propunha a formação de uma elite que fosse capaz de criar influências na recristianização das elites, que foram tomadas pelos “[...] males da civilização burguesa e liberal, e na mobilização dos leigos em favor das teses católicas” (CURY, 1988. p. 15).

Quando a República rompe oficialmente com a Igreja e se proclama leiga, o líder católico que se opõe ao laicismo no Brasil, conforme já mencionado, é Dom Leme, que iniciou suas atividades em Olinda e depois se mudou para o Rio de Janeiro, onde encontrou apoio do recém convertido, Jackson de Figueiredo. “No afã de recompor inteligência e fé, Jackson, com o apoio de Leme, funda a revista *A Ordem*, a qual passa a veicular ideias católicas, apologizando-as e exorcizando as contrárias”. (CURY, 1988. p. 15). Essa iniciativa foi uma verdadeira “cruzada militante” que tinha o objetivo de recristianizar a nação por meio dos ensinamentos da Igreja, além de assegurar o poder eclesiástico. De acordo com Xavier (1999, p. 42. grifo do autor):

De maneira geral, os artigos da revista *A Ordem* ressaltavam o comprometimento dos reformadores com o poder público instituído. Denunciava-se a estratégia dos chamados *pedagogos oficiais* que, apesar de justificarem suas propostas em função de um conhecimento técnico científico, escondiam a verdadeira ambição de exercer a sua *tirania técnico -pedagógica e transformar a escola num instrumento de poder político*.

Alceu Amoroso Lima, à frente de *A Ordem*, tinha o hábito de alertar os leitores “contra os males do modernismo pedagógico burguês difundido pela Escola Nova. Exaltava a finalidade espiritual da educação” (XAVIER, 1999. p. 42). Ademais, denunciava a idolatria da ciência no lugar de Deus por parte dos pioneiros. Dessa forma, os católicos criticavam o desprezo dos pioneiros pela tradição católica do povo brasileiro, por meio da defesa da laicidade e da veneração das teorias de países estrangeiros.

Para os católicos, a educação deveria promover a restauração da sociedade por meio da presença de Deus na escola e essa formação seria guiada por três princípios que se entrelaçam e se completam. O primeiro é a definição de uma filosofia pedagógica e a fixação dos princípios norteadores que devem expressar um ideal pedagógico que seja coerente com a visão de mundo e de homem do catolicismo, que precisam ser fornecidos por uma concepção de vida das ciências especulativas e não das ciências experimentais. Para eles, as ciências especulativas são governadas pela ética que está subordinada à teologia. O segundo é considerar a criança como objeto central da educação, mas sem deixar de lado a fé; e o terceiro é a questão do método pedagógico que deve aceitar as contribuições das ciências experimentais e afins. Segundo Cury (1988, p. 55):

Pode-se dizer, resumindo os pontos principais do conceito de educação aceito pelo grupo, que ela é a consciência que o ser humano deve vir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio das paixões, na formação dos espíritos, através de hábitos salutares e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto a viver na sociedade.

Este grupo afirmava ser falso o naturalismo pedagógico da educação da juventude visto que eram contra a liberdade e autonomia ilimitada da criança que por sinal também suprime a ação do educador atribuindo apenas ao educando uma iniciativa que independe da lei superior natural e divina na obra da educação. Além disso, se diziam contra a violência e o despotismo por parte do professor.

Assim sendo, a educação integral católica deveria integrar corpo e alma. O corpo humano não deve ser visto como separado da alma humana. Com isso, não há educação física separada da educação moral (CURY, 1988).

A Igreja não se opunha à ciência e ao método de investigação científico e também não era contra as artes e disciplinas humanas desde que essas não se opusessem à doutrina divina. Cada um deveria trabalhar na sua esfera e respeitar seus limites. Essa liberdade científica também seguia para a liberdade didática ou de ensino. Era orientado que os professores respeitassem a fé e não violassem seu limite.

A formação intelectual deveria se assentar nas ideias dos conhecimentos científicos e humanísticos com o objetivo de revelar as verdades fundamentais que são os primeiros princípios que mostram o que é o homem, de onde vem e para onde vai. Esse processo aconteceria por meio da formação moral e religiosa (CURY, 1988).

Enfim, os católicos acreditavam que a educação seria um processo natural em que o homem, por meio da sociedade, busca a verdade e descobre as verdades do Criador. Esse processo natural em direção ao ideal pedagógico tem a necessidade da competência de três sociedades a fim de orientá-lo ao verdadeiro fim. Conforme já mencionado, estas sociedades são: a sociedade sobrenatural, representada pela Igreja, a sociedade natural e básica, representada pela família e a sociedade temporal natural, representada pelo Estado. À Igreja caberia o ensino do dogma e da moral, porque recebeu esta missão de Jesus Cristo.

No início dos anos de 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino. Conforme os católicos, a escola leiga desejada pelos escolanovistas, no lugar de educar, deseducava, pois estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, estimulando atitudes que negavam a convivência social e o espírito coletivo que somente a escola católica seria capaz de formar.

Os católicos não eram contra a escola única, gratuita e aberta a todos, tal qual era defendida pelos renovadores. Eles rejeitavam que a escola fosse obrigatoriamente oficial ou oficializada e anticonfessional. Segundo eles, a escola, que nascera da iniciativa privada, veria todo o progresso vir por meio dessa mesma iniciativa. Aliás, o grupo era contrário à coeducação, a convivência de meninos e meninas no mesmo prédio, pois a considerava promíscua e imoral. A convivência entre os dois sexos deveria acontecer apenas no casamento e de forma diversa na família e na sociedade.

A Igreja também se posicionava contra a educação sexual, pois

[...] julgava inadequado precaver os jovens contra o perigo da sensualidade, com meios puramente naturais, tais como uma temerária iniciação e instrução preventiva, indistintamente para todos, e até publicamente, e pior ainda, expondo-os por algum tempo às ocasiões para os acostumar, como dizem, e quase fortalecer-lhes o espírito contra aqueles perigos (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929. p.17).

Na encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), fica claro que a Igreja era contra o Estado oferecer educação física para as mulheres, pois estas deveriam se dedicar aos deveres religiosos e à família.

Além de tudo, a encíclica *Divini Illius Magistri* (1929) alertava para os perigos do mundo. Tal diretriz orientava a vigilância atenta e cuidadosa dos livros, do cinema, dos programas de rádio que eram destinados à juventude inexperiente.

Portanto, a bandeira da erradicação do analfabetismo foi colocada em segundo plano pelos católicos, pois estes acreditavam que o povo não precisava ler e escrever. Ao contrário, ficando a salvo dos efeitos desagregadores da instrução laica, a massa dos analfabetos conservaria a mais pura virtude da alma brasileira (XAVIER, 1999).

1.2 A gênese das diretrizes da Escola Nova

Na aurora republicana, a erradicação do analfabetismo passou a ser uma preocupação nacional que, segundo Cury (1988. p. 18), se manifestou

[...] seja pela consciência acrítica de que a superação do analfabetismo significa abertura do país a nível dos países desenvolvidos, seja porque aumentaria o curral eleitoral, seja porque a presença de novas forças sociais despontando acarretariam um intenso entusiasmo pela educação [...].

Essa preocupação nacional tinha como característica principal postular a educação como espécie de “chave mágica” capaz de solucionar todos os problemas do país (CURY, 1988).

Diante disso, os intelectuais reunidos em torno da ABE idealizaram o novo projeto de sociedade por meio da educação, no qual promoveram um discurso cívico que denunciava as mazelas da realidade do país na época, na tentativa de organizar a sociedade por meio do estímulo à educação e higiene (CARVALHO, 1998).

Segundo Silva (2015), Serrano participou das discussões na ABE até 1928 e dela não saiu mesmo quando começaram as disputas acirradas entre renovadores e católicos que foram causa da saída destes da instituição, os quais acabaram por fundar a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) em 1933.

Silva (2015, p. 113) relata:

A participação de Serrano na ABE, até 1928, foi discreta, a julgar pela documentação encontrada em seu acervo pessoal. Encontrou-se apenas uma resposta do autor ao inquérito promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior, do mesmo ano. Por outro lado, ele não consta no inquérito, “O problema da escola secundária”, de 1929. Uma ausência notável, já que era membro da Seção de Ensino Secundário da ABE, ao lado dos professores José Piragibe, Venâncio Filho e Delgado de Carvalho, que deram publicidade às suas teses. Além disso, sua passagem pelas CNE de 1927, 1928 e 1929 também foi discreta, ao contrário da IV CNE, de 1931, na qual deu publicidade às suas teses sobre cinema e educação, com grande sucesso.

Silva (2015) relata que Serrano, apesar de católico, não saiu da ABE e ainda exerceu a função de diretor da instituição no biênio 1933 e 1934.

Em relação à dicotomia entre ser intelectual católico ou progressista/liberal/renovador, Zanatta (2005, p. 83) traz a seguinte contribuição:

[...] como docente, Serrano atuava em duas dimensões. A de educador católico, preocupado com os fundamentos cristãos pelos quais o homem deveria reger a sua conduta, e a de educador progressista, preocupado com os fundamentos científicos de todo conhecimento. Estas dimensões, que parecem opostas, de fato não se apresentavam como dicotomias em suas obras. Entretanto, como educador e defensor da doutrina católica, ele foi caracterizado como tradicional, como conservador, pelos próprios intelectuais daquele período, os quais distinguiam-no do grupo dos reformadores, os chamados progressistas ou liberais.

A movimentação de Serrano entre essas instituições não causa espanto, pois foi a favor das propostas pedagógicas da Escola Nova e filiado ao projeto político-cultural da Igreja Católica. Contudo, sua crítica às posições ultraconservadoras de alguns membros do Centro Dom Vital o afastou por alguns anos dessa instituição.

De acordo com Carvalho (1998, p. 144), o objetivo da ABE era “transformar os habitantes do Brasil em povo”. Propunham a “terapêutica da nação desejada como organismo sô”. O objetivo era sanear a sociedade, eliminando os elementos considerados perturbadores de seu bom funcionamento, convertendo questões sociais e políticas em questões de higiene.

A inexistência de fronteiras nítidas entre a ação higienista, assim concebida, e a educação, pensada também no horizonte intelectual do determinismo como alteração do meio ambiente, permite que a metaforização da ação educacional em obra de saneamento seja procedimento discursivo de grande força descritiva das expectativas que os intelectuais engajados na ABE nutriam com relação a educação (CARVALHO, 1998, p. 147).

O entusiasmo pela educação delineava uma utopia da qual, pela ação de uma elite, nasceria um país onde brasileiros saneados, educados e laboriosos povoariam as cidades. Nesse contexto, o funcionamento da escola é designado para a hierarquização dos papéis sociais, formando “élites condutoras” e “povo produtivo” para trabalhar nas fábricas e indústrias (CARVALHO, 1998, p. 151).

A saúde, a moral e o trabalho se tornaram os três pilares principais nos quais se assentava a importância da educação. Diante disso, a escola idealizada não deveria apenas instruir. Nesse contexto, começa-se a pensar na qualidade da educação ministrada. Questões relacionadas à saúde e à moral passaram a ser importantes para a organização racional do trabalho e começaram a integrar as expectativas referentes à ação formadora da escola nos círculos da ABE.

A organização racional do trabalho levou à valorização dos métodos da “Pedagogia Moderna”. Os métodos utilizados com base nas ideias fordista e taylorista para a melhor organização racional do processo de produção, temas discutidos na ABE, também permitiriam alcançar melhores resultados com menos esforços na educação. Assim, cresceu a valorização das inovações

pedagógicas: “providências como testes, organização de classes homogêneas, atendimento aos interesses e habilidades individuais dos alunos eram valorizadas, dessa perspectiva, não somente no circuito estrito da ABE carioca, mas no meio educacional” (CARVALHO, 1998, p. 153).

Loureço Filho, em artigo escrito em 1929 cujo tema era a Escola Nova, mostrava duas disposições principais da pedagogia moderna, referindo-se a uma delas como “taylorismo na escola”.

[...] abrangendo inovações ou sistemas que visam dar maior rendimento escolar do ponto de vista da organização das classes ou cursos, esta tendência encararia a escola como a produção das modernas indústrias, que deve ser rápida, precisa, com perdas mínimas de energia e pessoal (CARVALHO, 1998, p. 153).

Lourenço Filho também citou Clàparede, que afirmava não ser necessário apenas a diferenciação quantitativa, mas também qualitativa, pois cada criança apresenta capacidades específicas. Por isso, era necessário respeitar a individualidade de cada aluno. Diante disto, Cury (1988, p. 19) afirma:

A disseminação escolar não basta e nem é adequada sem a implantação dos princípios escolanovistas. A escola seria mais eficiente, seu espírito científico qualificaria o ensino, a psicologização do processo educacional capacitaria o aluno em suas virtualidades, a administração escolar racionalizaria o processo educacional. Enfim, começa-se a fazer presente no Brasil a ideia de Reconstrução Social pela Reconstrução Educacional.

Para acontecer a reforma educacional era preciso superar o ensino academicista, formalista e intelectualista que também era defendido pela Igreja Católica. Tal ensino não atendia à formação do trabalhador, que era a força geradora da riqueza nacional. Entretanto, as elites não aceitaram esse tipo de formação para o trabalho, essa educação com uma abordagem científica, fato que originou duas redes de ensino: uma que atendia à formação das elites, e outra, à formação de força de trabalho.

Nesse período, muitos intelectuais foram estudar no exterior e foram influenciados pela leitura de autores escolanovistas europeus e americanos. Amparados por essa perspectiva, começaram a defender a superação da escola tradicional por meio de ideias escolanovistas, ao mesmo tempo em que defendiam os ideais do liberalismo: o indivíduo, a liberdade de iniciativa, a igualdade perante a lei e a solidariedade entre todos. Essas ideias foram amplamente aceitas, principalmente pelos grupos que foram marginalizados no aparelho escolar (CURY, 1988).

Entre os intelectuais educadores brasileiros entusiastas do escolanovismo destacam-se: Anísio Teixeira que sofreu influência do pensamento de Decroly, de John Dewey¹⁴ e Fernando de Azevedo,

¹⁴ John Dewey (1859-1952) foi um filósofo norteamericano que defendia a democracia e a liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual das crianças. Foi um dos principais representantes da corrente pragmatista.é uma referência no campo da educação moderna (PALMER, 2016).

influenciado por Émile Durkheim¹⁵. Anísio Teixeira, sob essa influência, tornou-se defensor da escola democrática, única, aberta a todos os indivíduos, internamente organizada, profissionalizada, tornando-se capaz de construir um novo homem, de reconstruir a sociedade.

Segundo Cury (1988), Fernando de Azevedo enfatizava o fato de que a formação das pessoas deveria ser direcionada de acordo com seus dons, pois, dessa forma, haveria a garantia da coesão social. Em outros termos, haveria um tipo de educação direcionada para a formação intelectual e outra para o trabalho manual sem, no entanto, impossibilitar que todos tivessem acesso à mobilidade e à ascensão sociais. O mesmo autor destaca outros intelectuais, a saber: Lourenço Filho, Almeida Júnior, Hermes Lima, Frota Pessoa, educadores estes que teriam sido influenciados por autores estrangeiros, como Killpatrick¹⁶, Decroly¹⁷ e Kerschensteiner¹⁸.

No período em questão, em que o problema da educação fez parte da ordem do dia, despontaram várias reformas educacionais pelo país embasadas nos princípios da Escola Nova. Em relação aos princípios foram criados vários planos e experiências nos quais foram introduzidas ideias e técnicas novas, como os métodos ativos, a adoção dos testes, a adaptação do ensino às fases de desenvolvimento e às variações individuais do aluno, que imprimiram na reorganização das estruturas e no processo de ensino o “selo da novidade” (CÂMARA, 2011, p. 178).

A partir de 1920, as experiências realizadas pelas Diretorias Gerais de InSTRUÇÃO PÚBLICA dos estados da federação passaram a implementar uma nova forma de educar que se organizava à luz de novas correntes pedagógicas modernas. O objetivo era promover, por meio da escola reformada, a reeducação da sociedade. Com isso, deu-se início a um caminho renovador fundado com as Reformas da InSTRUÇÃO nos estados de São Paulo, em 1920; do Ceará, em 1922; da Bahia, em 1925; de Minas Gerais, em 1927, e no Distrito Federal, em 1924 e 1927. Tais reformas sustentavam-se na ideia de que era preciso criar uma escola primária integral baseada nos conhecimentos científicos, racionais e técnicos.

15 Dave Émile Durkheim (1858-1917) foi um jurista psicólogo e sociólogo francês, considerado o fundador da sociologia. O seu método está baseado no reconhecimento e estudo do que ele chamou de fatos sociais. Para ele, a principal função do professor é formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social. Ademais, é referência da educação moderna (PALMER, 2016).

16 William Heard Kilpatrick (1871-1965) era um pedagogo americano e aluno, colega e sucessor de John Dewey. Ele foi uma figura importante no movimento de educação progressiva do início do século XX. Era a favor de que as atividades escolares fossem ensinadas através do método didático de projetos (LEITE, 2007).

17 Jean-Ovide Decroly (1871-1932) foi um médico, psicólogo e professor belga que no final do século XIX e início do XX defendia a ideia de que as crianças apreendem o mundo com a visão do todo. Ele foi um precursor dos métodos ativos fundamentados na possibilidade de o aluno conduzir o próprio aprendizado e, assim, aprender a aprender (ARANTES, 2015).

18 Georg Kerschensteiner (1854-1932) foi um grande pedagogo germano, criador da Escola do Trabalho (RODRIGUES, 2018)

De maneira geral, os defensores do escolanovismo faziam parte da ABE e seus ideias eram de matrizes liberais. Como já mencionado, até a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, católicos e renovadores estiveram lado a lado nos debates e embates nas conferências educacionais promovidas pela ABE.

Para Saviani (2010), dois aspectos marcam a estrutura do texto do *Manifesto*: trata-se, por um lado, de um documento doutrinário e, por outro, de um documento de política educacional. Como documento doutrinário, o texto se declara filiado à Escola Nova. Como documento de política educacional, mais do que a defesa da Escola Nova, está em pauta no *Manifesto*, a defesa da escola pública. Em termos políticos, o *Manifesto* expressa a posição de uma corrente de educadores que busca firmar-se pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional. A recepção ao documento foi polêmica e o impacto gerado pela divulgação do *Manifesto*, em março de 1932, provocou, como mencionado, o rompimento entre o grupo dos renovadores e o grupo católico, que decidiu retirar-se da ABE.

Cury (1988) aborda a Revolução de 1930 sob o ponto de vista pedagógico e indica que o erro dos dois grupos antagônicos, que se dividiram no debate educacional entre a Primeira e a Segunda República, católicos e liberais, foi não procurar um entendimento. Nesse contexto, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, acontecimentos assinalaram no Brasil uma nova configuração na organização sociocultural: enfraquecimento da sociedade patriarcal, de economia predominantemente cafeeira; fundação do Partido Comunista (1922); Semana de Arte Moderna (1922); a reorganização da Igreja Católica e a criação da ABE (1924).

Após a Revolução de 1930, o Estado se tornou o órgão político mediador das tendências existentes e dois grupos se destacaram no conflito ideológico dos princípios educacionais e das propostas de reconstrução educacional: “os educadores profissionais” identificados como pioneiros da Escola Nova ou renovadores e os líderes intelectuais católicos. Os dois grupos foram solicitados a oferecer sugestões para o capítulo sobre a educação na Constituição que foi elaborada em 1934 (CURY, 1988. p. 11).

Segundo Xavier (1993), os memorandos da IV Conferência Nacional de Educação (1931) revelam a participação ativa do governo na organização do evento. Foram encontradas cartas do próprio ministro Francisco Campos que tratavam do patrocínio do evento por parte do governo. O presidente Getúlio Vargas participou do evento e pediu a ajuda dos conferencistas em relação à definição da política educacional do Governo Provisório. Seguem abaixo as palavras do presidente na conferência:

Estais agora aqui congregados, sois todos profissionais e técnicos. Pois bem: estudai com dedicação, análise com interesse, procure encontrar a fórmula mais feliz da

colaboração do Governo Federal com os demais estados – que tereis na atual administração todo o amparo ao vosso esforço. Buscai por todos os meios a fórmula mais feliz que venha estabelecer em todo nosso grande território a unidade da educação nacional, porque tereis assim, contribuído com esforço maior do que se poderia avaliar para tornar mais fortes, mais vivos e mais duradouros os vínculos da solidariedade nacional. (XAVIER, 1993, p. 24)

Antes da IV Conferência Nacional de Educação, o Governo Provisório aderiu ao ensino religioso como oferta obrigatória no ensino primário. Assim, supõe-se que o governo atendera à solicitação dos católicos e isso teria incitado ainda mais os conflitos entre católicos e liberais na ABE.

Segundo Vidal (2011), a Escola Nova teve significados múltiplos e distintas apropriações, constituídas no entrelaçamento de três vertentes: pedagógica, ideológica e política. Na vertente pedagógica, a Escola Nova permitiu aglutinar diferentes educadores, católicos e liberais, em torno dos princípios pedagógicos do ensino ativo. Na ideológica, a fórmula oferecida como meio para a transformação da sociedade serviu às finalidades divergentes dos grupos em litígio. E a bandeira política foi capturada como signo de renovação do sistema educacional pelo *Manifesto* e seus signatários.

Para Xavier (1993), o *Manifesto* teve consequências também para além do campo educacional, a partir do momento em que apresentou o posicionamento de apenas um dos grupos filiados à ABE, pois demarcou com vigor as diferenças de concepções dos seus signatários em contraposição às concepções de outros grupos filiados a essa instituição, em especial o grupo dos católicos. Com efeito, a autora considera o *Manifesto* como uma estratégia de poder, um documento que tinha como objetivo reiterar princípios e chancelar alianças importantes para o enfrentamento dos conflitos políticos do momento. Ele foi apresentado como uma bandeira revolucionária e considerado pelo seu redator, Fernando de Azevedo, como o “único grupo capaz de coordenar as forças históricas e sociais do povo” (XAVIER, 1993, p. 9).

Sendo assim, procurava-se consolidar, através do *Manifesto*, a imagem de um grupo coeso, unido sob um código comum, inscrito na perspectiva escolanovista e informado por um mesmo ideal qual seja o empenho na construção de uma nação democrática (XAVIER, 1993, p. 9).

O *Manifesto* não se caracterizou por apenas ser um projeto educacional. Também se configurou pela atuação concreta de seus signatários, tanto pela atuação profissional e esforços a favor do campo educacional, quanto pela participação direta na gestão da instrução pública por meio da implementação de reformas educacionais. Enfim, sua proposição era a reconstrução educacional com o objetivo de constituir uma escola democrática que fosse a base de uma reorganização da sociedade.

1.2.1 As interpretações sobre a Escola Nova no Brasil

A compreensão das interpretações construídas sobre a Escola Nova no Brasil foi identificada por Valdemarin (2010) por meio de alguns fatos tomados como marcos responsáveis pela difusão do movimento e pela projeção de seus atores educacionais. Entre eles, estão o *Inquérito sobre a Educação*, realizado em 1926 por Fernando de Azevedo; as edições da revista *Escola Nova*, nos anos de 1930 e 1931; o *Manifesto dos Pioneiros*, de 1932; a organização de coleções pedagógicas e a reforma educacional do Distrito Federal.

Em 1927, Lourenço Filho, um dos professores consultados no *Inquérito*, de 1926, lançou o primeiro volume da Biblioteca de Educação, pela Companhia Melhoramentos/SP, dedicada à constituição da nova cultura pedagógica do professorado, e a ABE deu início à realização de suas conferências nacionais. Fernando de Azevedo assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, iniciou os levantamentos estatísticos sobre a população escolar e implementou a construção de novas escolas. Os aspectos mais evidentes da reforma empreendida foram assim sintetizados por Vidal (2011, p. 76):

Fernando de Azevedo, ao assumir a Diretoria-Geral, preocupou-se em estruturar a Escola Normal, tendo como suporte, escolas anexas, onde seria possível a prática do magistério. Para o educador, a formação para o magistério exigia três condições básicas: ambiente educativo – e por isso a construção do novo prédio que trazia, anexo ao corpo principal, um conjunto de edifícios onde seria possível o aprimoramento da prática docente; ensino pautado em princípios científicos – a escola passava a ser concebida como laboratório; pesquisa e espírito de descoberta eram as precondições de um educador capaz de acompanhar o progresso social; e cultura geral sólida – o professor necessitava, para o exercício de suas funções, de uma capacitação não apenas técnica, mas de caráter abrangente.

Também no ano de 1927, Anísio Teixeira viajou para os Estados Unidos da América, e publicou, em 1928, o livro *Aspectos americanos da educação*, resultado das impressões colhidas nesta viagem. Em 1930, Lourenço Filho publicou *Introdução ao estudo da Escola Nova*, com base no discurso por ele ministrado na Escola Normal da Praça da República, em São Paulo. De acordo com Valdemarin (2010), as principais medidas da gestão de Lourenço Filho na diretoria de ensino da Escola Normal foram a exoneração de professores leigos, o estabelecimento de novos critérios para a concessão de equiparação das Escolas Normais Livres, a criação de um plano de carreira para o magistério com acesso exclusivo por meio de concurso público e a restruturação administrativa da Diretoria-Geral da Instrução Pública. Foi sob sua gestão que a Escola Normal da Praça da República se transformou em Instituto Pedagógico e foi criado o serviço de Psicologia Aplicada.

De volta a São Paulo, em 1931, Fernando de Azevedo assumiu a docência na Escola Normal da Praça da República e publicou o livro *Novos caminhos e novos fins*, em que relatou a reforma

educacional do Distrito Federal. Anísio Teixeira assumiu a Diretoria-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e Lourenço Filho assumiu o gabinete do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro e, no início de 1932, passou a dirigir o Instituto de Educação do Distrito Federal. “Assim pessoas e ideias ficaram em constante circulação, revezando-se em postos-chave de liderança, enquanto o governo Vargas se estabilizava” (VALDEMARIN, 2010, p. 115).

A agitação dos ideais provocados pelo inquérito realizado por Fernando de Azevedo para o jornal *O Estado de São Paulo*, de 1926, teve continuidade com ações editoriais, adquiriu alcance nacional com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, e assentou bases institucionais na Reforma do Instituto de Educação do Distrito Federal. De acordo com Nagle (1974, p. 3), a concepção de renovação educacional foi introduzida no Brasil no “clima de efervescência ideológica e de inquietação social” que delegaram à educação a tarefa de reformar e regenerar a nação num período marcado por forças políticas e econômicas concorrentes.

No ano de 1926, Fernando de Azevedo coordenou um inquérito sobre a educação pública com o objetivo de ouvir a opinião de influentes profissionais da área e mapear os problemas em todos os graus de instrução. Após publicação no jornal *O Estado de São Paulo*, essas matérias foram reunidas em um livro intitulado *A educação pública em São Paulo. Problemas e Discussões. Inquérito para o Estado de S. Paulo*, de 1937. De acordo com Valdemarin (2010), foram nomeadas algumas matrizes que se apresentariam em outras análises e intervenções: democratização do ensino, necessidade de um sistema educacional articulado, integração do projeto educacional ao projeto político e social do país.

Cambi (1999) relata que aconteceram diversas iniciativas denominadas Escolas Novas ou Escolas Ativas, mas ressalta que as experiências mais importantes e com maior contribuição teórica foram as desenvolvidas por John Dewey (1859 - 1952) na Escola de Chicago; o método de projetos desenvolvido por William Heard Kilpatrick (1871-1965); o método dos centros de interesse elaborado por Jean-Ovide Decroly (1871-1932), na Bélgica; os materiais e métodos criados por Maria Montessori (1870-1952) na Itália; e os estudos sobre psicologia de Édouard Claparède (1873-1940) e Adolphe Ferrière (1879-1952), na Suíça. Juntamente com a contribuição teórica foram difundidos os aspectos práticos, sendo estes ressignificados por diversos atores em diferentes contextos.

Jonathas Serrano foi um deles, e publicou, em 1932, o livro *A Escola Nova: uma palavra serena em um debate apaixonado*, obra na qual defende sua posição ideológica de educação e sociedade, revelando aproximações e divergências com relação ao pensamento educacional escolanovista.

1.2.2 Os pioneiros e a educação: O *Manifesto dos Pioneiros* de 1932 em questão

O objetivo central da tese é verificar as aproximações e distanciamentos da obra de Serrano sobre a Escola Nova, publicada em 1932, em relação ao *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. Diante disso, segue abaixo uma análise detalhada desse documento cujo texto foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais 25 intelectuais e que expressa os ideais de construção de um projeto educacional em defesa de uma escola democrática, pública, gratuita, obrigatória, laica e que permitisse a coeducação.

1.2.2.1 O gênero manifesto

Nesta seção, aborda-se o *Manifesto*¹⁹ dos Pioneiros enquanto gênero discursivo, a partir das contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin à luz das interpretações de José Luiz Fiorin²⁰. Dessa forma, analisa-se detalhadamente o gênero manifesto em sua composição, estilo e temática.

Por meio da análise do discurso comprehende-se que um manifesto, bem como outros gêneros discursivos, apresentam uma composição, isto é, uma estrutura organizacional, uma temática e um estilo. De acordo com Fiorin (2018, p 69), “o conteúdo temático não é o assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido de que se ocupa o gênero”.

Para Fiorin (2018, p. 69), “A construção composicional é o modo de organizar o texto, de estruturá-lo”. Já “o estilo diz respeito a uma seleção de meios linguísticos. Ele é, pois, uma escolha de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsável e ativa do enunciado” (FIORIN, 2018 p. 70).

Assim, o *Manifesto* apresenta o conteúdo temático da reconstrução nacional da educação. Nesse sentido, o *Manifesto* é composto por 12 tópicos dissertativos em que os problemas e as soluções para a educação nacional são apresentados de maneira clara e sucinta. São estes: Movimento da renovação educacional; Diretrizes que se esclarecem; Reformas e a Reforma; Finalidades da Educação; Valores Mutáveis e Valores Permanentes; O Estado em face da educação; A função educacional; O processo educativo; Plano de Reconstrução Educacional; A unidade de formação de professores e a unidade de espírito; O papel da escola na vida e a sua função social e A democracia – um programa de longos deveres.

19 CAMPOS; MAHL (2008), entre as páginas 100 a 107 analisam, à luz da análise do discurso, diversos manifestos.

20 José Luiz Fiorin, apresenta a sua compreensão responsável ativa sobre a obra de Bakhtin no livro Introdução ao pensamento de Bakhtin publicada em sua segunda edição em 2008.

Logo na introdução do *Manifesto* é evidenciada uma negação do passado. A negação de uma elite ultrapassada e de um sistema de ensino falido. Tal constatação contribui para alinhavar, por meio da contradição, a identidade do grupo, cujos integrantes eram conhecidos como pioneiros, renovadores e reformadores. Além do mais, concomitantemente, propõe o futuro da nação. Nesse processo, de contraste entre novo e velho, os renovadores criticavam a fragmentação e a desarticulação do sistema de ensino, a falta de visão global das elites e a falta de ação do Estado nas soluções dos problemas da nação (XAVIER, 1993).

Nesse sentido, Warde (2004, p. 229) contribui:

O *Manifesto* de 1932 é uma peça de combate, toda ela envolta e atravessada pelo intento de produzir um efeito de verdade: dividir a educação brasileira de ponta a ponta, entre o novo e o velho, como todas as demais dimensões da vida nacional, tendo como base o diagnóstico de que o novo não emergia na sua plenitude no Brasil porque o velho resistia e se negava à morte, embora já a ela estivesse condenado em outros países de tendo o velho já dado provas no Brasil de que sua sobrevivência só trazia malefícios e atraso.

Assim, ele propõe o movimento dos renovadores que se consideraram capazes de assumir a missão de promover pela “ação reconstrutora da disseminação das aspirações e das necessidades modernas” (XAVIER, 1993, p. 54). Com efeito, o documento deixa claro que essa missão se efetivaría por meio da educação das massas, na medida em que a reordenação da educação no país deveria se dar em todos os níveis, do jardim-de-infância, passando pelo ensino primário, secundário até a universidade. Neste ponto, está a narrativa que alimenta do início ao fim as alegações de Azevedo.

A argumentação do autor foi construída de forma a indicar uma “missão” intelectual e política a ser exercida pelos seu “novo” grupo, isto é, pelos renovadores.

Saliente-se que o manifesto é um gênero do discurso que pode circular tanto em um discurso educacional, literário ou político, com tendência panfletária, além de se caracterizar por um tom convocatório, como é o caso do *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, intitulado *A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Perante o exposto, constata-se que o manifesto é um gênero discursivo que tem um estilo combatente e incendiário, que não suporta ambivalência em sua narrativa. Expressa uma voz forte e robusta, a fim de cumprir a finalidade do *Manifesto* que levanta a “bandeira da esfera pública das práticas sociais” (CAMPOS; MAHL, 2008, p. 103).

É preciso ficar claro que um manifesto é muito diferente de um “abaixo-assinado”. Ele não é uma simples reivindicação. Esse gênero discursivo afirma intenções políticas, estéticas, científicas ou tudo isso ao mesmo tempo. De acordo com Campos e Mahl, (2008, p. 105), “é uma espécie de

‘bandeira’ de grupo que é também uma declaração”. Os signatários são tanto o redator como o grupo que apoia os pontos defendidos e problemas identificados.

Entre os signatários desse documento estão: Fernando de Azevedo (redator), Afrânio Peixoto, Antônio de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briguet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Junior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hemes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecilia Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armando Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Pashoal Lemme e Raul Gomes.

Vários signatários do *Manifesto* tinham uma participação ativa na sociedade. De acordo com Xavier (1993, p. 34), “todos foram, em certa medida, intelectuais que alcançaram alguma importância no campo cultural”. Muitos pertenciam a associações científico-acadêmicas nacionais e internacionais e já haviam publicado livros sobre temas variados e principalmente sobre temas educacionais. No próprio documento, os pioneiros revelam características de sua identidade:

Temos consciência de nossas fraquezas e de nossos defeitos. A geração atual não é, nem podia ser melhor do que as gerações que nos precederam. Mas não temos mais a obsessão e a superstição do fácil.

[...]

Trocamos, enfim, o romantismo estéril pelo idealismo prático e, por isto, fecundo: o sonho entorpecente pela realidade penosa: o brilho pela solidez: o ceticismo pela afirmação e as longas esperanças que enervam, pelas atividades construtoras de uma geração viril, que lutando por um ideal, aceita as condições do pensamento, da vida, das aspirações e das necessidades modernas (AZEVEDO, 1958b, p. 48).

A identidade desse grupo foi definida de acordo com o momento histórico vivido por ele. Os signatários não formavam um grupo homogêneo, muito pelo contrário. Apesar de serem chamados de pioneiros, liberais ou renovadores advinham de profissões diversas. “E, independente da filiação política (liberais ou comunistas), os escolanovista dialogavam fortemente com o movimento internacional da Escola Nova” (CAMPOS; MAHL, 2008, p. 94).

1.2.2.2 O *Manifesto* enquanto estratégia

Xavier (2004), afirma que é possível qualificar o *Manifesto* enquanto uma arma de combate, de bandeira de um grupo, enquanto uma estratégia política, de poder e simbólica, por meio da qual se buscou reafirmar a identidade do grupo que o assinava, fundamentando-o em torno de atributos relacionados à competência técnica e ao sentido de missão.

Enquanto bandeira de um grupo, o *Manifesto* repercutiu para além do campo educacional devido ao embate com relação às posições ideológicas e pelo combate aos intelectuais que não estavam de acordo com as propostas nele defendidas. E quem eram esses intelectuais? Eram os bacharéis da Primeira República e do antigo Estado liberal comandado pelas oligarquias tradicionais e pela Igreja Católica (CAMPOS; MAHL, 2008).

O *Manifesto* pode ser considerado uma estratégia política, pois o campo educacional naquele momento estava relacionado à reorganização do Estado brasileiro após a Revolução de 30, quando se deu um novo contorno de uma área específica de política pública setorial, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) em 1931 e de um conjunto de medidas governamentais, como a valorização pública dos Congressos da ABE e o incentivo às reformas educacionais implantadas por Vargas. Ademais, também houve uma redefinição de posições adquiridas no interior da ABE. De um lado, o bloco dos conservadores, no qual predominavam os católicos; de outro, bloco dos renovadores, que reunia os educadores de perfil liberal.

Ademais, podemos considerá-lo também quanto estratégia de poder, pois lançava em nível nacional o projeto de um grupo que reivindicava para si a liderança na condução de modernização do país.

Para Xavier (2004), como estratégia simbólica estava clara a intenção de transformar o *Manifesto* em um documento emblemático. Seu redator, Fernando de Azevedo, almejava que o documento fosse publicado nos principais jornais do Rio de Janeiro (*Jornal do Comércio*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*) e de São Paulo (*O Estado de São Paulo* e *O Globo*). Também almejava que fosse publicado nos jornais do Rio Grande, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. E, retrocedendo ao mês de março de 1932, Xavier (1993) encontrou uma série de jornais que publicaram o manifesto na íntegra ou em partes com comentários favoráveis, com críticas, com aprovação, mas também com ressalvas.

Alguns signatários puderam contribuir mais diretamente na divulgação do *Manifesto*, como Cecília Meireles, que estava à frente da página da Educação no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro; Júlio de Mesquita Filho, que dirigia o *Estado de São Paulo*; e Roquete Pinto, que era um dos fundadores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (SILVA, 2015).

Sua repercussão negativa foi mais intensa vindo dos intelectuais católicos que concentraram suas críticas na revista *A Ordem*, do centro Dom Vital. Tristão de Athaíde acusava o documento de ser antiliberal, pois defendia o absolutismo pedagógico do estado e a negação da liberdade de ensino; anticristão, pois negava a primazia da finalidade espiritual, e antinacional, dado que desconsiderava a tradição religiosa do povo brasileiro; anti-humano, visto que não conhecia a natureza superior do

homem e o subordinava a uma finalidade apenas material e biológica; por fim, anticatólico, porque pretendia impedir a Igreja de exercer o magistério na educação dos católicos (XAVIER, 1993).

Na verdade, para os católicos, os pioneiros queriam exercer sua tirania técnico-pedagógica e transformar a escola em um instrumento de poder político. E, como já mencionado, o lançamento do *Manifesto* levou à retirada dos intelectuais católicos da ABE.

1.2.2.3 O texto do *Manifesto*

De fato, o *Manifesto dos Pioneiros* pretendia fundar um novo sistema educacional, com base científica e de responsabilidade do Estado. Para isso, apresentou um conjunto de medidas práticas. Esse plano previa a laicização do ensino e a coeducação, “introduzindo, dessa forma, valores realmente inéditos na estrutura educacional da época” (XAVIER, 1993, p. 58). A implantação da Educação Nova era entendida como condição essencial para a construção da sociedade moderna.

Esse projeto educacional reforça alguns signos da modernidade como forma de superar a crise da sociedade. Dentre esses signos, “a ideia de secularização e racionalização da cultura baseadas nas ciências e na técnica como fontes explicativas e possibilidade de intervenção racional na esfera social” (XAVIER, 1993, p. 59). Assim, são apresentados valores como o respeito à individualidade e defesa da igualdade social na proposição da efetivação de um sistema nacional de educação pública, leiga e gratuita.

Na introdução do *Manifesto* são constatados dois obstáculos para a transformação da sociedade moderna:

Na hierarquia dos problemas educacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo o de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 465).

Os pioneiros defendiam uma nova ordem social em que o Estado se tornaria o mediador entre as necessidades emergentes e o novo espírito da época. Eram materialistas e antiespiritualistas; defendiam a ciência, o método experimental e recusavam-se a valorizar a metafísica. Na realidade, para eles, o Estado teria um caráter direutivo na educação.

Os renovadores enxergavam na ciência a chave para o progresso da humanidade, enquanto os católicos insistiam que a religião seria o fator de progresso da civilização. Estes tomavam a questão social como espiritual a ser solucionada a partir da reforma moral da sociedade. Em contraposição,

os renovadores propunham uma intervenção racional do sistema educacional para que se alcançasse uma reforma da sociedade. Por esse ângulo, o Manifesto diz:

Os trabalhos científicos no ramo da educação já nos faziam sentir, em toda a sua força reconstrutora, o axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 468).

Nesse sentido, o homem era visto como criador e não como criação divina. A verdade seria alcançada pelo método científico, não mais pela fé. Assim, a salvação da humanidade não dependeria mais de Deus, mas da capacidade de cada homem em adaptar-se a novas descobertas tecnológicas.

De acordo com o Manifesto, era necessário que esse homem adquirisse um novo parâmetro de interpretação da realidade, ou seja um parâmetro racional de compreensão de sua vida individual e da sociedade como um todo. Algo como perceber e aceitar que o movimento da natureza e das sociedades humanas já não eram mais determinados pelo sobrenatural e sim pelo ritmo frenético das transformações trazidas pelo progresso científico e tecnológico (XAVIER, 1993. p. 15).

No que concerne à educação, este grupo deixa claro que com as novas formas políticas, com as novas formas da vida em sociedade, com o progresso das ciências biológicas, sociológicas e psicológicas e com o avanço científico-tecnológico, foi estabelecida uma nova mentalidade educacional. Isto significa que as ideias educacionais defendidas pelos renovadores eram variáveis e relativos ao tempo e ao espaço, além de refletirem as transformações da existência e da vida de cada época histórica (CURY, 1988).

Neste plano, a Educação teria o papel de *modelar os jovens espíritos* em função dos ideais determinados por uma concepção racional da sociedade. Ideal esse que instaura a *Democracia fundamentada na hierarquia das capacidades*. A partir de então, a seleção dos melhores seria feita com base em critérios científicos, ou seja, com base na capacidade biológica de cada indivíduo em assimilar a diversidade, as inovações e as descobertas que caracterizavam o seu tempo (XAVIER, 1993. p. 15).

A ideia defendida da educação enquanto direito biológico foi construída junto aos debates a respeito dos problemas raciais, das ações médicas e sanitárias da época. Invertia-se a ideia de uma escola produtora das diferenças econômicas para a produção de diferenças de escolarização, por meio da seleção de alunos e suas aptidões individuais. Para Veiga (2004), no *Manifesto* fica clara a ideia de adaptação, isto é, conformação social à realidade. Diante disso, a população deveria adaptar-se a seu lugar sem ascensão social.

A criança escolarizada seria educadora de seu meio de origem e, nesse sentido, o direito biológico, de base meritocrática, não pressupunha o direito de ascensão social, mas de manutenção dos diferentes estratos da sociedade em seus devidos

lugares, embora reeducados. A grande revolução estaria em fazer o povo aplicar-se em uma mentalidade fundamentada no trabalho e cujo espírito de solidariedade implicaria uma suposta relação harmônica entre ricos e pobres, cada um em seu lugar, respeitando mutuamente lugares e aptidões (VEIGA, 2004, p. 76).

Na verdade, Veiga (2004) relata que a intenção dos adeptos do escolanovismo acabou por oficializar as desigualdades sociais e raciais a partir do momento que se desfez dos critérios de privilégios econômicos, mas concentrou-se nas aptidões individuais das crianças.

A psicologia contribuiu com a educação por meio da aplicação de suas bases técnicas, científicas e a ideia de liberdade; os estudos da sociologia ajudaram a definir a posição da escola em relação à vida em sociedade; e da biologia provinha a ideia de organizar a escola como um organismo vivo e maleável.

Os renovadores acreditavam que a primeira iniciativa de qualquer política educacional deveria ser a determinação de seus princípios filosóficos. Decorre daí que a filosofia, a moral e a educação estão relacionadas com o tipo de sociedade que se tem em vista. Tais princípios devem ser orientados para os problemas e fins. Eles precisam determinar o que o homem deve ser, os valores mentais e morais que devem se constituir na vida social.

Mas, se não se pode desconhecer o progresso humano, nos seus aspectos morais, não há também de condenar nem a ciência nem a máquina pelas suas aplicações na obra de destruição e pelos abusos a que elas têm servido. Apesar das limitações de ambas, estará aí a salvação do homem, na adaptação de sua vida às descobertas e invenções mecânicas, que “governam as forças naturais e determinam a marcha dos acontecimentos” (J. Dewey), e ao ritmo da verdade progressiva que o fará passar do o místico ao positivo, pela educação científica do espírito (AZEVEDO, 1958b, 1943, p. 43).

A própria filosofia que nos inspira, deve ser científica, isto é, uma filosofia que busca as verdades, com o espírito e os métodos da ciência. Tudo está em “não ser o homem menor do que sua obra” (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 472).

A filosofia, porém, apoia-se nas ciências da educação, mas se distingue dela. Para Cury (1988, p. 83), “as ciências da educação pretendem descrever objetivamente os vários sistemas educacionais em função do meio social. Procuram determinar o que o homem e a sociedade são”. Tanto a filosofia quanto as ciências da educação estão embasadas em outras ciências: Sociais, Fisiologia, Biologia e Psicologia. A Biologia é responsável por alinhar a educação com as tendências da criança e as Ciências Sociais situam o papel e a função social da escola. Para Cury (1988, p. 83), “este conjunto forma a base científica da organização escolar”.

O papel da Pedagogia é o de ordenar os meios científicos aos fins filosóficos propostos. Cabe enfatizar que o caráter da pedagogia não é puramente científico nem puramente filosófico, pois é uma teoria prática. E o ideal educacional, segundo os renovadores, deve estar centrado na criança por meio

da estrutura e eficiência dos métodos ativos que exijam do educando virtudes tais como esforço, paciência e coragem. Caberia à escola propiciar as oportunidades de sua realização. Assim, a educação, dentro da concepção renovadora, tem um caráter biológico, visto que todo indivíduo tem “[...] o direito de ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (ARAUJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 472). Nas palavras de Cury (1988, p 86):

Para os reformadores a Escola Nova é nova não só pela sua função social, pelos seus processos científicos, pelo método experimental e pela disciplina consentida e responsável. É nova sobretudo porque em seus fins reconhece ao educando o direito de adquirir a plenitude de suas aptidões, por uma exercitação adequada aos seus interesses e necessidades.

Em face a essa concepção, é possível vislumbrar diferentes formações: física, moral, artística e intelectual. A formação física deveria ter como objetivo o aperfeiçoamento do corpo e sua higienização. “Pelo trabalho, a formação física se eleva ao nível da formação intelectual e moral” (CURY, 1988. p. 87). A formação moral deveria acontecer de dentro para fora, pela experiência e prática da liberdade de forma cooperativa cuja meta deve ser o interesse coletivo em detrimento do individual. A formação artística faz parte da formação moral e deve provocar no ser humano formas elevadas de harmonia, beleza e justiça. A formação intelectual deve ser orientada para um fim determinado que desenvolva o senso crítico, a capacidade de juízo em função do aprendido pelo método científico. Assim sendo:

Uma nova ordem social, complexa e mutável, exige a preparação de homens que sejam autônomos pela sua personalidade, e responsáveis na reconstrução social. Por isto, toda a aplicação destes princípios importava, sendo os renovadores numa transformação das relações estabelecidas entre a escola e as demais instituições (CURY, 1988, p. 89).

Nesse sentido, a escola deveria ser aberta a todos os cidadãos; deveria ser comum e única. A formação do cidadão deveria ser assumida pelo Estado, que não poderia permitir dentro de seu sistema escolar o acesso a uma minoria devido a privilégios econômicos. Os renovadores entendiam que a formação única deveria acontecer para crianças entre 7 e 15 anos, comum, e igual para todos.

O Estado deveria tornar o ensino obrigatório para que se alcançassem as metas de instrução e educação, indispensáveis para era industrial. A obrigatoriedade, por sua vez, gera o princípio da gratuidade. A laicidade deveria ser preservada na escola em respeito à heterogeneidade social do país. Este princípio garante, além da autonomia científica da escola, “[...] a liberdade de consciência e permite ressaltar por meio do estudo das civilizações, o que em todos os credos existe de bom, justo e aproveitável” (CURY, 1988, p. 95). Em relação ao princípio da coeducação, uma sociedade

democrática, em que a escola se torna um espaço de vivência comunitária que expressa a própria vida, não poderia colocar homens e mulheres em espaços separados. Dessa forma, a organização da escola se tornaria, também, mais econômica.

Assim, “a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação são princípios também da escola unificada e decorrem de sua subordinação à finalidade biológica da educação, como do direito biológico que cada ser humano tem à educação” (CURY, 1988, p. 95).

De fato, a educação teria o papel de modelar o jovem em função de uma concepção racional de sociedade. Tal ideal levava à democracia, que neste momento estava fundamentada na hierarquia das capacidades. A começar da utilização de critérios científicos para fazer a seleção dos melhores, isto é, com base na capacidade biológica de cada indivíduo em apreender a diversidade, as inovações e as descobertas de seu tempo (XAVIER, 1993).

Em prol desse ideal formativo, o *Manifesto* defendia que

[...] os problemas educacionais devem ser resolvidos de maneira científica, e se a ciência não tem pátria nem varia, nos seus princípios, com os climas e as latitudes, a obra da educação deve ter, em toda parte, uma “unidade fundamental” dentro de uma variedade de sistemas resultantes da adaptação a novos ambientes dessas ideias e aspirações que, sendo estruturalmente científicas e humanas, têm um caráter universal (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 492).

Incorporando as mais recentes conquistas das ciências humanas e experiências na área educacional, o projeto dos pioneiros criou argumentos que lhe davam legitimidade.

Os pioneiros atentavam para o conhecimento histórico como forma de confirmar suas teses sobre a evolução da experiência humana. Diante disso, reconheciam a importância da observação sociológica que lhes permitia analisar o indivíduo na coletividade. Além do que se mantinham informados das experiências educacionais de outros países como México, Uruguai, Argentina e Estados Unidos.

No tocante à visão antropocêntrica dos renovadores, tem-se que as considerações teológicas ou místicas deveriam ser respeitadas pelo valor moral, mas não poderiam ser assumidas por um estado democrático. Pelo princípio da laicidade, o Estado garante a liberdade dos cultos, seja no templo, seja no lar, e mantém uma imparcialidade perante todos, especialmente numa sociedade cada vez mais pluralista. Valoriza-se o papel da Escola Nova e seu princípio da vinculação da escola com o meio social, orientada por uma nova ética das relações sociais caracterizada por valores como autonomia, respeito a diversidade, igualdade, liberdade, solidariedade e cooperação.

O indivíduo solidário, ativo e integrado ao seu meio social, tal como encontra-se idealizado no *Manifesto*, diferencia-se do homem egoísta burguês para identificar-se com o cidadão, aquele que tem seus diretos assegurados pelo Estado e suas

instituições principais, e que, através do acesso à instituição escolar, torna-se habilitado a interferir e colaborar no desenvolvimento social (XAVIER, 1993. p. 16-17).

Conforme o *Manifesto*, no Brasil, criou-se uma espécie de individualismo dispersivo, desenvolvido por um meio social heterogêneo e de uma formação histórica que não possibilitou o desenvolvimento de um espírito de cooperação social. Diante desse agravante, o documento culpa a escola tradicional por ter mantido os indivíduos isolados em uma autonomia estéril. Neste caso, os pioneiros apontam estratégias de superação da contradição entre indivíduo e sociedade, procurando intervir no conflito de forma a tornar indivíduo e sociedade partes integrantes da totalidade social. Ao individualismo dispersivo burguês opõe-se o papel da Escola Nova na formação da sociedade moderna definindo assim o seu papel:

A Educação Nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classe mas, aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano de solidariedade, de serviço social e cooperação. A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário, que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 472).

Assim, indivíduo que faz parte do meio social distingue-se do homem burguês para tornar-se um cidadão que tem os seus direitos assegurados pelo Estado e que por meio do acesso à educação pública e de qualidade, conseguirá interferir e colaborar com o desenvolvimento social.

Para que a escola pudesse cumprir esse papel, a educação deveria ser reconhecida como uma função pública e de responsabilidade do Estado. O conceito de educação pública refere-se à universalização do acesso à educação a todos os indivíduos que, somente a partir de então, seriam transformados em cidadãos.

É a partir dessa concepção de sociedade e da história do Brasil, que, para os renovadores, se justificava a existência relevante de uma elite consciente da missão de coordenar o povo. Nesse processo, seria de cabal importância que houvesse um poder estatal forte capaz de mediar os conflitos e promover a igualdade.

2 JONATHAS SERRANO: UM INTELECTUAL CATÓLICO E SEU TEMPO

Qual foi o professor que exerceu mais influência no seu caráter, nesse tempo em formação?

A bem dizer, o meu primeiro grande professor e que me deu um alto ideal na vida foi Júlio Verne, principalmente com o seu romance *A Ilha Misteriosa* e aquele tipo admirável do engenheiro Cyrus Smith. No Colégio, pela disciplina severa e justa, Fausto Barreto; pela cultura geral, pela bondade e pelo real interesse que por mim tomou, o nosso professor de inglês, Alfredo Alexander, que veio a ser um grande amigo meu até morrer. Qual a sua opinião sobre o magistério? A melhor e mais nobre das carreiras para quem nele vê uma espécie de sacerdócio. Uma das mais ásperas e ingratis para quem pretende vencer pelo próprio esforço e somente com as armas da inteligência e do caráter (SERRANO, 1942. s/p).

Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano nasceu no Rio de Janeiro em 6 de maio de 1885 e faleceu aos 59 anos, no dia 17 de outubro de 1944. Era filho do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Souza Serrano, senador da República pelo estado de Pernambuco, e de sua esposa, Ignez da Silveira Serrano. Para compreender a trajetória desse intelectual católico é importante também compreender o período histórico em que ele viveu. Desse modo, no presente capítulo, trataremos de narrar de forma sucinta o processo histórico que possibilitou sua trama biográfico-intelectual.

2. 1 O tempo: da aurora republicana ao Estado Novo

A transição do século XIX para o século XX foi um período de profundas alterações políticas, econômicas e sociais. Essa dinâmica de mudanças está atrelada, de modo mais direto, à Segunda Revolução Industrial, também denominada Revolução Científico-tecnológica, em meados de 1870. Ela representou um enorme salto quantitativo e qualitativo em relação à economia mecanizada. Segundo Sevcenko, tal Revolução se consubstanciou

Resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem aos novos campos de exploração industrial, como os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais, além de desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, natalidade e o prolongamento da vida (SEVCENKO, 1998, p. 9).

Uma enorme variedade de novos equipamentos, produtos e processos surgiu e passou a fazer parte do cotidiano das pessoas em um ritmo frenético e de forma heterogênea. Surgiram os veículos

automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, muitos eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os prédios altos com seus elevadores, as escadas rolantes, dentre outros (SEVCENKO, 1998).

Com o avanço industrial, ocorreu um acelerado domínio e ampla influência sobre as sociedades tradicionais de economia agrícola. No Brasil, o apoio econômico e político do sistema capitalista advinha da riqueza gerada pela recente expansão da cultura cafeeira no Sudeste do país. Nesse sentido, os fazendeiros de café do Sudeste eram a favor da República, pois queriam que fosse implantado o sistema federalista para assegurar-lhes o controle de seus rendimentos, além de usar o seu poder econômico para decidir a ordem republicana (SEVCENKO, 1998, p. 14).

A Proclamação da República teve como uma das primeiras medidas adotadas, a abertura completa aos capitais estrangeiros, sobretudo o inglês e o americano. O objetivo da elite era o de industrializar e modernizar o país: “Foi a entrada triunfal do Brasil na Modernidade” (SEVCENKO, 1998, p. 15).

Essa época foi caracterizada pela passagem da Monarquia para a República. A República era vista como a solução para o progresso e processo civilizador, além de romper com a “letargia do passado”, na qual poderia se alcançar novos horizontes, assim como as nações mais modernas (europeias e norte-americana).

As altas expectativas foram contempladas com o oportuno presságio do aeronauta brasileiro, Santos Dumont, contornando em 1901 a Torre Eiffel, o ícone internacional do progresso técnico científico, com um balão dirigível e em 1917 levantando vôo com o 14 Bis e inaugurando a era das máquinas voadoras com o patrocínio do governo do Brasil! Fato tão auspicioso que foi imortalizado nos versos da modinha: “A Europa curvou-se ante o Brasil!” Essa euforia do progresso era ainda confirmada pelas realidades visíveis da urbanização, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de imigrantes estrangeiros, reconfigurando o padrão demográfico e cultural do país (SEVCENKO, 1998, p. 34).

Era previsto que o efeito global do capitalismo e as novas ideias republicanas articulariam a inserção do país no contexto modernizador e tinham como objetivo propiciar a formação de novas elites constituídas dentro de uma perspectiva positivista, isto é, de um pensamento científico e racional. Nesse âmbito, o período entre 1900 a 1920 demarca novos padrões de consumo e comportamento incentivados pelo desenvolvimento da publicidade e dos meios de comunicação, e impulsionados pelo desenvolvimento cultural propiciado pelas revistas ilustradas, pela difusão da prática de esportes, pela gênese do mercado fonográfico e a popularização do cinema.

Cabe dizer que, neste período, do ponto de vista político, a integridade das eleições continuou questionável, pois o voto não era secreto e mulheres e analfabetos não votavam. Assim, a maioria da

população era excluída. De acordo com Schwarcz e Starling (2016), pouco foi feito para amenizar a herança social escravista.

Foram realizadas várias reformas urbanas, pois a economia era baseada nos serviços e negócios de exportação agrária que, para as autoras (2016, p. 80) “[...] teve como resultado uma vida urbana bastante provisória, que passava por crises cíclicas de carestia, aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios, nos custos de moradia e de transporte”. Conforme as mesmas autoras:

As tentativas de reforma urbana provocaram ainda conflitos com a população, sobretudo fruto da desinformação, mas que foram suprimidos a ferro e fogo pelas autoridades. Um exemplo é a Revolta da Vacina, movimento popular contra medidas que visavam erradicar a febre amarela e que foi violentamente eliminada. A revolta foi enfim controlada, mas o saldo restou ambivalente: de um lado, erradicou-se a varíola na cidade do Rio de Janeiro; de outro, amontoaram-se as vítimas do confronto (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 81).

A crise econômica mundial de 1929 teve como consequência, para o Brasil, uma produção agrícola sem mercado, o que levou os fazendeiros à ruína e gerou desemprego nas grandes cidades. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuraram reconstruir o Estado nos velhos moldes. Diante disso, a gênese do Brasil moderno veio acompanhada de revolução. Em 1930, as tropas lideradas por Getúlio Vargas, ex-governador do Rio Grande do Sul, depuseram Washington Luís e impediram o presidente eleito, Júlio Prestes, de ser empossado. Os presidentes estaduais, como eram chamados os governadores, foram depostos, e os legislativos municipais, estaduais e federal, dissolvidos. O Judiciário sofreu intervenção e expurgos. Iniciou-se um período de quinze anos conhecido como Era Vargas que incluiu o Governo Provisório, de 1930 a 1934, o Governo Constitucional, de 1934 a 1937, e o Estado Novo, de 1937 a 1945 (FAUSTO, 2010).

O governo de Getúlio tentou promover o capitalismo nacional por meio dos aparelhos de Estado, numa aliança entre burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. De acordo com Fausto (2010, p. 327), “[...] foi desse modo, e não porque tivesse atuado na Revolução de 1930, que a burguesia industrial foi promovida, passando a ter vez e força no interior do governo”.

A igreja católica foi uma importante base de apoio ao governo Vargas. Essa colaboração entre Igreja e Estado não era novidade, uma vez que se iniciou nos primeiros anos de 1920, a partir da presidência de Artur Bernardes. Um dos marcos simbólicos que pode ser destacado é a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, no dia 12 de outubro de 1931, mesma data em que se comemora o descobrimento da América; a coroação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil e o “atendimento” a algumas reivindicações do clero na Constituição de 1934. “Dentre essas reivindicações destacaram-se o reconhecimento do documento em nome de Deus, a

indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas e a efetivação das ações sociais” (MOURA, 2012, p. 27).

Os católicos apoiaram o governo e, em troca, este tomou algumas medidas em seu favor, com destaque para o Decreto nº 19.941, de 30 abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas (FAUSTO, 2010). Vale mencionar, pois, que o clero mesmo sem participar efetivamente nas decisões governamentais, tinha grande influência na política nacional.

A classe média urbana, pequena, mas em crescimento, foi o grupo que mais sentiu a superação da política existente no Brasil anterior a 1930. Eram empregados do comércio, da indústria leve, das profissões liberais e da burocracia.

O principal objetivo político da classe média de acordo com o constitucionalismo liberal era uma representatividade mais “autêntica: o voto deveria ser honestamente supervisionado e as urnas apuradas honestamente. Se a exigência de alfabetização fosse obrigatória, isso significaria um aumento de poder político para os eleitores da classe média que tinham nas cidades suas reservas políticas naturais. Nos meses que se seguiram à revolução, os constitucionalistas liberais bombardearam Vargas com exigências para que reformasse o sistema eleitoral (SKIDMORE, 1976, p. 32).

O Governo Provisório (1930-1934), desde o seu início, estabeleceu medidas centralizadoras. Em novembro de 1930, o governo assumiu os poderes Executivo e Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Os governadores, com exceção daquele eleito em Minas Gerais, foram demitidos e em seus lugares nomeados interventores federais. Em 1931, foi criado o Código dos Interventores que estabeleceu as normas de subordinação ao poder central. Este código procurava evitar uma concentração excessiva de poderes nas mãos de alguns governantes estaduais, e, dentre outras coisas, proibia os estados de contraírem empréstimos sem a prévia autorização do Governo Federal e, ainda, restringia os recursos que cada estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército nacional. Tratava-se, em suma, de um instrumento de centralização do poder (FAUSTO, 2010). De acordo com Skidmore (1976, p. 33):

Essa extraordinária concentração de poder (notavelmente ausente sob o extremo federalismo da República criada em 1889), fez do regime de Vargas o foco imediato de uma luta pelo poder entre os elementos divergentes dentro da coalizão revolucionária. Durante os primeiros meses, persistiu um tênuo acordo quanto a duas medidas: a necessidade de expurgar a “corrupção” dos velhos políticos e a necessidade de tomar novas providências governamentais para satisfazer as aspirações das classes trabalhadoras.

Para Fausto (2010), um dos aspectos mais coerentes do governo de Getúlio foi a política trabalhista que apresentou alguns pontos inovadores em relação ao período anterior. Em seu governo,

a atenção dada à classe trabalhadora decorreu de uma política governamental específica, iniciada desde novembro de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O período trouxe transformações no plano econômico, social, político e cultural. No plano econômico destaca-se a aceleração da industrialização e urbanização e a crescente função do Estado interventor em setores da economia. No social, houve o fortalecimento da classe operária, dos empresários industriais, das profissões de nível superior, dentre outras. No plano político, é possível perceber o declínio da oligarquia agrária, revoltas militares, a parceria da Igreja Católica com o Estado. E, finalmente, no plano cultural, a criação de novos cursos superiores, a expansão dos meios de comunicação, como o rádio e cinema, dentre outros (RODRIGUES, 2005).

Ao final do Governo Provisório, após 1934, aconteceram várias reivindicações operárias; eclodiram greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. As campanhas contra o fascismo ganharam força e ocorreu um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo. A resposta do governo a estes acontecimentos foi a criação da Lei de Segurança Nacional (LSN), apresentada ao Congresso Nacional em 1935, que definia os crimes contra a ordem do Estado. Com o apoio dos liberais, o Congresso aprovou um substitutivo ao projeto da LSN que acabou por se converter em Lei, no dia 4 de abril de 1935.

Getúlio construiu sua imagem de protetor dos trabalhadores por meio de cerimônias e emprego intensivo do uso das tecnologias de comunicação. O rádio foi utilizado sistematicamente como instrumento de aproximação entre os trabalhadores e o governo. Para Fausto (2010, p. 375), “Getúlio Vargas era visto como dirigente e guia dos trabalhadores brasileiros, como amigo, e pai, semelhante na escala social ao chefe de família”.

Em 1934 foi criado o Ministério da Justiça e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que chegou a funcionar até dezembro de 1939. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), nesse período, foi diretamente subordinada ao presidente da República que escolhia seus dirigentes. Segundo Fausto (2010, p. 376),

O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”, dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

O DIP foi dirigido durante muito tempo pelo intelectual Lourival Fontes²¹, que soube criar uma imagem de ditador muito simpática às massas. Entretanto, a classe camponesa não receberia os benefícios da legislação trabalhista, continuava esquecida e indefinida, e só tomaria conhecimento de sua força e de suas aspirações na década seguinte, pois os meios de comunicação de massa ainda não chegavam no meio rural (ANDRADE, 1980). Nesse contexto, Sevcenko (1998, p. 38) explica:

Haurindo ensinamentos dos regimes repressivos que se multiplicaram na Europa neste período (1930 a 1940), as autoridades federais procurariam tirar o máximo de proveito das técnicas de propaganda e dos meios de comunicação social, muito especialmente do rádio. Os dois rituais básicos da nova ordem eram o discurso presidencial de 1º de maio no Estádio de São Januário e o noticiário diário da Voz do Brasil, ambos assentados sobre esse mesmo nexo simbólico, a voz dramatizante de Vargas irradiada, recebida e incorporada como a expressa do *animus* profundo da nação. Ademais, o envolvimento da imagem do presidente com o cinema, o teatro, o disco, o humor gráfico, o Carnaval e a gravura popular revelavam que a prática inédita de produzir o consenso por meio de apelos sensoriais e conotações afetivas, se mostrava muito mais eficiente que a racionalidade dos discursos.

Getúlio Vargas definiu e propagou o nacionalismo como a cultura oficial do regime, controlando os meios de comunicação de massa e o cinema para reprimir e censurar as manifestações do liberalismo e do comunismo. Para isso, o DIP fazia a defesa da “raça dos bandeirantes”, do culto à pátria, da família tradicional, da mulher-mãe, do trabalhador-herói e da nação eugênica (HILSDORF, 2011, p. 99).

Vargas permaneceu como chefe de Estado por quinze anos. Foi deposto em 1945, voltando à presidência pelo voto popular no ano de 1950. Mas não chegou a completar o mandato, pois, suicidou-se no ano de 1954 (FAUSTO, 2010).

Durante o governo Provisório e o Governo Constitucional (1930 a 1937), Vargas, representou o duplo papel de árbitro político e de conspirador a caminho dos poderes ditoriais. E no Estado Novo e, depois de 1943, ocorreu sua última aparição como líder democrático, que podia contar com o apoio de um novo movimento popular e de grupos estratificados, como os proprietários rurais e os industriais de São Paulo e a burocracia (SKIDMORE, 1976).

Enfim, nesse período de redefinição do capitalismo liberal, houve transformações na estrutura econômica do Brasil, que acabou por evidenciar duas forças sociais (agrícola e industrial, rural e

²¹ Lourival Fontes foi um jornalista e político brasileiro. Conhecido por ter sido o ministro da propaganda do presidente Getúlio Vargas, entre 1934 e 1942. Na década de trinta evoluiu do socialismo para o fascismo, como ocorreu com grande número de intelectuais de sua geração. Aproximando-se de Vargas, exerceu vários cargos na administração nos anos trinta, mas sua grande identificação dar-se-ia com o Estado Novo, durante o qual dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se revelou instrumento dos mais eficazes para a promoção da pessoa do ditador bem como do sistema político. Acesso em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_fonteslourival.html. Disponível em: 25 jan. 2018.

urbana ou conservadora e progressista). Tais forças iniciaram o confronto de ideias e de concepções divergentes: as tradicionais e as liberais. Essa nova relação de produção foi elaborada por intelectuais liberais e conservadores, os quais, embora divergentes em suas posições, tinham em comum a defesa dos seus interesses e da modernização do país.

A mudança de uma sociedade fundada em base agrária para uma sociedade de base industrial levou ao crescimento da última e trouxe novas necessidades. No campo educacional, com a modernização e o aumento do trabalho industrial e da imigração do campo para a cidade aumentou a demanda por escolas. Nesse cenário, era preciso modificar a assistência à saúde, o atendimento escolar e o serviço público em geral, o que acabava por impor a necessidade de remodelação das funções do Estado, logo, uma remodelação também na área educacional. Para Zanatta (2005. p. 110),

A reformulação educativa, entendida como necessidade do processo de desenvolvimento industrial, de modernização do país, defrontava-se com estruturas pedagógicas tradicionais, conservadoras, de predominância católica. Contrapondo-se a elas, um grupo de intelectuais apoio que defendeu a Pedagogia liberal e reivindicou, como critérios para a reforma da educação: a escola única, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a co-educação e o Plano Nacional de Educação.

Diante do exposto até aqui, pode-se dizer que Jonathas Serrano viveu em um contexto de transformações que marcaram a história do país. Em diversos níveis da experiência social brasileira, houve pequenas ou grandes mudanças que na vida daqueles que experimentaram a conturbada passagem dos séculos XIX e XX. Serrano foi um intelectual católico que tentou conciliar duas dimensões, tradicional (católica) e progressista, em matéria de educação.

2. 2 Os intelectuais católicos do período republicano

Na década de 1930, o Estado tornou-se regulador e organizador do desenvolvimento capitalista. Tal desenvolvimento correspondeu aos interesses das classes hegemônicas e o poder político que o suportava deu-se por meio de formas particulares de legitimação. Segundo Rodrigues (2005, p. 113):

O governo Vargas, muito bem aparelhado, contava com o apoio de alguns teóricos que, assentando seu pensamento no ideário nacionalista, contribuíram diretamente para consolidar e dar legitimização à constituição do Estado forte. Intelectuais como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Alceu Amoroso Lima estavam entre seus simpatizantes no momento.

Os intelectuais citados, dentre outros, faziam parte de uma direita nacionalista e podiam ser separados em três polos ideológicos: scientificista, católico e fascista. O polo scientificista era

representado por nomes como Francisco José de Oliveira Viana²² e Antônio José Azevedo do Amaral²³. Sua base teórica assentava-se sobre o positivismo, segundo o qual o trabalho intelectual deveria voltar-se para a descoberta das leis universais, de modo que estas direcionassem o desenvolvimento humano. O polo católico era representado pelo grupo de intelectuais que gravitavam em torno da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, tendo como seus principais integrantes Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. E, por fim, o polo fascista, representado pela Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado²⁴, era a principal expressão da direita antiliberal, nacionalista e religiosa.

Conforme observado por Rodrigues (2005), a forma de analisar dos pensadores católicos é diferente dos nacionalistas autoritários. Os pensadores católicos sustentavam uma visão espiritualista, se preocupavam com a estabilidade da família e, em decorrência disso, pregavam a repulsa ao divórcio, ao aborto e ao planejamento familiar, o reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso e a luta pela adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

Desde a instituição do Estado laico pela Constituição de 1891, fato que limitou as ações da Igreja, houve uma pressão com vistas a organizar uma “reconstrução institucional”, o que gerou a ampliação de dioceses e a vinda de padres estrangeiros para o Brasil. Após este período de crise, a Igreja Católica tentou afunilar suas relações com a elite brasileira. Foi nesse momento histórico que o número de intelectuais católicos adquire maior amplitude, na tentativa de criar um pensamento espiritualista-conservador no país (RODRIGUES, 2013). Em síntese,

A partir da segunda metade do século XIX os intelectuais buscavam desempenhar uma missão civilizadora com vistas a forjar uma identidade nacional, sob a esperança de obter reconhecimento junto ao poder político e logo benefícios práticos como, por exemplo, a publicação de seus livros. No Brasil nos anos 1930 e 1940 estes intelectuais desempenhariam também um papel de protagonistas políticos, sobretudo Alceu Amoroso Lima, que estava à frente de um conjunto de instituições e movimentos de defesa dos interesses católicos (RODRIGUES, 2013, p. 34).

²² Francisco José de Oliveira Viana nasceu em Saquarema (RJ), em 1883. Historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1951. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oliveira_viana. Acesso em: 23 dez. 2018.

²³ Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1881. Médico e jornalista. Foi um apologistas do Estado Novo, regime instaurado no Brasil em novembro de 1937, o qual correspondia à sua visão do mundo. Exaltou a personalidade de Getúlio Vargas, o qual, por seu carisma pessoal, exerceria um papel catalisador na política nacional. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em: 23 dez. 2018.

²⁴ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895. Jornalista, iniciou sua atividade na imprensa em 1916, em sua cidade natal, no semanário Correio de São Bento. Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895. Jornalista, iniciou sua atividade na imprensa em 1916, em sua cidade natal, no semanário Correio de São Bento. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio_salgado. Acesso em: 23 dez 2018.

Em relação aos intelectuais católicos, “[...] pode-se afirmar que, em sua grande maioria, atribuíam a função da elite intelectual à missão de sanar a crise pela qual o país atravessava” (RODRIGUES, 2005, p. 123). Para a maioria dos membros desse grupo de intelectuais, essa instabilidade estava relacionada a uma crise espiritual, isto é, a um desequilíbrio devido à falta dos preceitos religiosos na vida social, política e educacional. Ao ver a sociedade civil de forma “conflituosa, indefesa e fragmentada” acreditavam que o Estado poderia garantir a “ordem, organização e unidade” (RODRIGUES, 2005, p.124).

Por volta das décadas de 1920 e 1930, na conjuntura das reformas educacionais de inspiração escolanovista, os intelectuais que faziam parte da elite dirigente e ocupavam cargos no Estado pensavam e propunham novos projetos a fim de civilizar a população em busca do progresso urbano, social, cultural e educacional. Diante disso, buscavam operar mudanças na educação nacional, tomando como parâmetro experiências realizadas em outros países.

Por meio desses projetos e ações, os intelectuais reformadores tentaram se aproximar do que havia de mais moderno na educação no cenário mundial e disseminar o que havia de novo na área. Com isso, educadores também criaram editoras, coleções de livros, cursos, dentre outros dispositivos culturais. Ademais, editaram ou publicaram páginas e colunas nos jornais tratando de educação, “[...] nas quais denunciavam, criticavam, duvidavam, reclamavam e apontavam alternativas. [...] O discurso produzido acerca dos descaminhos da educação brasileira procurou realçar o que vinha sendo discutido e realizado, internacionalmente, pela infância e, em particular, a escolarização das novas gerações” (GONDRA; MIGNOT, 2007, p. 8).

A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou impulso no Brasil com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, por iniciativa de Heitor Lira, que pensou em uma entidade ampla capaz de agrupar pessoas de várias tendências em torno da bandeira da educação. Na ABE reuniram-se os adeptos das novas ideias pedagógicas. Esta associação, em um primeiro momento, aquinhooou todos os interessados na causa da educação, independente de doutrinas religiosas ou de posições políticas. Segundo Bomeny (2003, p. 31-32),

A ABE incluiu em sua agenda de debates e conferências a crítica ao “fetichismo da alfabetização”, defendendo um programa de educação integral. Educação Integral capaz de modernizar o homem brasileiro, de transformar essa espécie de “Jeca Tatu” em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo. Os homens que integravam a cruzada da ABE representavam-se como homens esclarecidos, bem-intencionados e comprometidos em solucionar o grande problema nacional. Moviam-se pela crença iluminista de transformar mentalidades através do grande projeto reformador da associação.

Para Saviani (2010), sua força revelou-se diretamente proporcional à sua capacidade de organização. Em 1927, a ABE organizou a I Conferência Nacional de Educação, evento que passou

a ser promovido regularmente nos anos seguintes. O grupo de intelectuais reunidos em torno da ABE promoveu conferências, palestras, cursos, editou e publicou em revistas e trocou correspondências com intelectuais de diferentes nacionalidades. Eles não foram indiferentes ao que era realizado fora do país.

Carvalho (1998) revela a confluência dos projetos políticos educacionais que moldaram e circularam pela ABE, bem como as oposições que a dividiram. A autora afirma que foi Fernando de Azevedo o primeiro intelectual a emitir a informação de que este país se preocupou em começar um movimento renovador na educação desde o início dos anos 1920. Levantou-se a questão do novo contra o tradicional, considerado velho e arcaico. Eventos como a Semana da Arte Moderna, em 1922, e as revoltas tenentistas, durante toda a década de 20, eram indícios de que, de maneira geral, a sociedade exigia mudanças sociais, políticas e econômicas.

Foi nesse cenário que tiveram início as reformas educacionais em vários estados do país e eclodiu o movimento da Revolução de 1930, que intensificou a circulação de ideias, trocas culturais, além de potencializar o debate educacional travado em décadas anteriores. Segundo Carvalho (1998, p. 19),

Desfecho do movimento ascensional pelo “novo”, a Revolução de 1930 teria concretizado uma das principais aspirações do movimento educacional: “já se havia criado uma consciência educacional; e algumas aspirações de cultura, como a criação do Ministério da Educação, a reorganização do ensino secundário e superior e a instituição da universidade, já se integravam no programa de uma corrente bastante forte para deixar de fluir sobre o governo revolucionário, e encontravam, no novo ambiente, as condições mais favoráveis à sua execução.

Até o ano de 1931, não tinha se evidenciado o combate entre católicos e renovadores. Eles participavam juntos das discussões na ABE. De acordo com Carvalho (1998), até 1920 havia mais semelhanças que divergências entre renovadores e tradicionalistas. E as principais realizações que mobilizaram a ABE na década de 1920 foram as Conferências Nacionais e as Semanas de Educação.

As elites estavam preocupadas com a formação da nacionalidade. As propostas modernizadoras não tiveram como objetivo “[...] acenar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes sociais” (CARVALHO, 1998, p. 26). O objetivo era a efetivação de um particular projeto de sociedade em que o interesse era privilegiar a educação como instrumento de conformação dos indivíduos a uma sociedade almejada.

O conflito na ABE emergiu, segundo Saviani (2010), ao apagar das luzes da IV Conferência Nacional de Educação, vindo a confirmar-se, então, a ruptura com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 19 de março 1932, em vários órgãos da grande imprensa brasileira. Seus signatários queriam alcançar a maior difusão possível no território nacional. Em consequência,

os educadores católicos saíram da ABE e fundaram, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação.

Os pioneiros não aceitavam a proposta da Igreja de fortalecer a rede privada de escolas confessionais e de garantir a obrigatoriedade do ensino religioso em todo o sistema educacional. Segundo Bomeny (2003, p. 48-49),

As três Constituições brasileiras (1891, 1934 e 1937), em seus artigos, 72, 153 e 183, respectivamente, ilustram a pressão da Igreja Católica para imprimir rumos na educação. Na Constituição de 1891, definiu-se que seria leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Na Constituição de 1934, a menção ao Ensino Religioso é feita com uma alteração em favor da Igreja: seria facultativo, e de acordo com a confissão de fé, manifestada pelos pais ou responsáveis, constituindo matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. A Constituição de 1937 determinou que o ensino religioso poderia ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias: não poderia se constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

Verifica-se, pois, que os conflitos pedagógicos tinham natureza política e eram protagonizados por dois grupos de intelectuais e educadores: um deles, desde o início do século XX, idealizavam e propunham um novo modelo pedagógico que deveria ser público, gratuito e laico; o outro, postulava a missão das elites católicas numa campanha de reação contra tudo o que era identificado como tentativa de conturbação da ordem social.

Entre tantos intelectuais do período republicano estava Jonathas Serrano. Em 1932, ele escreveu o livro *A Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, em que expunha os princípios filosóficos e educacionais defendidos pelos católicos na década de 1930, período de efervescência das discussões dos princípios da Escola Nova. Nessa obra, Serrano “[...] estuda, analisa, assume e critica teoricamente a proposta pedagógica na Escola Nova” (ZANATTA, 2005, p. 106); evidencia elementos que nos ajudam a refletir sobre a política educacional do período, pois nos revela e discute ideias contraditórias por meio de posições teóricas diferenciadas. Dessa maneira, torna-se um intelectual que retrata o movimento da sociedade, pois consegue apontar as contradições de seu tempo. Como era ativo no campo da Educação e da História, conseguiu mensurar e enumerar as consequências da proposta educacional dos escolanovistas. Não só por isso, mas também por estar envolvido nos debates do período, pelas suas ações administrativas e educativas nos cargos que assumiu nas instituições dessa natureza. Foi, por exemplo, catedrático do Colégio Pedro II²⁵,

25 De acordo com Santos (2010), o Colégio Pedro II era público. Como nesse período não havia instituições que se dedicavam à formação de professores, eram selecionados para ministrar aulas, os membros da comunidade letrada do império, como advogados, médicos e escritores. Com a Proclamação da República houve mudança em seu nome para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, para Ginásio Nacional. Em 1911 retomou seu nome de

subdiretor da Instrução Pública e diretor da Escola Normal do Distrito Federal e professor de História do programa Universidade do Ar. Por seu envolvimento, portanto, não apenas com aspectos teóricos, mas práticos e burocráticos, ele teve condições de fazer a análise histórica, pedagógica, filosófica e política²⁶ das reformas educacionais em relação a formação de professores, e mais, especificamente sobre a Escola Normal.

No quadro dos intelectuais envolvidos com o DIP estavam: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho, que eram conhecidos por expressarem um pensamento centralista e autoritário com o objetivo de direcionar a política cultural às camadas populares. Nesse contexto, o rádio e o cinema, na concepção de Vargas, tinham a incumbência de propagar os princípios da disciplina cívica e moral nos meios educacionais a fim de inserir nos estudantes o “nacionalismo sadio” (RODRIGUES, 2005).

Por meio de ritos patrióticos como, por exemplo, exibição de filmes cívicos e viagens presidenciais, comemoração do aniversário do presidente Getúlio Vargas, Dia do Trabalho, Dia da Bandeira, Semana da Pátria, dentre outros, foi que se buscou o fortalecimento do sentimento de unidade e exaltação popular. Nesse projeto cultural, a imprensa, o rádio, o cinema e o teatro tornaram-se mecanismos educativos por excelência.

Observaremos, no tópico a seguir, as relações entre esse intelectual e seus pares.

2. 3 Jonathas Serrano: geração, itinerário e redes de sociabilidade

Jonathas Serrano passou a frequentar o Círculo da Mocidade Católica (CMCA) em 1901, aos 16 anos. Essa informação foi ratificada por ele próprio em uma conferência realizada no II Congresso Católico Brasileiro e publicada na *Revista Social* (1908 - 1929) em 1908. “Nela Serrano se colocava como cofundador do CMCA, em 1901” (SILVA, 2015, p. 37). A Igreja iniciou esse projeto para alcançar e formar uma futura elite dirigente católica em um país que acabara de se tornar uma república laica. Em 1908, quando Serrano era estudante do curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, ele esteve à frente da União Católica Brasileira (UCB). Esse movimento tinha como objetivo reunir estudantes dos cursos superiores do Rio de Janeiro para dar início a um projeto político-cultural da Igreja por meio da educação com foco na disciplina de História. Para atingir esse fim, Serrano passou a ser editor e articulista da *Revista Social* (1908 - 1928), órgão oficial

origem. Também era designado como Colégio Padrão do Brasil, pois servia como modelo de educação de qualidade para os colégios da rede privada que solicitavam ao Ministério da Educação o reconhecimento de seus certificados.

²⁶ No apêndice do livro de Serrano foi transcrita uma conferência realizada por ele enquanto Sub Diretor de Instrução e ex-Diretor da Escola Normal, em 29 de maio de 1928, em defesa da Escola Normal. Neste apêndice Serrano faz uma análise histórica, pedagógica, filosófica e política da relevância da Escola Normal enquanto centro de pesquisa pedagógico e de irradiação educativa. No capítulo 3 desta tese será aprofundado esta análise.

da UCB que circulou entre 1908 e 1928 com periodicidade mensal e uma seção intitulada “História”. “Nela, o autor publicou grande parte de seus textos, além de reunir um grupo de historiadores para produzir e fazer circular uma história pátria, que fosse republicana e católica” (SILVA, 2015, p. 35).

Na década de 1920, aconselhado por Sebastião Leme, Jonathas Serrano tornou-se membro do Centro Dom Vital, mas afastou-se logo em seguida, pois não concordava com o reacionarismo político de Jackson de Figueiredo. Esse fato foi relatado por Odilão Moura: “Essa posição extremada e apaixonada a que foi levado o Centro Dom Vital, provocou o afastamento de Jonathas Serrano e Vilhena de Moraes, dois excelentes e lúcidos católicos” (MOURA, 1978, p. 121 citado por AZZI, 2003, p. 117). Durante o período em que Serrano ficou afastado do Centro Dom Vital, ele publicou, em 1924, um livro com a biografia do padre Júlio Maria, em uma edição do Centro Dom Vital. “Com essa obra Serrano dava uma contribuição importante para a revalorização da dimensão social e liberal do catolicismo brasileiro. De fato, desde o início da era republicana o padre Júlio Maria²⁷ constituía uma espécie de voz profética em favor dessas ideias” (AZZI, 2003, p. 118).

O Centro Dom Vital, sob a direção de Alceu Amoroso Lima, ganhou filiais em várias cidades do Brasil, o que permitiu uma circulação considerável da revista *A Ordem*, “[...] com um pico de 1500 assinaturas em novembro de 1934”. Uma seção da revista intitulada “Crônica Literária” passou a vigorar em 1931, e, de junho de 1932 até outubro de 1937, passou a ser assinada por Jonathas Serrano (ARDUINI, 2012, p. 55).

Dessa forma, o reingresso de Serrano era uma vitória de Amoroso Lima e resultado de uma mudança no perfil de intelectual recrutado para a defesa do ponto de vista da Igreja: Serrano era professor consagrado do Colégio Pedro II, autor de diversos livros de sucesso editorial e trazia consigo uma “legitimização científica da causa católica” (ARDUINI, 2012, p. 56).

Em contato com o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foram localizados alguns documentos²⁸ que comprovam que Jonathas Serrano escreveu e publicou artigos nas principais revistas que circulavam na capital no início do século XX, entre elas: *A Ordem* (1921-1990), *Alunos e Mestres*²⁹, *Estrella do Mar*³⁰(1909 - 2020), *Vozes* (1901 a 1911). Em jornais, foram descobertas apenas

27 Com a morte de Jackson de Figueiredo, Jonathas Serrano voltou a escrever artigos para a revista *A Ordem* e publicou, em 1939, a biografia de Farias Brito, um pensador brasileiro que influenciou Jackson de Figueiredo.

28 Documentos encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro no fundo Jonathas Serrano, código R2, caixas 17 e 18. Todos os documentos foram datilografados e assinados por Serrano, com o nome da revista ou jornal em que seriam publicados e não têm data. Como o objetivo deste trabalho não é analisar esses documentos, serão mencionados apenas os seus títulos e temáticas.

29 Não foi encontrada referência para trazer informações sobre esse periódico.

30 Não foi encontrado nenhum artigo científico sobre a revista *Estrella do Mar*. Foi consultado para trazer informações sobre esse periódico somente o site da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil.

publicações em *A Cruz* (1910 - 1924), *A Noite* (1911-1957) e no *Jornal do Brasil*³¹ (1891 - 2010). Além destes, foram achados sete fragmentos de discursos destinados a sessões da Ação Católica Brasileira, do Centro D. Vital, do Instituto de Estudos Brasileiros, no Palácio Tiradentes e na Academia Carioca de Letras. Ademais, foram localizados trinta e oito comentários sem especificação de qual revista ou jornal foi publicado.

Por meio dos discursos, artigos e revistas publicados ou não, ligados à educação, e da revisão bibliográfica foram encontradas referências para trazer informações sobre esses periódicos. A seguir será apresentada uma breve descrição das revistas e jornais por onde Jonathas Serrano circulou, produziu e publicou. Ao final das descrições será apresentado um quadro com os títulos, temáticas e nome dos periódicos encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A *Revista Social*³²(1908-1929) tinha periodicidade mensal e eventualmente publicava uma seção sobre História com o intuito de difundir uma história pátria, republicana e católica. Foi o órgão oficial da UCB. De acordo com Silva (2015), Serrano dirigiu a UCB e a revista em dois momentos: entre 1908 e 1916 e entre 1922 e 1928.

Em 1901, a Ordem dos Frades Menores lança a revista *Vozes* (1901-1911), veículo comunicacional que rapidamente ganha notoriedade nos centros acadêmicos e religiosos da época. Em 1911, a revista empresta seu nome à editora, que permanece até hoje. Foram encontrados dois documentos datilografados com indicação dessa revista no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro de autoria de Serrano.

A revista *A Ordem* (1921-1990) foi fundada no Rio de Janeiro num contexto conturbado para os ideais católicos, segundo a Igreja. Os momentos que antecederam sua criação, nos anos de 1920, foram marcados pelo avanço da urbanização, pelas greves e movimentos sociais. O arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, iniciou e liderou um movimento que tinha o objetivo de consolidar o ideário cristão e catolizar o país. Foi por meio desse movimento que se materializou a revista *A Ordem*, em 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922, ambos sob a direção de Jackson de Figueiredo. O departamento editorial da revista era formado por membros do Centro Dom Vital. De acordo com Dantas (2018, p. 3),

A Ordem tinha como objetivo divulgar as concepções doutrinárias, políticas e filosóficas católicas e combater a indiferença e a oposição à Igreja. Também buscava aumentar a influência dessa instituição na sociedade, angariando o apoio de intelectuais para um projeto conservador de salvação nacional, baseado na defesa da

31 Vítima de longa e severa crise financeira, o periódico teve sua versão impressa extinta em 31 de agosto de 2010, quando passou a existir somente na internet.

32 Não foi encontrado nenhum registro de publicação de Jonathas Serrano no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro para a Revista Social.

moral e da ordem. Entre seus colaboradores destacaram-se intelectuais como Jonas Serrano, Osvaldo Aranha, Carlos de Laet, Bandeira de Melo, Leonardo Van Acker, Alceu Amoroso Lima, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Cornélio Pena, entre outros.

Os debates promovidos pelos intelectuais citados acima eram relacionados às críticas ao liberalismo, ao socialismo e às ideias renovadoras sobre educação e pedagogia. Esses intelectuais deram os primeiros passos no processo que ficou conhecido como “restauração católica” que tinha como principal objetivo o reconhecimento da religião católica como a religião oficial do país, além da defesa da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

Com a morte de Jackson de Figueiredo, a direção da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital foi assumida por Alceu Amoroso Lima, que resolveu tirar o tom político-partidário da publicação e torná-la uma revista católica de cultura geral. Em 1930, a Igreja Católica fez um acordo significativo com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, pois foi reconhecida como instituição semioficial. No início, os católicos que se organizavam no Centro Dom Vital eram contra a Revolução de 1930, mas com o reconhecimento e a consolidação de Vargas no poder, passaram a apoiá-lo.

O período político de 1930 a 1945 marcou o auge da circulação e influência da revista *A Ordem*. A partir de 1942, o Centro Dom Vital começou a dar sinais de declínio, o que foi intensificado com a queda de Vargas, em 1945. Com isso, desde então, os intelectuais membros do Centro se direcionaram para outras organizações como, por exemplo, a Campanha de Resistência Democrática, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Com a partida de Tristão de Athaíde para Washington, o Centro Dom Vital passou a ser dirigido por Gustavo Corção. Com o retorno de Tristão de Athaíde, depois de dois anos, foi desencadeada uma crise de liderança que levou à saída de Corção da instituição no ano de 1963. Diante disso, em 1964, *A Ordem* parou de ser publicada. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, nas caixas referentes à documentação pessoal de Jonathas Serrano foram encontrados cinco artigos datilografados sem data assinados por Jonathas Serrano para a seção Letras Contemporâneas.

A revista *Estrella do Mar* (1909 – 2020) é uma das mais antigas revistas católicas do país que traz informações sobre conteúdos para os congregados marianos. Foram encontrados dois artigos assinados por Jonathas Serrano para esta revista.

O Jornal *A Cruz* (1910-1924) foi fundado por Afonso Arinos de Melo Franco com a criação da Liga Social Católica do Mato Grosso (LSCMT), em abril de 1910. Vários artigos enviados de Petrópolis eram publicados no jornal. De acordo com Cardoso (1995) esse jornal era destinado à elite mato-grossense e seu público era constituído de integrantes da comunidade católica. Sua publicação era quinzenal, com tiragem de 1000 exemplares e sua redação era instalada no Seminário Episcopal. O jornal tinha a missão de combater liberais, anarquistas e maçons. Na pesquisa realizada no Arquivo

Nacional do Rio de Janeiro foram encontradas 34 documentos datilografados com a indicação de publicação neste jornal.

O *Jornal do Brasil* (1891-2010) foi fundado em 9 de abril de 1891, no Rio de Janeiro, pelo jornalista e político Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com intenção de defender a monarquia recentemente deposta, embora tivesse que agir de maneira discreta ante o regime republicano para não sofrer com a censura, tal como outros jornais da época. Contava com a colaboração de José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Aristides Spínola, Ulisses Viana, o Barão do Rio Branco (que escrevia as célebres colunas Efemérides e Cartas de França) e outros, como Oliveira Lima, que era apenas um jovem historiador.

Já no século XX, no ano de 1900, o *Jornal do Brasil* passou a expedir exemplares para todo o país, atingindo uma tiragem diária de 60.000, a maior da América do Sul, superando o *La Prensa*, de Buenos Aires, Argentina. Com uma linha editorial que ia desde as reivindicações populares, passando pelas colunas especializadas até o jogo do bicho, o *Jornal do Brasil* tornou-se o principal veículo de imprensa do país, ditando modas e costumes, sendo, a partir daí, conhecido como "Popularíssimo". Esse período próspero também se refletiu na modernização de todo o jornal, que investiu num maquinário de última geração que permitiu a impressão de ilustrações em cores, e se instalou numa nova sede, um arranha-céu construído na recém-inaugurada Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), concluído em 1910. (FERREIRA E MONTALVÃO, 2020). Foram encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro 8 documentos datilografados e assinados por Serrano com indicação de publicação neste jornal.

Os discursos encontrados para a Ação Católica Brasileira foi intitulado “Santo Inácio de Loyola”; para a Academia Carioca de Letras foi redigido um discurso para entregar a Tasso da Silveira o prêmio de poesia Raul de Leoni e um discurso sobre “A Cultura e a perfectibilidade humana”; para o Centro Dom Vital foi encontrado um discurso sobre Afonso Celso, defensor da causa católica; para o Instituto de Estudos Brasileiros foi encontrado um discurso sobre os grandes e pequenos problemas do ensino secundário; para o palácio Tiradentes foi localizado um discurso sobre o Brasil, além do parecer 299 sobre o Esperanto nas Escolas. Ademais, foram encontrados 38 comentários datilografados assinados por Jonathas Serrano, mas sem indicação de data ou periódico. Segue abaixo um quadro com as especificações dos documentos encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:

Quadro 1 - Relação de textos de Jonathas Serrano sob guarda do Arquivo Nacional

Título	Temática	Periódico
Volvendo Páginas	Censura de obras literárias, cinema, dentre outros. Função do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)	<i>Vozes</i>
Frei Beto	Biografia de Frei Beto.	<i>Vozes</i>
Letras Contemporâneas	Reflexões em relação a algumas obras literárias: Kama Sutra (obra oriental de erotismo poético), Parnasianismo brasileiro de Raimundo e Bilac: Plena Nudez, Noites de Inverno, Aspasia, Versos de um artista, dentre outras obras.	<i>A Ordem</i>
Letras Contemporâneas	Relata sobre a biografia do Frei Mansueto Kohnen publicada pela Editora Vozes em 1940, sobre a biografia de Amélia de Rezende Martins publicado em 1939 pela editora Barão Geraldo de Rezende e sobre a crônica de Maria Graham sobre o Brasil na época da Independência publicada pela Biblioteca Nacional em 1938 e traduzida pelo Professor Américo Jacobina Lacombe.	<i>A Ordem</i> , em 1940.
Letras Contemporâneas	Relata sobre a tradução do padre Armando Cardoso, do “Poema da bem-aventurada Virgem Mãe de Deus Maria”, escrito por José de Anchieta.	<i>A Ordem</i> , em 1940.
Letras Contemporâneas	Relata sobre duas obras de romances dos autores Tavares Franco autor do romance “A Enchente” de 1938 e de Ranulpho Prata, autor de Navios Illuminados de 1937.	<i>A Ordem</i>
Letras Contemporâneas	Serrano escreve sobre a obra “Caboclo d’agua” de D. Martins de Oliveira publicada pela editora Schmidt em 1938.	<i>A Ordem</i>
Um estadista do segundo reinado: Bom Retiro	Sobre a biografia de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Barão e Visconde de Bom Retiro.	<i>Aluno e Mestre</i>
Os Voluntário de Deus	Serrano se dirige ao leitor como “Querido amigo” e fala sobre o individualismo e as consequências de quem não acredita em Deus. Ademais, fala dos perigos do socialismo e comunismo.	<i>Estrella do Mar</i> 01/07/1914
Pro Juventude	Relata sobre como deve ser um recreatório.	<i>Estrella do Mar</i> 01/07/1914

A Dignidade do Verbo	O autor fala da importância do respeito ao sentido real dos verbos. Critica o desprezo pela língua nacional, mesmo com a reforma do ensino secundário que determinou o estudo da língua nacional.	<i>A Cruz</i>
A Justiça Incorruptível	Serrano fala sobre a virtude cardeal da justiça.	<i>A Cruz</i>
A Semana da Pátria	Sobre a importância de comemorar a Semana da Pátria	<i>A Cruz</i>
Ad Majorem Dei Gloriam	Sobre Lutero, Inácio de Loiola e a bula papal queimada em 1534.	<i>A Cruz</i>
A doutrina social da Igreja	Advoga a favor da doutrina social da Igreja e contra o comunismo e socialismo. Cita Ducatillon.	<i>A Cruz</i>
Anchieta	Elogia o padre José Anchieta e os jesuítas. Segundo Serrano, qualquer estudante de história deveria saber que foram os jesuítas que criaram o ensino secundário. Também elogia o plano de estudos criados por eles intitulado de <i>Ratio Studiorum</i> .	<i>A Cruz</i>
Ano Bom	Sobre o ano de 1940.	<i>A Cruz</i>
Biometrismo	Serrano fala do uso pejorativo do sufixo “ismo” para criticar os leitores que não acreditam na doutrina católica. Critica o “geometrismo de certos sistemas e teorias pseudo-científicas, literárias e artísticas e o unilateralismo de certas interpretações históricas”. Elogia a psicologia e afirma que a doutrina católica é um “tesouro psicológico”.	<i>A Cruz</i>
Candido Mendes	Serrano relembra quando Cândido Mendes foi seu professor de Prática do Processo Civil, Comercial e Criminal no seu último ano na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais que depois se tornou a Universidade do Brasil.	<i>A Cruz</i>
Ciência e Fé	Serrano faz um relato da importância da ciência e da fé se desenvolverem juntas.	<i>A Cruz</i>
Comunismo e Cristianismo	Fala sobre o divórcio e o comunismo. Cita o Padre Ducatillon.	<i>A Cruz</i>
Congressos e Conferências	Sobre a relevância da ação educativa da Igreja nas conferências e congressos	<i>A Cruz</i>
Crítica das Críticas	Serrano traz um diálogo que teve com Frei Prudêncio sobre a crítica.	<i>A Cruz</i>

Deus e eu	Serrano argumenta sobre a expressão “Deus e eu” que carrega uma filosofia e programa de vida.	<i>A Cruz</i>
Eixos de Referência	Faz uma crítica aos evangélicos.	<i>A Cruz</i>
Espiritismo e Literatura	Crítica ao médium Xavier que ditou Olavo Bilac de forma errônea.	<i>A Cruz</i>
Está chegando a hora	Crítica a festa de Carnaval.	<i>A Cruz</i>
Espírito e Matéria	Serrano relata sobre a conversão de um jornalista ateu em jornalista cristão.	Para o número de aniversário d' <i>A Cruz</i>
Falando a Mocidade	Serrano aconselha a mocidade sobre as ilusões e miragens enganosas no horizonte que por vezes se mostram atraentes.	Inédito para <i>A Cruz</i>
Grandes Católicos	Sugere a leitura da obra “Grandes Católicos” do Padre Claude Williamson.	<i>A Cruz</i>
Imitar o Cristo	Serrano relata sobre um trecho de uma palestra que assistiu de um sacerdote e que questionou sobre sua eloquência e foi orientando a Imitar o Cristo.	<i>A Cruz</i>
Júlio Maria	Sobre a herma de Júlio Maria construída na cidade de Angra dos Reis.	<i>A Cruz</i>
Literatura	Serrano fala sobre uma palestra que deu no curso de Jornalismo e sugere as obras para leitura de como escrever Homens e Idéias da Editora Briguiet e Antologia Brasileira da editora Martins do autor Zélio Valverde. Ademais, elogia o confrade Domingos Barbosa pela lei em que obriga vir nas capas dos livros de maneira bem visível a declaração de improriedade para menores e moças. Segundo ele, já existia a censura teatral e cinematográfica. E a literatura “infectuosa” reclamava por “medidas ‘profiláticas’”.	<i>A Cruz</i>
Lux Fulgebit	Serrano fala sobre o Natal e o ano que está chegando (1943).	<i>A Cruz</i>
Neutralidade	Sobre o problema da neutralidade entre as nações. Segundo Serrano, ninguém é neutro.	<i>A Cruz</i>
Quatro Séculos	Comemoração do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus	<i>A Cruz</i>

O Decálogo tem dez artigos	Serrano apresenta a contribuição do Frei Prudêncio para explicar sobre o Decálogo.	<i>A Cruz</i>
O Grande Tema	Sobre a morte.	<i>A Cruz</i>
Precisa-se de um dicionário	Crítica sobre os conceitos dos dicionários da época.	<i>A Cruz</i>
Palavras, Palavras, Palavras...	Sobre as palavras ditas que são inúteis, que levam ao ódio, que são venenosas.	<i>A Cruz</i>
Ressurgir	Sobre os vários significados da ressurreição de Cristo.	<i>A Cruz</i>
Rotina e Tradição	Fala sobre a distinção dos dois termos e sobre a Igreja ser defensora da tradição cristã. Para ele, não se devia confundir “o erro da rotina com a verdadeira tradição”.	<i>A Cruz</i>
Solidão Sonora	Sobre a obra “Solidão Sonora” do poeta cristão Durval de Moraes.	<i>A Cruz</i>
Uma grande nação	Relata sobre a obra “Viagem Sentimental” de Afrânio Peixoto.	<i>A Cruz</i>
O cinquentenário da Rerum Novarum	Serrano elogia Joaquim Vicente Pecci, isto é, o Leão XIII que redigiu a encíclica <i>Rerum Novarum</i> , pois analisava a questão sociais condenando os erros do socialismo.	<i>Resposta a um inquérito d'A Noite.</i>
Comentário	Serrano narra sobre uma das ruas de Angra dos Reis receber o nome de Júlio Maria.	<i>Jornal do Brasil</i>
O medo das perguntas	Serrano usa um trecho da bíblia para falar sobre a função do professor que na época já não poderia empregar os velhos recursos utilizados para garantir a autoridade indiscutível. Segundo ele, o professor passará a ter mais liberdade.	<i>Jornal do Brasil</i>
Cooperação Intelectual	Serrano fala sobre os educadores cristãos e elogia alguns professores de outros países que se interessam pela história do Brasil. Relata sobre a relevância da educação cristã sem “utopias do pacifismo agnóstico”.	<i>Jornal do Brasil</i>
Critério Qualitativo	Serrano recomenda sua obra Epítome que já estava na vigésima edição para estudo da história, pois é uma obra que troca a quantidade pela qualidade. Critica a quantidade de disciplinas oferecidas no ensino secundário.	<i>Jornal do Brasil</i>

Exemplo e Educação	Fala sobre os problemas morais das crianças que advém dos problemas psicológicos e pedagógicos dos próprios adultos. A melhor maneira da criança aprender, segundo Serrano é por meio do exemplo, da imitação.	<i>Jornal do Brasil</i>
Programas	Serrano critica os programas dos cursos primário e secundário por serem muito extensos	<i>Jornal do Brasil</i>
Provas Parciais	Serrano fala sobre a aplicação das provas parciais do ensino secundário do Colégio Pedro II e do Colégio Universitário. Eram quatro provas anuais, sendo que a primeira atrasou devido ao curto tempo para explicação das matérias. Ele critica a quantidade de provas e questiona o porquê o Plano Nacional de Educação não foi convertido em Lei, sendo que neste ficava estabelecido em um dos seus artigos que haveria apenas duas provas parciais anuais.	<i>Jornal do Brasil</i>
Semper Fidelis	Narra sobre a Polônia e a importância das datas de 1772, e 1793 e 1795 quando tentaram riscar a nação polonesa do mapa da Europa.	<i>Jornal do Brasil</i>

Fonte: elaboração da autora, 2020.

Quadro 2 - Relação de comentários escritos por Jonathas Serrano sob guarda do Arquivo Nacional

	Título	Temática
1	A Alegria	Sobre a importância do bom humor e da alegria.
2	A Arte da Palavra	Relata sobre o estilo e a forma literária.
3	A Arte da Palavra	Serrano elogia Louis Veuillot, um jornalista francês e católico do século XIX e aconselha que ele sirva de modelo para o curso de boa linguagem que estava preparando para a Escola de Jornalismo.
4	A Cadeira de História do Brasil	Fala sobre a importância de separar a disciplina de História do Brasil da disciplina História Geral e questiona o número de professores do Colégio Pedro II destinados a ministrar aula para essas disciplinas.
5	A missão providencial da América	Serrano fala sobre a relação dos brasileiros com os norte-americanos.

6	A Semana cinematográfica na Cinelândia	Faz comentários sobre alguns filmes exibidos na Semana Cinematográfica na Cinelândia.
7	A Biblioteca do Congresso e a Fundação Hispânica	Sobre a Biblioteca Nacional da grande República norte-americana.
8	A Dignidade do Operário	Relembra as encíclicas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno e sobre a questão da valorização dos trabalhadores e elogia a legislação social do Brasil.
9	A Filosofia e a Vida	Sobre a Filosofia e a tradução de algumas obras.
10	A História Pátria	Serrano defende a disciplina de História Pátria. Para ele, qualquer curso de finalidade educativa deveria oferecer as disciplinas de Língua Nacional e História Pátria.
11	As Lições da História	Relato sobre a história da Prússia.
12	A Ortografia Simplificada	Sobre a língua oficial.
13	Balburdia Gráfica	Em defesa do Esperanto.
14	Beleza e Dignidade da Crença	Relata sobre a importância da semana dos estudos relativos à infância não só do ponto de vista científico, mas também em relação a relevância das contribuições do catolicismo.
15	Biografia	Narra sobre o gênero biografia.
16	Cursos e Concursos	Relato sobre a importância dos concursos para provimento em cargos públicos de professores e de administração.
17	Exames Rigorosos	Serrano relata sobre a importância de os exames do ensino secundário continuarem a serem rigorosos, mas não com o intuito de ser injusto e sim como sinônimo de seriedade, de verificação do preparo real para seguir em frente.
18	Farias Brito: o Homem e a Obra.	Relato da Conferência realizada por Serrano na Academia de História do Externato do Colégio Pedro II, a qual celebrava o seu sexto aniversário da fundação. Essa data foi escolhida devido ao 77º aniversário do filósofo Farias Brito. Serrano apresentou a sua obra “Farias Brito”.
19	Historia e Historias	Serrano fala sobre a escrita da história e seus erros.

20	Humanismo Integral	Sobre a obra “A Crise do Mundo Moderno” de Leonel França a favor do humanismo integral.
21	Lendo os jornais...	Serrano faz uma crítica aos jornais e revistas em relação a questões ligadas ao vocabulário, concordância e tradução de expressões. Segundo ele, os jornais podem fazer o bem e o mal.
22	Pronto Socorro Espiritual	Importância da ajuda da Igreja perante as dificuldades da vida terrena.
23	O Cinema e a Criança	Serrano argumenta a favor da regulamentação para proibir crianças de até 7 anos assistir qualquer filme.
24	O Ensino Religioso	Fala em defesa do artigo 133 da Constituição de 10 de novembro de 1937: “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores.” Ademais, relata sobre a reforma do ensino secundário do Decreto -Lei 4244 de 9 de abril de 1937 que em seu artigo 21 afirma “O ensino religioso constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo”. E no parágrafo único do mesmo artigo: “Os programas de ensino religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica”.
25	O Homem da Lagoa Santa	Serrano faz um relato sobre o filme “O homem da Lagoa Santa” obra de Roquette Pinto e produzido por Humberto Mauro.
26	O Problema Gravíssimo	Serrano trata das definições que foram discutidas na Primeira Conferência Nacional de Defesa contra a Sífilis. Temáticas tratadas: educação sexual deveria ser realizada pelos pais e não como matéria a parte nas escolas; da necessidade de censurar obras literárias de “baixa espécie”, incentivar a fidelidade no lar e do “perigo tremendo de ensinar prática anticoncepcionais”, além de criticar as propagandas enviadas por meio de folhetos pelo correio as esposas dos chefes de família brasileiros.
27	O Problema Ortográfico	Relata sobre o recente Decreto-Lei nº 5186 que não evidencia a questão do uso da ortografia em todo o país.
28	O Supremo Tribunal de Justiça Histórica	Comenta e elogia o trabalho do Coronel Laurêncio Lage pesquisador do arquivo, especificamente de seu trabalho intitulado de “Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunar Federal”, dados biográficos (1828-1939).

29	Os problemas morais das crianças	Sobre a importância da psicologia para o desenvolvimento moral das crianças.
30	Nota do Dia: Viagem ao redor da Cinelândia	Filosofa sobre a diversidade de gêneros de filmes que são apresentados nos melhores cinemas.
31	Retornando	Serrano diz ao leitor do periódico não divulgado que está retornando como escritor católico a tal seção da revista.
32	Ricardo Gonçalves	Serrano elogia o poeta Ricardo Gonçalves.
33	Uma dinastia intelectual	Serrano faz comentários sobre os seguintes intelectuais: Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso e Maria Eugênia.
34	Uma válvula necessária	Relata sobre uma notícia que leu em um jornal sobre uma companhia norte-americana que conseguiu dominar os ruídos estáticos da radiofonia que incomodavam os ouvintes. Na mesma página faz uma crítica de maneira geral aos seres humanos, e pega o gancho da notícia sobre a válvula questionando se não inventariam uma válvula para filtrar a mentira telegráfica, o boato sem fundamento, a calúnia inventada pelo ódio.
35	Uma linhagem católica	Por ocasião do falecimento de Cândido Mendes, Serrano recorda alguns aspectos de sua personalidade e indica a leitura da sua biografia.
36	Vicente Licínio	Serrano relembra a visita do amigo Vicente Licínio logo antes do seu suicídio.
37	Xadrez	Serrano relata sobre a ação educativa do xadrez.
38	... E vem aquele suspiro ...	Serrano relata sobre um dia que saiu de trem e conversou com um homem humilde. Relata com detalhe sobre a conversa e o que observou da realidade que o cercava.

Fonte: elaboração da autora, 2020

Mediante esses documentos (discursos, comentários e artigos) encontrados no arquivo pessoal de Jonathas Serrano no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foi possível perceber que este intelectual católico circulava por vários jornais, revistas e associações contribuindo como escritor e palestrante de temáticas variadas: religião, metodologias de ensino, biografias, entregas de prêmios a poetas, escritores e professores, história do Brasil, causas sociais, comentários sobre encíclicas, literaturas, recomendações ligadas à moral católica, recados a juventude, dentre outros.

Nesse percurso, por meio das redes de sociabilidade, Serrano transitou com facilidade entre as principais editoras especializadas na publicação e circulação de manuais escolares de sua época. Segundo Gomes e Hansen (2016, p. 24),

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas – para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição.

O círculo de amizades e colaboração entre os intelectuais nessa abordagem estão sempre imersos nas sociabilidades que os situam, inspiram, demarcam e deslocam por meio do tempo e espaço. Desse modo, os intelectuais envolvidos no programa Universidade do Ar e as reformas educacionais com as quais Serrano colaborou remetem a 1913, quando foi fundado o Grêmio Euclides da Cunha e, também, às redes de sociabilidade tecidas na Livraria Científica. Segundo Gilioli (2008, p. 100-101),

A instituição [Grêmio Euclides da Cunha] congregava desde estudantes secundaristas até diplomados em cursos superiores. Dois dos líderes sustentáculos do Grêmio foram Francisco Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça, ambos próximos a Roquette-Pinto. [...] o ponto de encontro dos integrantes daquele círculo – Heitor Lyra e Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Edgar de Mendonça, João Carlos Vital, Celso Kelly, Raja Gabaglia, Jonathas Serrano, Raul Bittencourt, Delgado de Carvalho, Farias Góes, Gustavo Lessa, Antenor Nascentes, Tude de Souza – era a Livraria Científica, para onde Capistrano de Abreu afluía ocasionalmente.

Nota-se que essa rede promoveu o pioneirismo da radiodifusão e cinematografia educativa no Distrito Federal. Nesse contexto vale destacar que o antropólogo Edgar Roquette-Pinto foi atuante e pioneiro na criação de instrumentos e instituições direcionadas para a comunicação em geral, principalmente nos âmbitos da educação, da cultura e da ciência. De acordo com Aranha, Massarani e Moreira (2008, p. 247),

[...] no desempenho de suas ações, utilizou diferentes estratégias e meios de comunicação, inclusive as novas tecnologias do momento, como o rádio e o cinema. Fez conferências públicas, publicou textos de divulgação, ensaios e livros, criou revistas científicas, organizou exposições, discutiu o caráter dos museus de história natural, incrementou a componente educativa do Museu Nacional, criou bibliotecas e filmotecas, produziu programas de rádio e filmes voltados para a educação e a divulgação científica.

A preocupação que moveu Roquette-Pinto e suas ações políticas tinha como objetivo erradicar o atraso brasileiro. Para ele a razão do atraso não era de caráter racial. Ele via na educação o motor

capaz de transformar a sociedade, sendo que o cinema e o rádio seriam as formas mais eficazes de modificar rapidamente e com eficiência as carentes populações brasileiras (ARANHA; MASSARANI; MOREIRA, 2008).

É importante mencionar que Jonathas Serrano, durante a reforma do ensino do Distrito Federal, entre os anos de 1927 a 1930, foi subdiretor técnico da instrução no Rio de Janeiro, onde criou a Comissão do Cinema Educativo. Dedicou-se ao estudo das implicações do cinema na educação e da efetivação de seu uso nas escolas, fato que acabou culminando na escrita, em parceria com Francisco Venâncio Filho, do livro *Cinema e Educação*, de 1930. Nele, os autores defendem a necessidade da seleção e controle dos filmes que seriam utilizados para o fim educativo. A partir dessa obra e da criação da Comissão do Cinema Educativo, surge a ideia de controle das temáticas abordadas pela cinematografia em geral. Além disso, foi possível verificar que Serrano foi um defensor entusiasmado do uso do cinema e do rádio na educação. Essa informação é evidenciada na introdução do livro:

Desenvolvamos cada vez mais as aplicações do cinema, não só instrutivo, mas plenamente educativo. Levantamos o nível da produção, pela exigência de melhores produtos, por uma crítica serena, mas intransigente. Habituem-se desde cedo os jovens a olhar o cinema pelo seu lado mais nobre e mais belo.

E assim como o rádio é o laço invisível que une milhões de brasileiros, a vibrarem do saído patriotismo ao som do Hino Nacional, também o cinema (e tal é, afinal, a razão de ser destas páginas) realize o milagre de mostrar o Brasil todo a todos os brasileiros, ao homem do litoral ao do extremo oeste, o dos pampas ao da Amazônia, contribuição magnífica e urgente à obra da educação nacional. (SERRANO; FILHO, 1930, p. 13).

A importância de Serrano nos debates intelectuais e na vida pública das primeiras décadas do século XX foi fartamente documentada nas teses de Itamar Freitas (2006) e Giovani José da Silva (2015).

Importante destacar que três membros do círculo do Grêmio Euclides da Cunha se tornaram professores do programa Universidade do Ar. São eles: Antenor Nascentes, Carlos Delgado de Carvalho e Francisco Venâncio Filho.

O corpo docente do curso era composto por professores renomados da época. Alguns ministram aula no Colégio Pedro II, colégio fundado em 1837 e destinado à formação das elites. Também havia professores membros da Comissão Nacional do Livro Didático, o diretor do setor radiofônico do Departamento de Imprensa e Propaganda e Professores do Instituto de Educação do Distrito Federal, que era uma instituição de formação de professores criada no Rio de Janeiro.

Serrano pode ser identificado como um intelectual devido às suas práticas de mediação cultural em relação à produção letrada e ao ensino de História do Brasil, durante as primeiras décadas

do século XX. Para Sirinelli (2003), uma das acepções de intelectual mais ampla é a de criador e mediador culturais e, conforme já mencionado, fazem parte desse grupo, tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário e o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de 'receptores da cultura' (2003, p. 242). Ainda, com Gomes e Hansen (2016, p. 9), na apresentação do livro *Intelectuais Mediadores*, é preciso esclarecer o que são as práticas de mediação cultural e o próprio conceito de intelectual:

[...] reconhecemos que as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento. [...] Em uma acepção mais ampla aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Assim, enquanto intelectual mediador, Serrano difundiu suas ações para a formação de profissionais em sua própria área de especialidade com o objetivo de disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares.

De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 21),

[...] os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Dessa forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado com o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica, profissional, por exemplo; ou a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. Em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas, instituições culturais, programas de rádio e televisão, cinema, exposições, livros infantis etc.

Em relação ao ensino de História, Serrano foi regente em 1916, na Escola Normal e no Instituto de Educação do Distrito Federal, da disciplina “Metodologia de História na aula primária”. Em 1926, foi professor de “História da Civilização” no Colégio Pedro II e de “História do Brasil e da América” (1941 – 1944) no programa Universidade do Ar.

Também publicou várias obras, entre teses, ensaios, poesias, biografias e romances, em sua grande maioria na revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e na imprensa nacional. Foram elas: Ensaios: *Colonização: Capitania* (1914), *O amigo do imperador* (1920), *Filosofia do Direito* (1920), *O Precursor de Tiradentes* (1920), *A ideia de independência na América* (1926), *O corporativismo na França Medieval* (1926), *Cinema e Educação* (1930), *A Escola Nova* (1932);

Poesias: *Coração* (1913), *Evangeliário* (1917), *A Montanha de Cristo* (1931), *Esta vida que passa* (1933), *Antologia Brasileira* (1939); Romances: *Ludovico* (1932); Biografias: *Júlio Maria* (1924), *Anchieta* (1934) e *Farias Brito* (1939).

Serrano acumulou várias funções e posições ao longo de sua trajetória profissional. Ele foi um intelectual criador e mediador, cujo valor foi conferido tanto pelo público, através do trabalho que desenvolveu, quanto pelo próprio campo intelectual com o qual dialogou. Para Gomes e Hansen (2016, p. 24-25),

A proposta de se fazer história dos intelectuais incorpora outras duas categorias fundamentais. A primeira é a de trajetória intelectual, em que o percurso profissional do intelectual é acompanhado tendo em particular consideração os vínculos que estabelece com matrizes, tradições e genealogias intelectuais, e atentando sempre para sua dupla face cultural e política. [...] à história dos intelectuais, que se caracteriza não como um “grupo de idade”, mas principalmente como um grupo de formação, em que vivências comuns de acontecimentos ou de crises (não só políticos) marcam esses intelectuais, independentemente de seu conhecimento interpessoal.

Nesse contexto, Jonathas Serrano se constituiu como um intelectual representativo, encontrando-se inserido em diversas instituições culturais, científicas e educacionais. Dentre elas, foi sócio efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1919), da Sociedade Capistrano de Abreu (1929) e da Academia Portuguesa de História (1931), além de correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará (1931) e de Pernambuco (1934). Além dessas funções, também participou de conselhos e comissões no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, sobretudo na gestão Capanema (1934-1945), a exemplo do Conselho Nacional de Educação (1936), da Comissão Nacional do Livro Didático (1939), da Comissão de um plano de uma Cidade Universitária (1935). Para mais, foi entusiasmado professor do programa radiofônico Universidade do Ar (1941).

O mapeamento da trajetória de Jonathas Serrano pelos espaços citados acima faz-se necessário para a compreensão das sociabilidades desenvolvidas no campo de atuação desse intelectual. Para isso serão apresentadas as informações de cada espaço pelo qual Serrano circulou.

O IHGB³³ foi criado em 1838, na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de reunir documentos para registro da memória nacional, buscando, com isso, construir a história brasileira emancipada da de Portugal. Este instituto foi muito importante para a formação da identidade e memória nacionais. Foi criado a partir do patrocínio de D. Pedro II, que foi o responsável por enviar muitos estudiosos

³³ De fato, D. Pedro II não estava interessado apenas em exaltar o passado por meio da reunião de trabalhos de gerações de outros tempos, mas também almejava a escrita da história de seu reinado, um governo regido por um imperador nascido no Brasil. Desse modo, foi recomendado pelo imperador aos sócios-pesquisadores que priorizassem os fatos políticos e militares. Na realidade foi traçado um projeto político a fim de favorecer o imperador D. Pedro II. Muitas informações e documentos foram descartados por comprometerem a imagem do Império, de forma negativa (GUIMARÃES, 2001).

ao exterior a fim de reunir documentos relevantes que retratavam a América Portuguesa com o intuito de conhecer e escrever a história e geografia do Brasil. Dentre os intelectuais que fizeram parte da investigação de documentos e escrita da história e memória nacionais está Jonathas Serrano, que se tornou sócio efetivo do IHGB, em 1919 (GUIMARÃES, 2001).

A Sociedade Capistrano de Abreu foi criada em 1927, quando faleceu este historiador reconhecido pelos seus pares como um “herói nacional”, devido à sua produção investigativa e bibliográfica da história nacional. Os historiadores desse período tinham Capistrano como a principal referência da escrita da história nacional e diante do seu falecimento resolveram criar a Sociedade para consolidar sua memória. A sede da Sociedade ficava na residência do autor. Seus organizadores conservaram a biblioteca do historiador, seu acervo epistolar e seus objetos pessoais (SILVA, 2010).

A Academia Portuguesa de História foi fundada em 1936 por iniciativa do governo português com as seguintes finalidades: investigar, revisar e ratificar a história de Portugal, publicar de forma sistemática os documentos guardados nos arquivos portugueses e estrangeiros, públicos ou particulares, que se referissem à história portuguesa e pudessem esclarecê-la, por iniciativa própria ou por indicação do Governo, os processos referentes a problemas históricos sobre os quais houvesse divergências de interpretação. Com efeito, a Academia publicava os documentos de acordo com o interesse do governo a fim de estimular o patriotismo. Nesse período seu viés era relacionado à publicação de um conjunto de documentos em detrimento das publicações da historiografia portuguesa. No site da IHGB consta que Serrano foi membro da Academia, mas não foi encontrada nenhuma publicação que demonstre sua relação com a instituição (DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES, 2019, p. 2).

O Conselho Nacional de Educação foi instituído como um órgão consultivo do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto de nº 19.850 de 1931, durante o Governo Provisório, com o intuito de auxiliar o ministro da Educação em relação à análise e propostas de soluções para a educação nacional. Este Conselho foi uma instância permanente com jurisdição em todo o território nacional (SAVIANI, 2004).

O Capítulo II do Decreto-lei de nº 1006 de 1938, instituiu a organização da Comissão Nacional do Livro Didático com o objetivo de estabelecer as condições para produção, importação e utilização dos livros didáticos no País. Seus integrantes deveriam ser designados pelo Presidente da República, escolhidos entre cidadãos de notório conhecimento pedagógico e com reconhecido valor moral. Além destes pré-requisitos, deveriam ser especializados em metodologias das línguas.

À Comissão caberia examinar compêndios apresentados, proferir julgamento favorável ou contrário, estimular e orientar a produção de livros didáticos no país. Também teria autonomia para sugerir abertura de concursos para produção de

determinadas obras ainda não existentes no Brasil, promovendo, periodicamente, exposições nacionais de livros didáticos autorizados de acordo com a lei (FERREIRA, 2008, p. 50).

O então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, fez uma lista com sessenta e cinco nomes de intelectuais que estavam diretamente ligados à educação e alguns especialistas em temas como música, desenho e técnicas de ensino. Na lista dos nomes que pode ser encontrada na dissertação *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*, de aparece o nome de Jonathas Serrano como selecionado para integrar a Comissão (FERREIRA, 2008).

Foram selecionados para fazer parte da Comissão Nacional do Livro Didático os seguintes intelectuais: Abgard Renault, Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira, Adalberto Menezes de Oliveira, Carneiro Leão, Cândido Firmino de Melo Leitão, Delgado de Carvalho, Guimarães Roxo, Hahnemann Guimarães, Leonel França, Maria Junqueira Schmidt e Rodolpho Fuchs. A maioria desses intelectuais ministrava aulas no Colégio Dom Pedro II, e, no curso de formação de professores secundaristas da Universidade do Ar, que era veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, no qual Serrano foi professor de Metodologia e Teoria da História. Abgard Renault, professor de Inglês; Cândido Firmino de Melo Leitão, professor de História Natural; Maria Junqueira Schmidt, professora de Francês (FERREIRA, 2008).

Os professores da Universidade do Ar eram pessoas renomadas que faziam parte de uma elite intelectual durante o Estado Novo. Além de ter professores membros da Comissão Nacional do Livro Didático, também faziam parte do quadro de professores do Programa radiofônico, o diretor do setor radiofônico do Departamento de Imprensa e Propaganda, professores do Instituto de Educação do Distrito Federal, uma instituição de formação de professores criada no Rio de Janeiro, em 1932, e incorporada à Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935.

O programa Universidade do Ar era voltado para a formação dos professores secundaristas de todo o território brasileiro onde fosse possível chegar a transmissão radiofônica, e tinha o objetivo de oferecer uma nova metodologia de apresentação das disciplinas ministradas nos cursos: Português, Francês, Latim, História do Brasil, História da Civilização, Geografia Geral e do Brasil, Ciências, Matemática e Noções de Estatística. Segundo Pimentel (2010, p. 36),

A aula inaugural do programa foi transmitida no dia 19 de abril de 1941, e neste primeiro ano a Universidade do Ar já contava com quase 5.000 matrículas, divididas entre as disciplinas de Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim e Estatística Educacional. Os cursos eram oferecidos gratuitamente aos professores de todo o país e, esporadicamente, os participantes recebiam materiais de apoio mimeografados, como resumos de aulas e orientações sobre os cursos.

No discurso de inauguração da Universidade do Ar, em abril de 1941, os professores se apresentaram e o professor Francisco Venâncio Filho fez menção a Roquette-Pinto³⁴, com os seguintes dizeres:

Roquette-Pinto, meu sábio mestre, o criador da rádio difusão educativa no Brasil a quase 20 anos não pode ser esquecido nesta hora. São dele, desse pioneiro infatigável da cultura do nosso povo essas ideias. A radiofonia é a escola dos que não sabem ler, informa tudo a todos e leva a cada brasileiro do Brasil imenso o conforto da ciência e da arte. Essa iniciativa dirigida especialmente aos companheiros que trabalharam na educação da juventude brasileira pelo propósito de servir e pelo ideal que anima terá o êxito que merece (Francisco Venâncio Filho, discurso proferido na inauguração da Universidade do Ar, 19 de abril de 1940).

É nesse quadro de aumento na demanda por profissionais do ensino secundário e de busca por responder à demanda educacional por meio da Educação a Distância que nasce o programa Universidade do Ar, veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em que o intelectual Jonathas Serrano ministrou as aulas de História do Brasil aos professores secundaristas.

Acerca do discurso de inauguração da Universidade do Ar, transmitido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 19 de abril de 1941, foi encontrado um áudio no Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, que revela que aconteceu neste dia a apresentação dos professores Antenor Nascente, Maria Junqueira Schmidt, Melo Leitão e Francisco Venâncio Filho. Silva (2015) também traz o discurso da professora Lúcia de Magalhães no dia do programa de inauguração. A seguir, estão as transcrições dos áudios referentes ao dia da inauguração do programa:

Destinada a ensinar e a orientar os mestres dos pontos mais longínquos do Brasil, a Universidade do Ar é uma homenagem ao professor que exerce o magistério longo dos grandes centros, fora da órbita das universidades. Desse professor que é um apóstolo e um autodidata, muitas vezes dificultado em sua missão pela escassez de livros e revistas técnicas. Ela destina levar ao nosso professorado os cursos didáticos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Está assim de parabéns todo o nosso professorado, visto como a maior parte deles se achava impedido, já pela distância, já por dificuldades horárias, vai ter agora ao seu alcance, sem despesas e sem incômodos, a palavra avalizada dos maiores mestres que dispomos (Lúcia de Magalhães, discurso proferido na inauguração da Universidade do Ar, 19 de abril de 1941).

Em toda a matéria do curso secundário a metodologia é de capital interesse nas línguas estrangeiras tornasse ela um problema vital. O método direto resolve por sem

³⁴ Edgar Roquette-Pinto foi um intelectual que esteve em defesa do rádio, além de divulgador da ciência no seu próprio campo de conhecimento, foi antropólogo, médico, professor de história natural na Escola Normal no Rio de Janeiro e parceiro de Rondon em campanhas indigenistas e pioneiro na radiodifusão brasileira. Trabalhava em frentes diversas para divulgar o potencial educativo do rádio, por ele definido como o grande mestre do Brasil do futuro” (SALVADORI, 2010, p. 173).

dúvida todas as dificuldades desse problema. Mas, como tem sido mal interpretado e por isso caluniado e taxado de ineficiente. No curso que vamos empreender pretendo reabilitar os créditos desse grande incompreendido e espero brangear adeptos que tenham nele a minha fé e que por ele tenham o meu entusiasmo (Maria Junqueira Schmidt, discurso proferido na inauguração da Universidade do Ar, 19 de abril de 1941).

Antes de tudo devemos conhecermos e a que nos cerca. É este o fim da História Natural. Sendo programa do 3º ano uma síntese, um resumo do que em círculo maior será estudado nos dois últimos anos do curso secundário. Estudarei com meus colegas do interior a metodologia desse programa dando os conselhos e fazendo os comentários que me parecem mais adequados e oportunos a interpretação e ensino das coisas da natureza (Cândido Firmino de Melo Leitão, discurso proferido na inauguração da Universidade do Ar, 19 de abril de 1941).

As aulas³⁵ de cada conteúdo eram ministradas de duas a três vezes por semana, não eram repetidas, aconteciam no período da noite, pois, conforme o relato presente em algumas cartas encontradas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, trocadas entre alunos e professores, a maioria dos alunos trabalhava durante o dia, já atuavam em sala de aula ou exerciam outras profissões e assistiam à aula pelo prazer de adquirir um novo conhecimento sem o intuito de receber a certificação. (ROMERO, 2014).

Jonathas Serrano trocava cartas com alunos³⁶, ex-alunos e professores do ensino secundário. Ele tinha o hábito de indicar bibliografia, comentar suas próprias obras, avaliar livros didáticos, fornecer detalhes acerca de personagens históricos. Por meio de suas cartas é possível saber o alcance dos seus métodos de ensino e ativismo católico (FREITAS, 2006).

Essas trocas pelo correio intensificaram-se ainda mais quando Serrano participou de uma experiência inusitada: o ensino de história pelas ondas do rádio. Aí, junto com Lourenço Filho, Venâncio Filhos entre outros, Serrano percebeu que era preciso adaptar o método a uma situação estranha: a ausência do aluno, o tempo mais que contado, a frase excessivamente medida. Ensinar pelos ouvidos, aparentemente, feria a todos os princípios da pedagogia renovada. Mas, Serrano enfrentou a nova experiência e até ministrou curso de “Metodologia do ensino de História do Brasil”, na Universidade do Ar, por volta de 1943, 1944 (FREITAS, 2006. p. 45).

Com efeito, o programa Universidade do Ar, que transmitia aulas de metodologia das disciplinas do ensino secundário, eram semelhantes a Faculdade de Filosofia³⁷, pois permitia atingir

35 Consultar a dissertação de Romero (2014) para ter acesso as fontes analisadas que comprovam a organização do cronograma das aulas da Universidade do Ar.

36 Na dissertação de Romero (2014) é possível consultar as cartas trocadas entre Serrano e seus alunos encontradas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

37 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras enquanto instituição de ensino superior voltada para formação de professores foi prevista por Francisco Campos enquanto ministro da educação e saúde, mas só foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939 recebendo o nome de Faculdade Nacional de Filosofia.

um número maior de professores de diferentes localidades que não tinham condições de se aperfeiçoar e estudar devido à distância e horário dos estabelecimentos de ensino voltados para esse tipo de formação. Jonathas Serrano foi entusiasta e professor desse projeto, que utilizou o rádio para formar professores utilizando para isso a educação a distância.

Mediante a revisão bibliográfica e as fontes encontradas sobre Jonathas Serrano pode-se afirmar que ele teve um engajamento direto na cultura e política brasileiras, na escrita da história nacional, se empenhou intelectualmente para descrever, analisar e interpretar o seu contexto histórico, bem como adotar posições acerca dos problemas que se colocavam perante o seu tempo. Por intermédio do estudo da prosopografia de Serrano, foi possível identificar os seus pontos de encontro, ou seja, suas redes de sociabilidade, itinerários e geração. Dentro do campo da historiografia brasileira no início do século XX, Serrano se situa como um intelectual produtor e mediador de um imaginário cívico, republicano e católico.

3 JONATHAS SERRANO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DOS IDEAIS DA ESCOLA NOVA

Neste capítulo serão examinados os distanciamentos e aproximações da obra de Jonathas Serrano *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, publicado em 1932, em relação aos ideais escolanovistas, explicitados no *Manifesto dos Pioneiros por uma Educação Nova*, também de 1932. O intuito é demonstrar como a obra reuniu e sintetizou os saberes pedagógicos, além de compreender como o seu autor se apropriou dos escritos sobre a Escola Nova e os representou. Além disso, far-se-á, quando necessário, o entrecruzamento entre os dois documentos.

3.1 Aspectos do arcabouço da obra de Jonathas Serrano

O livro *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, foi impresso e comercializado pela livraria Schmidt, fundada por Augusto Frederico Schmidt, na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, local que ficou conhecido como Livraria Católica. Desse modo, tinha um forte vínculo com a Ação Católica. Conforme Silva (2015), reuniam-se em suas dependências, intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Afonso Arinos de Melo e Franco, Manuel Bandeira, Hamilton Nogueira, dentre outros. Vale lembrar que Schmidt se tornou membro do Centro Dom Vital dois anos antes do início da editora, o que comprova sua ligação com a Ação Católica.

No livro, Serrano se apresenta como Catedrático do Colégio Pedro II, ex-Sub Diretor da Instrução Pública e ex-Diretor da Escola Normal do Distrito Federal, situando, assim, o lugar de onde fala, ou, melhor dizendo, explicitando os andaimes da sua escrita, conforme diria Michel de Certeau (1982).

Nas páginas iniciais, apresentam-se as obras de Jonathas Serrano: *Evangeliaro* (poesia) esgotado; *Coração* (poesia) esgotado; *Contra corrente* (artigos de jornais) esgotado; *Epitome da História Universal* (Editora F. Alves); *Methodologia da Historia* (Editora F. Alves); *Philosophia do Direito* (Editora: Drummond e Cia); *Julio Maria* (Editora C. Dom Vital – Menção honrosa da Academia Brasileira de Letras); *História do Brasil* (Editora F. Briguiet e Cia); *Homens e Ideas* (Editora F. Briguiet e Cia); *Cinema e Educação* (Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo – Em colaboração com o professor Venâncio Filho); *A montanha de Christo* (Livraria Catholica – Rio) e *Ludovico* (romance – Editora Vozes de Petrópolis). Observa-se que o ano de publicação das obras não aparece indicado.

Ademais, o livro inicia com uma dedicação às professoras primárias do Brasil: “Ao abnegado magistério nacional, especialmente às Professoras das classes primárias, a cujo labor silencioso e fecundo será também devedor de suas victorias moraes o Brasil de amanhã” (SERRANO, 1932, s/p).

A obra apresenta um total de 198 páginas, em formato in-16 (14cm x 19,5 cm), constando de introdução de 7 páginas, quatro capítulos e dois anexos.

Quadro 3 – Esquema da obra *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*

CAPÍTULOS	TÍTULOS	Nº DE PÁGINAS
Introdução	Uma palavra serena	7
Capítulo I – A educação e a vida.	1. Conceito de Educação 2. O pavor da metaphisica 1. Pedagogia e Educação 2. A arte da educação 3. Educação e Instrucçao 4. A educação deve ser uma vida 5. O papel do mestre 6. A escola para a criança 7. A pedagogia contemporânea: louvor e censura 8. Responsabilidade dos Educadores Católicos	24
Capítulo II – A Escola Nova	1. Equivoco da expressão 2. Escola nova e escola activa 3. A educação funcional 4. Verdadeira noção de interesse 5. Evolução dos interesses 6. O ensino global e o methodo de projectos 7. As objecções: horários flexíveis 8. Ainda as objecções: programas e exames 9. A objecção máxima: a autonomia dos alumnos 10. A colaboração da Escola e da Familia.	30
Capítulo III – A Didactica Renovada	1. Theoria e pratica: o inevitável retardo 2. As escolas normaes e a pedagogia nova 3. A escola nova e a leitura sem enfado 4. Mathematica sem aridez 5. O ensino das sciencias physicas e naturaes 6. O encanto das aulas de geographia 7. A historia e o seu alto valor educativo 8. A educação moral e cívica 9. O ensino religioso e a pedagogia do catecismo 10. O ensino da língua vernácula e a iniciação literária	38

Capítulo IV – Erros e exagerações da Escola Nova	1. Nem extrema esquerda, nem extrema direita 2. A causa profunda de todos os erros. 3. Gratuita, leiga, obrigatória... 4. O Estado omnipotente e omnidocente 5. A pedagogia social moderada 6. O erro da coeducação em todos os graus 7. A educação sexual nas escolas 8. Psychanalyse e educação 9. Exaggerações psychometricas 10. O erro máximo. Scientismo e sciencia.	36
Conclusão		13
Appendice A Escola Normal, Centro de pesquisas pedagógicas e de irradiação educativa	Conferência da série promovida pela Diretoria de Instrução sobre “A Escola Nova e a Reforma do Ensino” – Realizada no Instituto Nacional de Música pelo Dr. Jonathas Serrano, Sub-Diretor de Instrução e ex-Director da Escola Normal, em 29 de maio de 1928.	28
Appendice A educação pelo cinema	Conferência realizada na Escola de Bellas Artes, a 14 de Dezembro de 1931, pelo Dr. Jonathas Serrano, durante a IV Conferencia Nacional de Educação.	26

Fonte: A autora, 2019.

Este livro não apresenta a bibliografia utilizada pelo autor. As indicações de leitura de outros autores e citações são realizadas no próprio corpo do texto e/ou em rodapé, às vezes reproduzidas em outros idiomas como francês, inglês, italiano e alemão, revelando a erudição do autor. E muitos são citados apenas pelo sobrenome sem indicação da obra na página de rodapé.

Na Introdução, intitulada “Uma palavra serena...”, Serrano relata o fato de o problema da educação estar na pauta do dia e cita a importância da Reforma Fernando de Azevedo, realizada no Distrito Federal em 1928. Entretanto, revela que não estava de acordo com vários de seus pontos e que nas próximas páginas iria apresentar os motivos. Ele menciona os seguintes autores: Fernando de Azevedo, John Dewey e Lourenço Filho como interlocutores. Também menciona a vinda de mestres como Simon, Clapàrede e Ferrière em cursos de formação de professores.

O capítulo 1 aborda a concepção ideológica do autor em relação à educação, pois, segundo ele, toda educação exige uma filosofia. Para justificar o pavor da metafísica, dos filósofos crentes ou espiritualistas, cita a teoria funcional de educação de Claparède. Em relação à Pedagogia, diz ser a

ciência normativa ou prática da educação, mas que não pode se confundir com a própria educação. Também alude à importância da metodologia do professor. Para ele, não basta ter conhecimento, é preciso saber transmiti-lo. Ele cita Decroly para defender a ideia de que a educação é a própria vida e não uma preparação para ela: “*Ecole pour la vie para la vie*” (SERRANO, 1932. p.4)”.

Além disso, revela a importância de um bom relacionamento entre professores, alunos e família. Argumenta em defesa da pedagogia experimental, do nome acertado de Pedagogia Progressiva e da competência da pedagogia do catecismo, que é melhor tecnicamente no campo experimental do que a exercida por pessoas de outros credos religiosos ou agnósticos. Para essa última justificativa ele faz menção a Butler: “O valor da nossa doutrina da educação depende do valor da nossa concepção do homem e da vida”. No capítulo são citados os seguintes autores: John Dewey, Manuel Bonfim, Edouard Claparède, Frans de Hovre, Maria Montessori, John Lancaster Spalding, Nicholas Murray Butler, Rousseau.

No capítulo 2, Serrano atenta para os equívocos da expressão Escola Nova, critica o ensino ativo, enfatiza a relevância da educação funcional proposta por Edouard Claparède, além de argumentar acerca da importância da educação que parte da evolução dos interesses dos alunos e que os respeita. Defende o método global e, como metodologia, a pedagogia de projetos, além de horários flexíveis entre as disciplinas. Considera um equívoco exagerado dar autonomia ao aluno. O intelectual ressalta também a importância da colaboração da família com a escola. Sobre isso, em concordância, faz referência à obra dos seguintes autores: Edouard Claparède, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e La Vaissiere.

No capítulo 3, Jonathas Serrano critica a falta de professores, demonstrando preocupação com a formação destes e a importância da didática renovada. Para isso ele toma como referência, quando fala sobre o ensino de leitura, Lourenço Filho; para o ensino de Ciências: Francisco Venâncio Filho, Edgard Sussekind de Mendonça; para o ensino de História: João Ribeiro e Roger Cousinet e para o ensino da língua vernácula e a iniciação literária: o francês Antoine Albalat e o inglês Gustave Lanson.

No quarto capítulo, Serrano expressa a opinião de que é preciso evitar as posições extremas e argumenta sobre o que considera ser erros e exageros da Escola Nova. O autor recorre a Foerster para discutir a respeito do princípio da autoridade defendido pela pedagogia católica. Também alude a Francisco Filho e a Maria Montessori para argumentar contra o laicismo, gratuidade e obrigatoriedade, princípios defendidos pelos escolanovistas que assinaram o *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. Discorre, ainda, sobre o exagero da pedagogia social e defende a pedagogia social moderada, em que há um equilíbrio entre a pedagogia individual e a social. Para isto, cita os autores: Willmann, Poulsen, Kidd e Foerster.

Na Conclusão, formula algumas considerações a respeito das principais medidas de ordem prática acerca da Escola Nova, como a renovação dos métodos de ensino, com sólida base psicológica e sem se perder nos “fanatismos e imprudências revolucionárias”; a defesa da atividade do aluno, de sua participação, evitando as metodologias tradicionais que abusam do uso da memória e reconhece a necessidade de uma escola socializada voltada para o trabalho; a disciplina que deve surgir do interior para fora, sem necessidade de castigos físicos. Aborda, ainda, a relevância do papel do mestre, da sua formação, de horários flexíveis, além de retomar sua crítica sobre os “erros e exageros” da Escola Nova com relação aos princípios da laicidade, obrigatoriedade, gratuidade e coeducação.

Há dois apêndices. No primeiro, intitulado “A Escola Normal, Centro de pesquisas pedagógicas e de irradiação educativa”, conferência proferida por Serrano quando era sub-diretor de instrução e ex-diretor da Escola Normal, em 1928, o autor trata da relevância e finalidade das Escolas Normais, defende o caráter experimental da moderna pedagogia que deve ser uma disciplina de ordem psicológica. Para justificar essa defesa, Serrano menciona Manoel Bonfim, Montessori, Kerschensteriner, Claparéde, Binet, Fechner, Spencer; os jesuítas Ruiz Amado, de Barcelona, e La Vaissière, da França. Ademais, critica a Escola Normal do Rio de Janeiro, que entre os anos de 1921 a 1927, ofertou a disciplina de Psicologia como facultativa. Nessa mesma seção, apresentou como as disciplinas de História da Civilização, História do Brasil, História da Educação, as noções de Direito Público e Privado e a Sociologia, deveriam ser ensinadas, isto é, Serrano faz uma exposição de como deveria ser a metodologia dessas disciplinas nos cursos de formação de professoras primárias nas Escolas Normais. Indica, ainda, o *Boletim de Educação Pública* como órgão de difusão de ideias educativas.

O segundo apêndice, “A educação pelo cinema”, é uma conferência proferida na IV Conferência Nacional de Educação, em 1931. Serrano cita Venâncio Filho para defender o cinema a serviço da educação, não como meio exclusivo de aprendizagem, mas como um recurso complementar, principalmente no ensino de Geografia e Ciências Naturais; de Higiene, de Medicina por meio de filmes cirúrgicos e, ainda, de Agricultura. Apesar das várias críticas do uso do cinema na educação, Serrano acreditava que, se esse recurso fosse utilizado com critério, seria de grande contribuição para a educação nacional.

Serrano respalda os seus argumentos em autores renomados, defensores da Escola Nova e da pedagogia católica. Faz críticas a algumas de suas ideias e, ao passo em que delas se apropria, justifica suas teses.

Foram citados vários autores representantes da Pedagogia Católica. Franz De Hövre, autor de livros como “Le catholicisme, ses pédagogues, sa pédagogie”, aborda o pensamento de diversos educadores católicos europeus que foram referências para os educadores brasileiros.

Maria Montessori era conhecida pelo método educativo que valorizava a liberdade, a atividade e o estímulo para o desenvolvimento físico e mental das crianças. Entre suas principais obras: *Segredo da Infância* (1936), *Mente absorvente* (1949), *Formação do Homem* (1949), *Em Família* (1951), *Pedagogia Científica*, (1965), *A Criança, com Luíz Horácio da Matta*” (1984), *Educação e a Paz* (2004), *Para Educar o Potencial Humano* (2004) e *Da Infância à Adolescência* (2006).

Entre os autores representantes do escolanovismo, o autor mais citado é Edouard Claparède, suíço, neurologista e psicólogo que se destacou nos estudos da área da psicologia do desenvolvimento infantil. Entre suas principais obras destacam-se: *L'association des idées* (1903), *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale* (1909), *L'éducation fonctionnelle* (1931), *La genèse de l'hypothèse* (1933). Manoel Bonfim, foi médico, psicólogo, sociólogo e historiador brasileiro e suas principais obras foram: *Lições de pedagogia* (1915) e *Noções de psicologia* (1916), *Pensar e dizer: um estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), em que discorria sobre as correntes da psicologia da época; *O método dos testes* (1926) e *Cultura do povo brasileiro* (1932). Após sua morte, em 1932, mais quatro obras suas foram publicadas: *Crítica à escola ativa* (1929), *Clinica psychiátrica: as alucinações auditivas do perseguido* (1904) e *O respeito à criança* (1933).

Johann Heinric Pestalozzi, pedagogo suíço que tem como um de seus principais legados a sistematização do método de ensino intuitivo e das lições de coisas; John Dewey, pedagogo norte-americano; Jean-Ovide Decroly, médico e educador belga que defendia a ideia de que as crianças apreendem o mundo com base em uma visão do todo; Georg Michel Kerschensteiner, pedagogo alemão que criou a escola do trabalho, um dos métodos desenvolvidos a partir de princípios da Escola Nova; William Heard Kilpatrick, filósofo norte-americano, discípulo de Dewey, que cunhou o termo Método de projeto, argumentando que a aprendizagem deve ter lugar num palco fora da escola e envolver esforços para identificar as necessidades reais da comunidade e Nicholas Murray Butler, que foi um pedagogo, filósofo e político norte-americano.

3.2 A responsividade ativa e polifonia no dialogismo de Bakhtin

O livro de Serrano *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, de 1932, não se encaixa no gênero manifesto, pois conforme já relatado ao final do capítulo 1, este tipo de produção tem um tom combativo, incendiário, declaradamente político, além de tentar convencer e arregimentar um representativo número de pessoas para assinar o documento e dar legitimidade, publicidade e irradiação às ideias nele defendidas.

De fato, mesmo não sendo um escrito do gênero, o livro é uma resposta ativa ao *Manifesto de 1932*. Acerca do conceito bakhtiniano de responsividade ativa, Fiorin esclarece:

Toda compreensão de um texto, tenha ele a dimensão que tiver implica, segundo Bakhtin, uma responsividade e, por conseguinte, um juízo de valor. O ouvinte ou o leitor ao receber e compreender a significação linguística de um texto, adota, ao mesmo tempo, em relação a ele, uma atitude responsiva ativa: concorda ou discorda, total ou parcialmente; completa; adapta; etc. Toda compreensão é carregada de resposta. Isso quer dizer que a compreensão passiva da significação é apenas parte do processo global de compreensão. O todo é a compreensão responsiva ativa, que se expressa num ato real de resposta (FIORIN, 2018. p. 8).

Fiorin (2018) explica que compreender é participar e dialogar com o texto e com o destinatário, ou seja, a leitura de uma obra é social e ao mesmo tempo individual. Tendo em vista que o leitor faz parte do diálogo que se estabelece em torno de um determinado texto, a compreensão não surge apenas da subjetividade. Ela vem de outras compreensões. “Ao mesmo tempo, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a todo esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular” (FIORIN, 2018. p. 9).

Ainda à luz da contribuição Bakhtiniana é possível trazer o conceito de dialogismo para compreender os enunciados, isto é, a relação dialógica e polifônica que Serrano estabelece com os ideais escolanovistas. “Todos os enunciados no processo de comunicação são dialógicos” (FIORIN, 2018. p. 22). Em Bakhtin, o termo enunciado corresponde a discurso. E todo discurso é atravessado pelo discurso alheio. Portanto, “[...] dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (FIORIN, 2018. p. 22). Para o enunciador constituir um discurso é necessário levar em consideração o de outrem, que também está presente no seu próprio (FIORIN, 2018).

Os enunciados não existem fora das relações dialógicas, pois só pode ser considerado acabado quando permite uma resposta de outro. “Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante. Um enunciado ocupa sempre uma posição numa esfera de comunicação sobre um dado problema” (FIORIN, 2018. p. 24-25).

Portanto, como todo enunciado é dialógico, “[...] o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado” (FIORIN, 2018. p. 27). Um enunciado se constitui por meio de outro enunciado. Por isso, é possível ouvir sempre duas vozes. Mesmo que não se manifestem no discurso, elas estão presentes e revelam duas posições: a sua e a de oposição. Os enunciados revelam um espaço de disputas entre vozes sociais que fazem parte do lugar da contradição. Todo enunciado solicita uma resposta que ainda não existe. Ele espera uma compreensão responsiva ativa, seja de concordância ou de refutação (FIORIN, 2018). Para Bakhtin (2011, p. 291), “Cada enunciado é um elo de cadeia muito complexa de outros enunciados”.

Bakhtin fundamenta e discute os conceitos de dialogismo e polifonia em relação à posição do autor na criação do gênero romance da seguinte maneira:

O autor é profundamente ativo, mas seu ativismo tem um caráter dialógico especial está diretamente vinculado “*a consciência ativa e isônama do outro*”, a um ativismo que “interroga, provoca, responde, concorda, discorda”, enfim, um ativismo que estabelece uma relação dialógica entre a consciência criadora e a consciência recriada, e esta participa do diálogo com plenos direitos à interlocução com outras vozes, inclusive com a voz do autor, mantendo-se imiscível e preservando suas peculiaridades de falante. (BEZERRA, 2005, grifos do autor.)

O dialogismo e a polifonia fazem parte de uma natureza ampla e multifacetada que revelam uma multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica. Assim, possibilita a construção da imagem do homem em um processo de comunicação interativa, “na qual eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem do que o outro faz de mim” (BEZERRA, 2005, p.194). Nesse sentido, a polifonia é caracterizada pela posição regente do autor no coro de vozes que fazem parte do processo dialógico.

O livro de Serrano é a materialização da compreensão responsiva ativa, dialógica e polifônica do *Manifesto de 1932*. Esse diálogo polifônico com as ideias defendidas pelos renovadores no *Manifesto* e com outros livros, artigos e palestras vinculados à Escola Nova, bem como com intelectuais católicos, ajudou Serrano, na posição de autor regente de sua obra, a responderativamente no livro o porquê não assinou o *Manifesto*, expressando as aproximações e distanciamentos em relação aos ideais escolanovistas.

Na verdade, Serrano era mais agregador, sua fala e escrita apresentavam um tom de serenidade. Não apresentava um perfil com viés explicitamente combativo. Um exemplo, já mencionado no capítulo 2, foi quando se retirou do Centro Dom Vital por não concordar com o radicalismo dos posicionamentos do intelectual Jackson de Figueiredo e quando continuou na ABE como diretor no biênio 1933 e 1934, após publicação do Manifesto dos Pioneiros e retirada dos católicos.

Ainda, por intermédio da verificação de enunciados construídos por Serrano em seu livro como o próprio título *A Escola Nova: uma palavra serena em um debate apaixonado*, nos subtítulos do capítulo 3: “A Escola Nova e a leitura sem enfado”, “Mathemática sem aridez”; no título do capítulo IV: “Erros e exagerações da Escola Nova”, no subtítulo do capítulo IV: “Nem extrema esquerda, nem extrema direita”, é possível identificar o posicionamento equilibrado do autor no que diz respeito à conformidade e afastamento das ideias educacionais presentes no enfrentamento entre católicos e renovadores.

3.3 Aproximações de Jonathas Serrano do pensamento escolanovista

Neste ponto, cabe aqui discutir as aproximações do pensamento de Serrano aos ideais escolanovistas em relação às seguintes questões abordadas em seu livro: conceitos de educação, pedagogia, psicologia; formação de professores (mestre/educador), função da escola e a metodologia das disciplinas do ensino primário e secundário.

Na ordem listada, parte-se do conceito de educação na obra de Serrano. Para ele, esta deve ser a própria vida e não uma preparação para tal. Uma pedagogia completa exige uma filosofia completa, isto é, o trabalho do educador deve ser determinado pelo sentido que atribui a vida, a seu destino e a seus valores. Para afirmar este pensamento, Serrano cita Clàparede:

Na conclusão do seu recente volume sobre concepção funcional da educação, lembra Claparède afirmação, na aparente paroxísmo, de certos autores americanos (Smith, Bobbitt entre outros) – de que “a educação é uma vida e não uma preparação para a vida” (SERRANO, 1932, p. 5).

Já Rousseau exclamaria: “o que lhe quero ensinar, é a viver”. Approxime-se desse pensamento a frase de Dewey: “Aprender? Certamente. Mas primeiro viver e aprender por meio da vida”. E Decroly, em 1907, intitulava a sua escola: “Ecole pour la vie par la vie” (SERRANO, 1932, p. 6).

No *Manifesto dos Pioneiros*, é colocada como questão primordial a finalidade da educação em torno de uma concepção de vida, de um ideal, a que devem conformar-se os educandos. A Educação Nova não pode deixar de ser uma realização categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional tido com artificial e verbalista. A educação deixa de constituir um privilégio determinado pela condição social e econômica para assumir um caráter biológico, organizada para a coletividade em geral.

Quanto à Pedagogia, Serrano a considera como uma ciência normativa e prática ligada à Psicologia, mas não a considera a própria educação, pois para ele, a educação está além do conhecimento teórico e possui um sentido mais complexo. Em outras palavras, a educação não é a mera instrução, é a própria vida embasada por uma filosofia que deve ser inspirada por um ideal de progresso e de evolução moral. Para isso, afirma: “O educador deve ter uma concepção bem nítida das virtudes gerais, para reforçá-las na consciência das novas gerações, a fim de levá-las a essa forma de vida superior, e que é a própria realização do progresso” (SERRANO, 1932, p. 9).

A Pedagogia vista como uma ciência normativa, substanciaria os princípios que deveriam reger a obra educacional. Tais princípios deveriam fazer o indivíduo se adaptar ao meio social, sem abandonar sua personalidade que era considerada por Serrano como sagrada e inalienável. Contudo, Serrano criticava a corrente da Pedagogia Social, afirmando que havia uma preocupação excessiva com o social, o que acabava por anular a educação individual. Diante disso, a Pedagogia, assim

entendida por Serrano, deveria se organizar de forma a enfrentar o problema da individualidade sem prejudicar a coletividade. Para tanto, a Psicologia contribuiria com o enfrentamento das tendências social e individual (ZANATTA, 2005).

A Psicologia era caracterizada por seu aspecto experimental que levava às explicações sobre o processo cognitivo e orientava um caminho mais aberto à criança, colocando-a no centro do processo educativo. Araújo (2004, p. 140) contribui:

A respeito da correlação entre pedagogia e psicologia, as atividades escolares não se faziam mais depender da “lógica formal dos adultos” como era imposta pela educação tradicional, mas de uma “lógica psicológica”, ou seja, “a lógica que se bases na natureza e no funcionamento do espírito infantil”, e doravante havia de ser o mudo infantil a fonte uníssona de inspiração de toda e qualquer atividade escolar.

No apêndice do livro de Serrano foi publicado na íntegra uma conferência realizada por ele no período em que exercia o cargo de Sub-Diretor de instrução e enquanto ex-Diretor da Escola Normal, no Instituto Nacional de Música, sobre a “Escola Nova e a Reforma do Ensino”, realizada no dia 29 de maio de 1928. Ele afirma que para a Escola Normal se constituir enquanto um centro de pesquisas pedagógicas era necessário que se ensinasse e aprendesse a Psicologia experimental. Assim sendo:

Já me ouvistes, na conferência anterior, exprimir o meu indignado protesto contra o incrível absurdo pedagógico de ter sido a psychologia, aqui no Rio de Janeiro, em nossa Escola Normal, disciplina facultativa de 1921 a 1927. Na recente reforma foi a psychologia restabelecida no logar que lhe cabia, constituindo agora a XVI das matérias do curso propedêutico; e como a psychologia experimental expecialmente aplicada à educação é a 1^a das disciplinas do curso profissional. Já sabeis que as aulas do cyclo profissional deverão ter cunho acoentuadamente experimental, havendo além disso aulas exclusivamente práticas em laboratórios, para pequenas turmas de 15 alumnos no máximo. Determina outro artigo da reforma que as cadeiras de psychologia experimental e pedagogia tenham assistente, para a realização de aulas práticas diárias. E, como vêdes, um regime bem diverso do que temos tido. Attribue-se à psychologia o logar de honra a que faz jús, corrigindo-se o mais grave dos erros da historia do nosso ensino normal (SERRANO, 1932, p. 158-159).

Para ele, essa psicologia que é colocada em primeiro lugar na reforma do ensino de 1928 das Escolas Normais do Rio de Janeiro não se referia à velha psicologia dogmática e teórica. Desta maneira, em relação à pedagogia Serrano relatava:

Assim como a psychologia, deixou a pedagogia de ser uma disciplina unicamente philosophica. Com rigoroso fundamento scientifico, empregando o methodo experimental, pode a pedagogia progredir, abandonar velhos preconceitos, verificar o valor maior ou menor de tal ou tal inovação proposta (SERRANO, 1932, p. 163).

Em relação a formação de professores, Serrano (1932) defendia a ideia de que em relação à formação e à educação, o homem é mais do que um ser profissional, sexual, cidadão e social. A sociabilidade dever ser subordinada à personalidade e está, à moralidade que por sua vez se subordina à religiosidade.

Serrano afirma que reformar programas, elaborar novas instruções, avisos, editais, melhorar o material didático, investir na infraestrutura de novos prédios escolares e aumentar as classes e professores é necessário, mas não o suficiente. Para ele, “ao educador não basta apenas saber ensinar. Ele deve saber transmitir os conhecimentos. Todos o verificamos na experiência quotidiana. Os melhores professores não são os que mais sabem” (SERRANO, 1932, p. 15).

O professor é referenciado por Serrano, como mestre que deve ter “fino senso psychologico” e “nobre envergadura moral.” Ele considera que o mestre já entra na sala de aula sobrecarregado o que ocasiona o mau humor, impaciência e ironia. Em detrimento disso, o professor deve ter um semblante sereno, de “alegria comunicativa de quem possue um tesouro inestimável” (SERRANO, 1932, p. 20).

Na concepção renovada e justa da educação, o mestre não é mais considerado um ser omnisciente, que tudo deve saber, capaz de responder sem hesitação a qualquer pergunta sobre a matéria de sua competência. A função principal que lhe cabe é a de estimular a curiosidade saída do aluno, orientando-a, em colaboração de amigo e não com o rigor de um tyranno. O que mais precisa não é erudição, é entusiasmo (SERRANO, 1932, p. 21).

Claparède é citado por Serrano para mostrar o papel do mestre: “Esta nova concepção da escola e da educação implica uma transformação dos mestres, em todos os graus do ensino. Esta preparação deve ser antes de tudo ser psychologica” (CLAPARÈDE, 1922, p. 234, citado por SERRANO, 1932, p. 234).

Ele demonstrou preocupação com a formação de professores: “A primeira preocupação, portanto, de quem pretende transformar os velhos moldes rotineiros da educação tem de ser a formação de um professorado novo, cônscio de sua responsabilidade e cheio de nobre entusiasmo pelos ideias educativas” (SERRANO, 1932, p. 65).

Serrano relata a importância da Escola Normal enquanto instituição de formação do professorado. Disso afirmava que: “A Escola Normal, bem comprehendida, tem por fim justamente fazer de um simples aluno, vindo da escola primária, um aluno-mestre, que deve tornar à escola primária, não mais para aprender e sim para ensinar [...] ella é que prepara os futuros mestres; ella, quem ensina a ensinar” (SERRANO, 1932, p. 65).

Na conferência “Escola Nova e a Reforma do Ensino, de 1928, Serrano faz menção ao decreto que organiza o ensino municipal e a seu artigo 87 que afirma que a Escola Normal deveria ser um estabelecimento destinado à formação propedêutica profissional dos mestres, além de ser um centro de pesquisa de natureza pedagógica. Ademais, cita o decreto 1059 de 14 de fevereiro de 1916 que especifica que a Escola Normal era um estabelecimento destinado a preparar o candidato à carreira do magistério, para dar aula no ensino primário.

Nesse sentido, Serrano destacou o ponto de que a Escola Normal era destinada ao ensino profissional e não um simples instrumento de iniciação e cultura geral, pois visava sobretudo à aquisição de uma técnica. Para defender essa ideia e evidenciar a relevância da Escola Normal, Serrano cita *Lições de Pedagogia* (1915), de Manoel Bonfim e *O ensino na capital do Brasil* (1926) e *Problema de Educação* (1918), de Carneiro Leão.

Em verdade as escolas normaes são escolas rigorosamente profissonaes. Há, no seu programma, as disciplinas necessárias à instrucción geral, mas não é com esse intuito que ellas ahi estão incluídas, porque essa instrucción o alumno já a possue ao entrar para a Escola Normal. Nessas escolas as disciplinas do programma primário servem de themes de educação profissional” (BONFIM, M. 1915, s/p, citado por SERRANO, 1932, p. 153).

Para Serrano, era um equívoco pensar que o ensino normal fosse apenas um mero ensino secundário de simples iniciação ao ensino superior. Novamente Serrano cita o artigo 87 para afirmar que a Escola Normal deveria preparar técnicos de espírito aberto às inovações educativas e capazes de contribuir para um constante aperfeiçoamento de novos métodos de ensino.

Em 1928, após a resposta ao Inquérito³⁸ de Fernando de Azevedo, houve insistência dos intelectuais envolvidos na discussão sobre a formação dos professores do nível secundário. E, no *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, a formação do professor nesta etapa foi considerada como o ponto nevrálgico da questão, na qual se manifesta o sentido da cultura geral e assinala o momento ideal em que se devem introduzir no ensino os ramos especializados. A solução que o plano de reconstrução apresenta para esse problema decorre da observação psicológica que registra a diversidade de gostos e a variedade de aptidões dos adolescentes.

No contexto descrito, Serrano denunciou a falta de políticas públicas para resolver o problema da carência de formação de professores: “Improvisam-se os professores. Para qualquer profissão

³⁸ Neste período foram organizados vários Inquéritos promovidos pelos poderes públicos. Os reformadores da Instrução como Fernando de Azevedo tinham o interesse em contabilizar o número de estudantes existentes e de crianças em idade escolar. “A prática do inquérito estava em voga. Decifrar o país era quantificar os bens públicos e avaliar os bens culturais. (VIDAL, 2011. p. 100)”

cumpre demonstrar preparo e capacidade. Deixa-se a grave responsabilidade do magistério secundário e superior aos milagres da nossa auto-didaxia” (SERRANO, 1932, p. 66).

Em 1931, Serrano cita a exposição dos motivos elaborada pelo Ministro da Educação ao presidente Getúlio Vargas, quando analisada a falta de formação de professores: “O Brasil não cuidou até agora de formar o professorado secundário, deixando a educação da sua juventude entregue ao acaso da improvisação e da virtuosidade...” (SERRANO, 1932, p. 67).

Além de considerar a falta de formação de professores, ele apresentou as ações que estavam sendo elaboradas em prol dessa questão. Para isso, cita a reforma realizada por Fernando de Azevedo, em 1928, que, segundo ele, se preocupou de forma especial com a finalidade dos Cursos Normais. O Decreto de 22 de novembro de 1928 evidenciou a função da Escola Normal: “[...]estabelecimento destinado a formação propedêutica e profissional dos mestres”; acentua em seu parágrafo único que “[...] para conseguir este fim o curso ahi ministrado deve preparar technicos e de espírito aberto às novas ideas educativas e capazes de contribuir para um constante aperfeiçoamento dos novos methodos de ensino”.

O Decreto nº 3810, de 19 de março de 1928 também transformou a Escola Normal do Distrito Federal e os estabelecimentos anexos no Instituto de Educação, com “o fim de ministrar educação secundaria a ambos os sexos e para preparar professores primários e secundários e manter cursos de continuação e aperfeiçoamento para professores” (SERRANO, 1932. p. 69). “E somente com um corpo de professores primários e secundários formados segundo as directrizes da pedagogia renovada será possível a aplicação methodica e fecunda, em todas as classes, dos preceitos scientificos que constituem a escola nova” (SERRANO, 1932. p. 69).

O *Manifesto dos Pioneiros de 1932* introduziu na análise do tema “A unidade de formação de professores e a unidade de espírito”, defendendo que a formação de todos os professores, de todos os graus, deve ser elevada ao nível superior e incorporada às universidades. O princípio de unidade da função educacional implica a unidade da função docente mediante a qual os professores, a par da formação de nível universitário, deverão ter também remuneração equivalente para manter eficiência no trabalho, assim como a dignidade e o prestígio próprios dos educadores. No *Manifesto* fica evidenciado o problema da formação de professores. Seguem abaixo alguns fragmentos:

A maior parte dele (o professorado), entre nós, é recrutada em todas as carreiras, sem qualquer preparação profissional, como os professores do ensino secundário e os do ensino superior (engenharia, medicina, direito, etc.).

A preparação do magistério como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os

graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas as universidades (MANIFESTO, 2011. p. 488 - 489).

Estariam criadas, dessa forma, as bases para garantir a homogeneidade da cultura, o desenvolvimento individual, a diversidade das funções econômicas e a igualdade de oportunidades. A partir desse momento surgiria uma elite nacional baseada na hierarquia das capacidades, exercendo influência efetiva na sociedade formando a consciência nacional.

Nesse sentido, Sonia Lopes (2006, p. 103) explica que:

Erigiram-se assim, não por acaso na mesma data, dos grandes documentos – monumentos da renovação educacional: o Manifesto dos Pioneiros, com repercussão nacional, e um dos principais instrumentos de sua materialização – o Instituto de Educação, locus referencial da formação do magistério, instituição educacional criada para ser um cartão de visitas na cidade que se constituía como a vitrine do Brasil.

Os institutos de educação, criados na gestão de Fernando de Azevedo e desenvolvidos por Anísio Teixeira e Lourenço Filho, abrangiam em sua estrutura o Ensino Maternal, Jardim de Infância, Curso Primário, Secundário e Escola de Professores. Nos dizeres abaixo, fica claro que houve inovação na estrutura e no desenvolvimento dos programas para a formação de professores:

Em cada trimestre, o aluno entrava em contato com uma disciplina, estudava intensamente, com aulas e trabalhos práticos diários; e com outras, que o acompanhavam durante todo o ano. Os sistemas de ensino eram especialmente o de seminário, para livre pesquisa, bibliográfica ou experimental, sobre vários temas ou assuntos propostos em sala de aula, seguidos de discussão do material obtido e conclusões. Nessas atividades de seminário “dá-se especial relevo à personalidade do futuro mestre, e comprovam-se as capacidades de inteligência, espírito de iniciativa e de trabalho. Para assegurar um preparo profissional equilibrado, segundo Lourenço Filho, o ensino normal não era fracionado em diferentes cadeiras autônomas. Recorrendo-se ao agrupamento das disciplinas em seções, pretendia-se permitir a integração de conteúdos e práticas docentes (VIDAL, 2001, p. 112).

A articulação entre os fundamentos da educação com o conteúdo a ser ensinado na formação de professores se dava com a organização trimestral dos estudos, nos quais, simultaneamente, as disciplinas de Biologia e Psicologia, por exemplo, eram articuladas na perspectiva do ensino de Música, Desenho, Educação Física ou Artes. De acordo com Valdemarin (2010, p. 118):

Para além de um rol de matérias, a inovação curricular estava no processo de trabalho: reunião de disciplinas afins em seções e sua aplicação aos problemas do ensino e o progressivo exercício da docência. Além disso, as professoras da Escola Primária eram professoras assistentes da Escola de Professores e as alunas da Escola de Professoras eram estagiárias na Escola Primária e estavam todas envolvidas em pesquisas estimuladas por procedimentos pedagógicos e formativos.

O Instituto de Educação do Distrito Federal apresentou-se como uma instituição modelar. A formação de professores foi um nível de escolarização imprescindível para os propósitos de renovação pedagógica, pois, por meio desta, possibilitava a implementação de novas doutrinas. Nas considerações iniciais do livro *A Escola Nova: uma palavra serena em um debate apaixonado*, Serrano reconhece a relevância da reforma educacional realizada no Distrito Federal em 1928. “O que, porém, reconhecemos desde as primeiras ideias trocadas com Fernando de Azevedo, foi o caráter orgânico de seu plano integral de reforma e a alta importância social de um movimento pedagógico de tal vulto” (SERRANO, 1932, p. 3). E, completa:

De 1927 para cá o professorado primário, profissional e normal de nossa metrópole, e por natural e lógico reflexo os de quasi todos os centros cultos do paiz, tem sentido os efeitos das novas correntes pedagógicas. Não quero com isto significar que a reforma Fernando de Azevedo tenha sido uma espécie de criação ex-nihilo. Não fora justo esquecer quanto, em algumas administrações anteriores, já se tentara em prol de uma renovação do nosso ensino. O que sublinho é a incontestável sobrepujança da obra de audácia – não faltou quem dissesse de temeridade – dos reformadores de 1927 e ainda a repercussão, em nosso meio pedagógico, dessa campanha de renovação integral (SERRANO, 1932, p. 4).

Serrano também concorda que “é incontestável o interesse que em nossos dias provocam as questões relativas à educação”. Ademais, relembra a vinda, nos últimos anos, de “eminentes mestres de renome universal: um Th. Sion, um Claparède, um Ferrière... Nem citar as conferências e cursos especializados, durante o ano lectivo ou nas férias, para melhor orientação do professorado” (SERRANO, 1932, p. 6).

Além disso, evidencia que a coleção organizada pelo “Prof. Loureço Filho em São Paulo, é outro expressivo documento do interesse despertado pelos problemas educacionais” (SERRANO, 1932, p. 5). Para ele, a obra de Lourenço Filho é uma prova a mais de que os assuntos da educação estariam em destaque naquele tempo.

Ademais, o Inquérito sobre Instrução Pública, publicado em várias edições durante o ano de 1926 foi uma avaliação geral da educação organizado por Fernando de Azevedo para *O Estado de São Paulo*. Segundo Vidal (2011) este inquérito era composto por três partes: a primeira sobre o ensino primário e normal; a segunda sobre o ensino técnico e profissional e a terceira sobre o ensino secundário e superior.

Cada parte era introduzida por dois artigos da lavra de Azevedo em que se explicitavam os principais elementos da crítica feita à então organização do ensino no estado. A seguir, a consulta a “entendido” sobre a matéria em debate era realizada a partir de questionamentos elaborados pelo promotor da enquete para cada um dos níveis de modalidade de educação. As conclusões do inquérito viam-se resumidas em dois outros artigos de autoria de Azevedo para cada parte. (VIDAL, 2011, p.101)

Mas, o documento que orientou o caminho das mudanças nacionais foi *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo* ou *Manifesto dos Pioneiros de 1932*. Esses dois eventos criaram um contexto irradiador das novas pretensões educacionais.

O objetivo geral de articular graus e sistemas de ensino entre si e com as necessidades sociais e econômicas se daria com a adoção do trabalho como elemento direutivo das reformas; trabalho entendido como atividade que congrega disciplina, solidariedade e cooperação, devendo ser incorporado pela escola para assumir, portanto, a mesma função que as ocupações sociais tinham na concepção deweyniana. A mudança do vocabulário atualiza as transformações do processo produtivo, mas não altera os objetivos (VALDEMARIN, 2010, p. 116).

Na proposta de reconstrução educacional expressa no *Manifesto*, a criança se torna o eixo da escola e o centro da gravidade do problema da educação e deve desenvolver trabalhos que levem em conta o fator psicobiológico do interesse que deve ser a primeira condição de uma atividade espontânea. Com isso, os programas de ensino se deslocam de uma lógica adulta e são elaborados de acordo com o interesse infantil. Para Azevedo (1958, p. 71):

Seja reorganizada como um “mundo natural e social embrionário”, um ambiente dinâmico em íntima conexão com a região e a comunidade. A escola, que tem sido um aparelho formal e rígido, sem diferenciação regional, inteiramente desintegrado em relação ao meio social, passará a ser um organismo vivo, com uma estrutura social, organizada à maneira de uma comunidade palpante pelas soluções de seus problemas. Mas, se a escola deve ser uma comunidade em miniatura, e se em toda a comunidade as atividades manuais, motoras ou construtoras “constituem as funções predominantes da vida”, é natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades.

Outro aspecto importante abordado na obra Serrano refere-se à relação professor-aluno. Ele defende o princípio do respeito às peculiaridades de cada indivíduo e da relação de cumplicidade que deve existir entre eles. Desse modo: “Professor e aluno devem ser colaboradores e não inimigos. Não se devem olhar suspeitosos, mas ao contrário com a *sympathia* dos que amam o mesmo ideal. Para tanto, é imprescindível a compreensão reciproca de direitos e sobretudo de deveres” (SERRANO, 1932, p. 20).

Serrano declarava que os novos métodos de ensino eram representados pelas mais recentes conquistas da pedagogia experimental e não eram considerados definitivos e absolutos. Todo método era considerado por ele passível de aperfeiçoamento. No apêndice do livro referente à conferência realizada em 1928 sobre a “Escola Normal e a Reforma no Ensino”, Serrano argumenta que apesar

do pessimismo em relação à concretização do artigo 87 do Decreto nº 2940 de 1928, era preciso entender o caráter experimental da pedagogia moderna. A respeito, segue abaixo as palavras do autor:

Em lugar de ser, como outr' ora, um estudo de ordem moral e constituir um ramo da ethica, é, de um século para cá, uma disciplina de ordem psychologica. Ao invés de sciencia de raciocínio e experiência, sciencia de observação e experimentação. Passando da teoria à pratica, muitos educadores têm procurado, na fundação de institutos organizados segundo as ideias de grandes mestres, verificar o real valor dos systemas propostos. E a crítica fundada na experimentação é hoje, sem dúvida, uma das características mais dignas de registo. E só a ignorância ou a sofistica maliciosa poderia menosprezar o que já se tem conseguido em matéria de experimentações pedagógicas (SERRANO, 1932. p. 155-156)

Fica clara a simpatia de Serrano com os métodos da psicologia experimental, ao relatar a relevância do uso de recursos lúdicos, como os jogos, no processo educativo. Para ilustrar isso, cita Claparède: “O jogo deve ser pois, o ponto de partida da educação funcional” (CLAPARÈDE, 1922, p. 233, citado por SERRANO, 1932 p. 22).

Ademais, defende a aplicação da pedagogia experimental quando relata “As Case dei Bambini de Maria Montessori, as Arbeitsschule de Kerschensteiner, as new-schools inglesas são outras tantas demonstrações vivas da fecundidade da experimentação pedagógica” (SERRANO, 1932. p. 25).

O sistema educacional descrito no *Manifesto dos Pioneiros de 1932* vislumbrava a escola maternal, os jardins de infância e a escola primária como meios mais eficazes de colocar em prática a democratização da sociedade, garantindo igualdade de oportunidades para o desenvolvimento físico, moral e intelectual a que todos os seres humanos têm direito. A escola secundária ficaria responsável pela sólida base de cultura geral, dividindo-se depois em duas áreas: uma de preponderância intelectual e outra de preponderância manual e o ensino superior abrangeeria os institutos de pesquisa e altos estudos e a formação de professores.

Em relação ao papel da escola, Serrano afirmava que “[...] deverá ser antes um laboratorio do que um auditório, um centro de fecunda atividade, que faça a criança amar o trabalho, tornado-o atraente” (SERRANO, 1932. p. 21). Para isso, é preciso estar atento às observações da psicologia experimental além de se inspirar na concepção funcional de educação que foi proposta por Claparède.

A escola, para preencher sua missão da maneira mais adequada, deve inspirar-se numa concepção funcional da educação e do ensino. Consiste essa concepção em tomar a criança para o centro dos programas e dos methodos escolares e em considerar a própria educação como adaptação progressiva dos processos mentais a certas accções determinadas por certos desejos (CLAPARÈDE, 1922, p. 232, citado por SERRANO, 1932 p. 22).

Nessa lógica, a escola deveria despertar o interesse vital da alma da criança pelo aprender ou fazer e a disciplina deveria vir do interior e não de fora para dentro. Assim: “Pode-se dizer que o ambiente da escola renovada, ou progressiva, ou como lhe queriam chamar – pouco importa o nome, o espírito é que vivifica – é um ambiente de prazer e de liberdade” (SERRANO, 1932. p. 71).

Na palestra realizada em 1928, em relação à função da escola, Serrano assim expôs suas ideias:

Grande e fecunda será então a influencia da escola. Em primeiro logar sobre o próprios alunos, ministrando-lhes uma educação completa, physica, intelectual e moral. Adquirirão, pelos exercícios diários, hábitos hygienicos e de trabalho pessoal, observando e raciocinando, conscientes de sua responsabilidade e do valor de seu esforço. Preparar-se-ão para reagir sobre o ambiente, corrigindo os defeitos dominantes no meio social a que pertencem. Serão animados em todo o seu trabalho, de um vivo sentimento de finalidade social (SERRANO, 1932, p. 169-170).

No *Manifesto dos Pioneiros*, conforme se mostra pelos estudos sociológicos, a escola, caracterizada como o campo específico da educação, se encontra inserida na sociedade. Também é uma instituição social que convive com várias outras modalidades de instituições. E a educação não se faz somente por meio da escola, pois faz parte da totalidade da vida. O plano de reconstrução deve alargar seus limites e raio de ação. As instituições de caráter educativo ou de assistência social devem ser incorporadas em todos os sistemas de organização escolar para corrigir a insuficiência social, cada vez maior nas instituições educacionais. Assim, as escolas de qualquer grau devem reunir em torno de si as famílias dos alunos, os ex-alunos organizados em associações, desenvolvendo o espírito de cooperação entre pais, professores, imprensa e todas as demais instituições capazes, de algum modo, de contribuir para o desenvolvimento da obra educativa.

A colaboração entre família e escola também é abordada no livro de Jonathas Serrano. Desta maneira: “Uma e outra podem e devem auxiliar-se mutuamente”. Ele defende que as reuniões de pais não devem ser conduzidas com “prelecções eruditas e enfadonhas”, os discursos ocos e inúteis, que fazem bocejar e dão conta de não mais voltar a escola” (SERRANO, 1932. p. 59). Para que tal situação não aconteça, ele sugere a contribuição do cinema educativo.

Películas de varias categorias concorrerão para tornar attrahentes e proveitosas as reuniões periódicas dos círculos. Noções de hygiene e puericultura, prophylaxia de moléstias mais communs, combate ao alcoholismo, processos de educação para dos filhos sem emprego de castigos brutaes ou humilhantes, exemplos sugestivos de virtudes domesticas e cívicas, - sobretudo de cooperação, tenacidade, bom humor e polidez – tudo poderá ensinar discreta e agradavelmente o cinema, desde que haja voas películas, organizadas segundo um plano criterioso (SERRANO, 1932. p. 59).

No capítulo 3, intitulado “Didática Renovada”, são abordadas as metodologias de ensino. Ali, Serrano justifica que a leitura não deve ser uma disciplina, mas, sim, estar relacionada com todas as atividades escolares. Ademais, elogia o cuidado dos norte-americanos com a confecção dos livros

didáticos destinados às escolas primárias: “A própria belleza material é já um motivo de atracção para as creanças: papel, typos, gravuras anegrou ou coloridas, tudo são motivos para que o livro desperte o desejo de leitura” (SERRANO, 1932. p. 73). O autor destaca, ainda, a importância das bibliotecas nas escolas e das bibliotecas circulantes nos locais mais distantes, como as escolas rurais. Em relação ao ensino de matemática Serrano aponta a relevância da criança se interessar pelos números e cálculos como uma atitude natural e sem imposição arbitrária. Defende como atividades que estimulem esse interesse, o uso dos jogos, do dominó, contar, ver horas, medir, usar dinheiro e calcular despesas.

Ao tratar do ensino de “Sciencias Pysicas e Naturaes” nos cursos primários e secundários, o autor a considera como sendo a disciplina que mais desperta a curiosidade dos alunos, pois promove as experiências e os coloca em contato com a natureza. Como exemplos, Serrano cita os professores Venancio Filho e Edgar de Mendonça que se lembraram de Roquette-Pinto no livro que publicaram sobre “Sciencias Physicas e Naturaes”: “Ao envés do ensino literário pelo livro, a educação scientifica pela natureza” (FILHO, F. V.; SUSSEKIND, M. 1932, apud SERRANO, 1932. p. 77).

No tocante ao ensino de Geografia, menciona que o melhor método de ensino é o intuitivo, com demonstrações e experiências. Para ele:

O ensino será correlacionado com o do desenho e, antes da cópia das cartas, devem os alunos exercitarse em esboços, salientando em traços rápidos determinados factos dentre os muito do mappa. Diagrammas e graphaicos deverão ser em todo o curso organizados também pelos alumnos (SERRANO, 1932. p. 80).

Deve ser realizado por meio do convívio com a natureza, e as excursões são os meios mais “fecundos e interessantes” para o aluno conhecer a realidade.

De todas as disciplinas é porventura a geografia a que dispõe, em seu ensino, dos mais variados e atraentes recursos de visualização: estampas, cartões postaes, recortes de revistas, diapositivos, diaflimes, trechos de jornaes cinematográficos, películas instructivas de collecções especializadas (SERRANO, 1932. p. 80).

O autor menciona, ainda, que a Geografia é a disciplina que mais combina com o método de projetos.

A disciplina de História aparece com “alto valor educativo” e deveria ser ensinada por meio de palestras, diálogos com as crianças, narrativas curtas, animadas, passíveis de serem interrompidas para perguntas por parte das crianças, ilustradas com esboços de mapas, retratos, fotografias e projeções.

Os questionarios methodicos, que obrigam a creança a reflectir para responder, as leituras comentadas, o emprego discreto de testes, os projectos ligados a um ponto interessante do programma – eis outros tantos meios de estimular a atividade, impedindo a repetição passiva de formulas decoradas, sem o compreensão de seu conteudo significativo (SERRANO, 1932, p. 85).

O perigo no ensino de história está na “inercia do alumno”, isto é, na passividade. Excursões, visitas a museus, arquivos e bibliotecas também são excelentes meios para estimular o interesse pelos assuntos históricos. Entretanto, não indica os filmes históricos para o ensino de história. Nesse sentido, relata:

Mas as chamads “fitas historicas” - oh! por amor de Deus, não as consideremos cmo beneficas nem proprioamente educativas senão em casos rairrsimos, deveras excepcionaes. Não importa o luxo nababesco de certas restaurações; nada significa o valor artístico de alguns protagonistas. São como o estilo brilhante de ceertos litteratos que se põem a romancear o passado (SERRANO, 1932, p.186).

O perigo é tanto maior quanto mai forte a de educaçao artistica. O falseamento da verdade historica é quasi fatal, pela propria preocupação de dramatizar, de simplificar o que é complexo e arido, pela impossibilidade tambem de reproduzir exactamente o gesto, a expressão, a psychologia enfim de certos personagens (SERRANO, 1932, p. 186).

Para o ensino de história, Serrano indicava as projeções fixas no ensino secundário devido as coleções alemãs e americanas consideradas por ele excelentes. E, para ensinar a história pátria recomendava ilustrações, retratos e reproduções de obras de arte. Também indica as visitas aos Museus.

Na palestra de 1928, o autor defende que os alunos deveriam visitar, em pequenas quantidades de turmas, o Museu Nacional, o Instituto Histórico, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico, o Arquivo Nacional e a Escola de Belas Artes. Serrano afirma que o ensino de História havia realizado o progresso no tocante à metodologia e elogia o Colégio Pedro II, que deveria servir de modelo para as demais escolas secundárias.

Ao abordar o ensino de Educação Moral e Cívica, Serrano cita o Regimento Interno do Colégio Pedro II sobre dessa disciplina no ensino primário: ela deveria dar noções positivas sobre o dever do cidadão na família, na escola, na pátria e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana; nas comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria e da história universal; homenagens aos grandes personagens representativos das fases históricas que influenciaram positivamente o progresso humano.

Entretanto, para o ensino secundário essa disciplina passou a não fazer mais parte do currículo, pois na própria disciplina de História da Civilização seriam abordadas temáticas sobre Educação Moral e Cívica, para os alunos. No ensino normal, era obrigatória até a reforma geral de 1928, dirigida

por Fernando de Azevedo. O próprio autor da reforma explicou o motivo da supressão dessa disciplina no ensino normal. Segundo ele:

Todo professor, de acordo com os ideias da escola nova, é um educador: o professor que dando a sua lição, julgar concluída a sua tarefa, não é digno da profissão que exercer, no interesse publico. A elle é que cabe contribuir para a educação moral e cívica, pelo exemplo constante e pelas oportunidades que lhe dá o ensino a seu cargo (AZEVEDO, 1929 p. 122-123).

Nessa fala, Fernando de Azevedo explicita a importância da educação moral sem nenhum fundamento religioso. Diante desse relato, Serrano contrapõe:

Há, todavia, nesta brilhante exposição um vício de origem: admitir-se a possibilidade de uma educação moral perfeita sem nenhum fundamento religioso. Teremos ocasião, mais para diante, ao tratar da laicidade no ensino, de analisar a questão do ponto de vista filosófico, pondo em evidencia o erro e as exagerações de alguns dos que defendem a escola leiga (SERRANO, 1932. p. 92).

Serrano também aborda a questão do ensino da língua vernácula e a iniciação literária. Para ele, a redação deve ser espontânea, oral e escrita na educação primária, além de preparar os alunos desse nível de ensino para o interesse literário, dos exercícios e composições. Mas, para isso, era preciso que o professor tivesse a consciência da individualidade de cada aluno e saber estimular as qualidades reais. “Corrija, orientando, sem querer abafar a personalidade do alumno, impondo-lhe passivamente fórmulas ou fôrmulas. E não tenha a ilusão de que, sempre, a sua maneira de dizer é a melhor” (SERRANO, 1932. p. 99).

A iniciação literária não deveria ter a pretensão de formar poetas, oradores ou jornalistas e os hipercríticos dos anos 20, mas ser capaz de levar à investigação séria dos problemas, das questões de interesse superior, seja nos círculos de estudo, em bibliotecas ou nas faculdades para onde grande parte dos alunos de ensino secundário seriam encaminhados.

Observa-se que, quando tratados os pontos acima, Serrano expõe em seu livro *Escola Nova: uma palavra serena em um debate apaixonado*, de forma bastante evidente, as aproximações de seu pensamento com as diretrizes da Escola Nova. Aponta-se entre as principais medidas a necessidade de renovar os métodos e práticas de ensino, com a justificativa de uma sólida base psicológica; de respeitar e desenvolver a atividade do aluno, sua capacidade de observação e expressão evitando velhos hábitos; de educar os alunos socialmente; de trabalhar em cooperação na escola e na comunidade e incentivar a criação de Escolas Normais para formar professores qualificados.

Com base nesses pontos, o *Manifesto dos Pioneiros de 1932* expressava uma nova direção educacional explicitada por meio de uma bibliografia destinada à mudança da mentalidade dos

professores. “Livros reunidos em coleções construíram a representação do novo conhecimento, demarcando também um espaço irradiador” (VALDEMARIN, 2010, p. 120).

De acordo com Valdemarin (2010), Carlos Monarcha fez um estudo sobre a Biblioteca de Educação, organizado por Lourenço Filho, que evidenciava o recenseamento das edições, tiragens, a grande circulação de alguns volumes, bem como o objetivo da coleção, que era o de apresentar a educação renovada de forma a ser reconhecida e servir de orientação para os modelos de formação para o magistério primário.

A ênfase estava na área de fundamentos da educação abrangendo conhecimentos nas áreas de psicologia experimental, sociologia e biologia com destaques para algumas obras mais emblemáticas, como *Vida e Educação*, de John Dewey, e *Educação para uma civilização em mudança*, de William Kilpatrick. No que diz respeito aos aspectos mais especializados e mais relacionados ao trabalho escolar, as publicações referem-se a conhecimentos que podem diferenciar mais prontamente a pedagogia da Escola Nova, tais como: *Como se ensina geografia*, de Firmino Proença, *A escola ativa e os trabalhos manuais*, de C. Fonseca, *Cinema e Educação* de Jonathas Serrano e Venâncio Filho, *Os centros de interesse na escola*, de A. Moura, *Como usar a Linguagem*, de F. Costa, *Radio e educação*, de A. Espinheira, *Como se ensina história*, de Jonathas Serrano, e *A escrita na escola primária*, de Orminda Marques (publicado em 1936 e originado de pesquisa realizada no Instituto de Educação) (VALDEMARIN, 2010, p. 121, grifo nosso).

Jonathas Serrano aparece sendo referenciado em duas obras que revelam que o intelectual foi um irradiador de novas ideias na área de formação de professores, sobretudo no programa Universidade do Ar, veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Na obra *Cinema e Educação*, de autoria conjunta com Venâncio Filho, que também foi professor de Ciências no referido programa, defendem o uso do cinema e do rádio enquanto recursos para levar informação e conhecimento a um maior contingente de pessoas. Assim como no *Manifesto dos Pioneiros*, fica evidente a defesa dos meios de comunicação no processo educativo, na seguinte passagem:

[...] a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio, com que a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital (MANIFESTO, 1932. p. 491).

O livro *Como se ensina história*, também foi utilizado no programa Universidade do Ar para ensinar novas metodologias de ensino de História do Brasil aos professores secundaristas.

De acordo com Silva (2015), Serrano se destacou como autor pioneiro e referencial na construção da didática do ensino de História no Brasil. Na primeira metade do século XX, foi extremamente produtivo sobre a temática teoria e metodologia de ensino de História, tendo publicado as seguintes obras: *Epítome da História Universal* (1913), *Metodologia da história na aula primária*

(1931), *História do Brasil* (1931) e *Como se Ensina História* (1931). Este último livro era destinado aos professores secundaristas de História e circulou nos institutos de educação, escolas normais, em cursos de formação didática e metodologia de história. “Publicado como o 25º volume da prestigiada coleção Biblioteca da Educação, da Companhia Melhoramentos de São Paulo, dirigida por Lourenço Filho, o livro circulou em boa parte do território nacional e fora dele, sobretudo em Portugal” (SILVA, 2015, p. 145).

Ainda recorrendo a Silva (2015, p. 146), este autor afirma a existência de cartas trocadas entre Jonathas Serrano e o português Fidelino de Figueiredo, que foi ex-ministro de instrução pública de Portugal (1914-1915), além de editor da *Revista de História de Lisboa* (1912 – 1928), em que o ex-ministro elogia a obra de Serrano por seus ensinamentos quanto ao conhecimento prático do ensino médio, conhecimento teórico da metodologia de História, além de citar as “modernas correntes pedagógicas, sem esquecer a didática dos testes”.

Enfim, durante todo o percurso enquanto autor de obras de teoria e metodologia de ensino de História, Serrano se constituiu como referência nacional. Freitas (2010) afirma que Serrano exercia o magistério desde quando era aluno no ensino secundário no Colégio Pedro II, pois ministrava aulas particulares no intervalo do curso secundário. Ademais, além da história, ele transitava com facilidade pelo Latim, Português e Filosofia. E, com relação a isto, Freitas (2010, p. 42) revela que “Alceu Amoroso Lima acreditava que Serrano também poderia lecionar matemática ou ciências naturais.”

Portanto, Serrano era reconhecido por seus pares, ou seja, por intelectuais a frente da educação no início do século XX, mediante a imagem de um professor aplicado e de grande conhecimento científico em várias disciplinas do ensino secundário.

3.4 O escolanismo de Jonathas Serrano

No capítulo 2 do livro *A Escola Nova* (1932), o autor explica os equívocos do termo Escola Nova, de escola ativa e do excesso de disciplinas nos programas do ensino secundário, refuta os exames finais, ficando clara sua defesa da avaliação qualitativa em detrimento da avaliação quantitativa, além de constatar a ineficiência da excessiva autonomia do aluno. Ademais, manifesta a relevância do respeito à evolução dos interesses dos alunos, do ensino por projetos, utilizando para isso o método global e, também, dos horários flexíveis em relação aos programas de ensino.

Para Serrano, no Brasil, o termo Escola Nova entra em evidência após a reforma promovida por Fernando de Azevedo em 1928 no Distrito Federal. Entretanto, segundo ele, o próprio Fernando de Azevedo em seu livro *Novos Caminhos e Novos fins* (1931), explica que não se pode contestar a originalidade dos métodos propostos por educadores norte-americanos e europeus. Contudo, para a

reforma realizada no Distrito Federal, ele utilizou, do seu ponto de vista, as novas práticas de forma eclética, sem “exclusivismo partidários ou fanatismos de escola” (SERRANO, 1932 p. 32).

Do mesmo modo, Lourenço Filho, logo no início de sua obra *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (1930), relata sobre o equívoco da expressão, pois no decorrer do tempo sempre surgem práticas que são consideradas novas em relação às anteriores. Ressalta ainda Lourenço Filho: “Não existe novidade mais velha que a da Escola Nova” e explica que utiliza a expressão Escola Nova para expor as novas tendências e correntes da época (SERRANO, 1932, p. 33).

Logo, também julga como equivocada a ideia de método ativo, pois não é apenas a atividade do aluno que garante uma escola ativa. Serrano cita Clapàrede que também revelou as confusões a que o termo ativo pode levar, pois muitos acreditam erroneamente que se tratava apenas de um trabalho manual para um simples aprendizado. Para Clapàrede, foi Pierre Bovet³⁹ que lançou a expressão *Escola Ativa*. Diante disso, defende que o melhor conceito é de educação funcional, considerando o papel representado por este ou aquele processo durante a vida do indivíduo.

A educação funcional proposta por Claparède, segundo Serrano, possibilita a aprendizagem pelo método global. Segundo ele, o método analítico, isto é, o ensino partindo da leitura, do conhecimento das letras e das sílabas era um grave erro da Pedagogia Tradicional que a experiência permitiu corrigir. Para incorporar os conceitos ensinados, era preciso criar uma situação total e para isso o método de projetos era considerado por Serrano o melhor, pois permite partir de situações reais, concretas, aguçando a curiosidade e o desejo de ação. Neste sentido, Serrano novamente evidencia a importância da psicologia aplicada à educação.

Além do mais, Serrano relata que é preciso respeitar a evolução dos interesses dos alunos empregando o método direto e indireto. O primeiro acompanha a evolução da criança observando os interesses em cada estágio de desenvolvimento. O segundo deduz quais são os interesses dominantes em cada estágio, como exemplo: os jogos, as linguagens, as leituras prediletas. Serrano citou Nagy⁴⁰ para falar dos períodos de desenvolvimento das crianças.

Serrano critica a Pedagogia Tradicional em relação aos “horários mosaicos” dos programas de ensino, com distribuição regular das disciplinas. Este modelo facilita a organização, mas não é ideal para o ensino baseado nos centros de interesse. O próprio toque, entre cada disciplina interrompe

³⁹ Pierre Bovet (1878 – 1965) foi um psicólogo e pedagogo suíço. Foi diretor do Instituto Jean Jacques Rousseau de 1912 até 1924. “Foi um dos sintetizadores e difusores do amplo movimento teórico e metodológico de reforma educativa, denominado Escola Nova. A ele deve-se a utilização em 1917, pela primeira vez, do termo escola ativa, no lugar de escola do trabalho, por ter ficado este último, limitado.” Disponível em: <https://pgl.gal/pierre-bovet-diretor-do-instituto-j-j-rousseau/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

⁴⁰ Não foi encontrada referência ao autor Nagy. De acordo com a pesquisa realizada, ele é citado em trabalhos de psicologia que faz alusão à infância, principalmente sua obra *As teorias das crianças sobre a morte*, publicada em 1948.

as aulas e o interesse dos alunos, sendo que a próxima aula geralmente é de outra disciplina sem nenhuma ligação com a anterior. Contudo, Serrano afirma que as experiências realizadas na Suíça e na Alemanha com horários flexíveis, sendo ministrada uma disciplina a cada semana, demonstrou ser mais eficiente em relação ao interesse dos alunos, do que nas classes de horário tradicional.

Ainda assim, na educação funcional não se trata de flexibilizar e abolir o plano de trabalho. O plano é necessário para trabalhar o que é exigido, mas também deve dar flexibilidade o suficiente para dar sequência a exercícios mais interessantes e proveitosos. Nessa sequência, Serrano faz alusão a Lourenço Filho, que relatou a relevância do trabalho concomitante das três técnicas: leitura, escrita e cálculo para o bom desenvolvimento da educação.

Serrano finaliza o capítulo 2 relatando o exagero dos programas de ensino que esgotam professores e alunos. Para ele “[...] taes programmas são de facto, uma das causas mais lamentáveis da imperfeição do ensino” (SERRANO, 1932. p. 49). Nesse sentido, Serrano comprehende até o exagero de alguns estudos em relação a abolir os programas de ensino, mas ao mesmo tempo relata que as pessoas equilibradas não poderiam acatar essa proposta. Neste caso, a solução seria desenvolver um programa mínimo em que fosse dada liberdade ao professor de definir a ordem das disciplinas e conteúdos exigidos no programa.

Aliás, por meio de sua experiência, Serrano afirma que os exames são uma espécie de tabu que a rotina e interesses de ordem extrapedagógica não permitiram “destruir” (SERRANO, 1932. p. 53). Para ele, os exames deveriam ser aplicados somente nos casos em que o aluno por algum motivo não conseguiu participar do curso regular. Os alunos que participaram do curso regular deveriam ser avaliados para efeito de promoção por meio de provas periódicas, trabalho efetuados e médias obtidas. “Qual se faz ainda, é uma heresia pedagógica, um martyrio de discentes e docentes, uma sobrevivencia lamentável, em nossos dias de renovações audazes, de uma mentalidade anterior a pyshco-pedagogia” (SERRANO, 1932. p. 53).

Ao expor seu pensamento sobre os exageros da Escola Nova, percebe-se a linha tênue de Serrano em relação à crítica ou não de novas metodologias, pois ao mesmo tempo que ele advoga a favor delas, também apresenta as consequências dos exageros de tais práticas. Nesse ponto, Serrano demonstra a relevância do equilíbrio ao aplicar nas escolas as novas práticas e tendências pedagógicas.

3.5 A tese de Jonathas Serrano sobre os erros e exagerações da Escola Nova

No capítulo 4 do livro *Escola Nova: um debate sereno em uma palavra apaixonada*, intitulado “Erros e exagerações da Escola Nova”, Serrano mostra suas divergências com relação aos ideais escolanovistas. Diante disso, cabe aqui manifestar os “erros e exageros” da Escola Nova, assim

denominados pelo autor, quando se refere aos seguintes pontos levantados em seu livro: laicismo, o papel do Estado, a defesa da pedagogia social moderada, o erro da coeducação, os limites da educação sexual nas escolas, a relevância da psicanálise para a educação, os exageros psicométricos e do cientificismo. No tocante às temáticas educação sexual e psicanálise, não há menção no *Manifesto dos Pioneiros por uma Educação Nova*, de 1932.

Serrano não cita em seu livro a Carta Encíclica Pastoral *Divini Illius Magistri* com diretrizes acerca da educação cristã de jovens, mas a exposição contra alguns princípios presentes no Manifesto dos Pioneiros de 1932 como coeducação, educação sexual, e os exageros dos cientificismos deixa claro a adesão aos princípios presentes nas diretrizes cristãs dessa encíclica.

A seguir, far-se-á uma análise de cada um dos pontos enumerados no primeiro parágrafo dessa seção, iniciando pelo laicismo. No *Manifesto dos Pioneiros por uma Educação Nova*, no título “O Estado em face da educação”, mais especificamente na letra c denominada “A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação”, é aludido que estes quatro princípios são assentados na escola unificada e subordinados à finalidade biológica. Para os pioneiros:

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectários, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932. p. 476).

Em contrapartida aos ideais dos pioneiros, Serrano expõe, logo na introdução de seu livro, os motivos de não ter assinado o *Manifesto de 1932*. O autor assim diz:

Infelizmente não podemos ainda agora, como não o tínhamos então podido subscrever sem restrições vários dos seus conceitos (em matéria de intervenção do Estado na obra educativa, por exemplo) e, sobretudo, jamais aceitamos a princípio da laicidade. Esta divergência fundamental levou-nos a não subscrever o manifesto educacional publicado no Jornal o Comércio de 19 de março deste ano. Ao próprio autor, antes da publicação, tivemos o ensejo de explicar francamente as razões de nossa divergência (SERRANO, 1932. p. 5).

Serrano afirma que a “causa profunda de todos os erros” é a de uma pedagogia baseada em um sistema educacional agnóstico ou leigo, pois este sistema não é capaz de formar o homem integralmente em uma filosofia completa, com uma visão de vida com perspectivas morais e religiosas. Para ele, tanto o agnóstico quanto o leigo são incapazes de formar a criança para ser um homem concreto. Nesse sentido, Serrano cita uma passagem do livro *Casa dei Bambini* (1907), de Maria Montessori, que defende a educação religiosa.

Maria Montessori foi criada em uma família católica, e teve parte do seu trabalho da Casa das Crianças patrocinado e aplicado no seio de uma organização católica, a Ordem das Irmãs Franciscanas de Maria. Para ela, as linhas gerais da educação religiosa são as mesmas do projeto educacional da época e defendia que havia dois ramos interdependentes da educação: o que ensina a criança sobre o mundo exterior e a outra que ensina sobre a vida sobrenatural. Foi na escola modelo de Maria Montessori em Barcelona que foram desenvolvidas as primeiras iniciativas de educação religiosa de acordo com suas ideias. Conforme Trindade, Montessori discutia os fundamentos ideológicos e epistemológicos do seu pensamento e obra como recurso continuada a expressões que remetam ao ideário católico. Para isso, ela citava passagens da bíblia e fazia referências ao Cristo e aos santos.

Mais adiante, no livro, o decreto de 30 de abril de 1931 também foi comentado por Serrano:

[...] vários pontos do território nacional, aplaudia um acto que vinha pôr termo a uma situação ilógica e injusta – a imposição da laicidade também aos catholicos - , alguns impugnadores entenderam, e entendem, que o certo é contrario à liberdade de consciência! (SERRANO, 1932. p. 110).

Ainda com relação ao ensino religioso, Serrano argumenta:

Ora a verdade é que seria logico e justo, nos estabelecimentos officiaes, ensinar a religião nacional, a que formou a própria alma do Brasil, da maioria da população, a dos grandes vultos de nossa historia. O respeito à consciência individual estaria em não impor a descrentes esse ensino: aos que o declarassem expressamente, seria permitido não assistir ao curso de doutrina catholica (SERRANO, 1932. p.110).

Serrano era contra reconhecer a influência histórica de outros credos, pois o catolicismo era considerado por ele a religião mais “nobre e fecunda”, que garante a ordem, o respeito à lei, a prática de virtudes e a estabilidade social. Ademais, criticava o ateísmo por meio das seguintes palavras:

Atheismo ensina-se, tehorica e praticamente, sob a capa de neutralidade, há muito, em vários estabelecimentos officiaes. No próprio collegio Pedro II. E, em rigor, isto é que é ilógico e ofensivo do respeito à liberdade de consciência, pois a grande maioria dos alumnos pertence a famílias catholicas (SERRANO, 1932. p. 111).

[...] O laicismo, que ainda seduz tantos espíritos cultos já provou a sua incapacidade educativa. Sem base religiosa, as construções moraes não resistem a um sopro mais forte (SERRANO, 1932. p. 113).

O segundo ponto a ser analisado diz respeito à função do Estado e da pedagogia social moderada. Para os pioneiros de 1932, o Estado tem a função social e pública de fornecer a educação integral a todos os indivíduos. Cabe a ele organizar um plano geral de educação com uma estrutura orgânica e acessível em todos os graus para todos os cidadãos. Para isso, defendiam a ideia de uma “escola comum ou única”. Nesse contexto, o Estado não poderia interferir na organização das escolas

privadas, mas não poderia admitir dentro de sua estrutura o acesso a uma minoria, determinado por um privilégio econômico (MANIFESTO, 1932. p. 475).

No que diz respeito à função do Estado, por outro lado, Serrano relata que o Estado pede cooperação à família e à Igreja, mas sem abrir mão de ser a principal instituição que dita as normas reguladoras de todo o ensino, como se exercesse a função de docente. Para ele, a família é anterior ao Estado e cabe aos pais, educar os filhos. “Substituir o Estado à família, desconhecer o direito anterior dos pais, seria regredir até a época de Lycurgo” (SERRANO, 1932. p. 116). O Estado não deveria ter a função de professor, pois para isso lhe falta autoridade doutrinária. Sua função seria intervir para suprir ou completar a iniciativa privada e impedir que os pais deixem os filhos sem estudar e/ou abandonados. “O paes que não cumpre seus deveres merece ser coagido a fazê-lo ou depoijado do pátrio poder” (SERRANO, 1932. p. 11). Na verdade, na visão de Serrano, o Estado não poderia impor juridicamente um sistema de educação e de estabelecer obrigatoriamente o tipo de vestuário e alimentação de cada indivíduo.

O aumento das responsabilidades do Estado está relacionado ao erro filosófico que não reconhece o valor do indivíduo enquanto responsável por si próprio. Diante disso, relata que a pedagogia social radical de Dewey e Durkheim são as responsáveis por essas “[...] exxagerações sedutoras, em alguns dos nossos mais eminentes apologistas da Escola Nova” (SERRANO, 1932. p.118). A pedagogia social moderada, cujos principais representantes são Pestalozzi, Willmann, Poulsen, Kidd, Foerster (1926) e Hovre (1927) reconhece o erro da educação de responsabilidade exclusiva do Estado. Para consolidar tal afirmação, Serrano utiliza as seguintes citações:

Para Pestalozzi, o “direito à cultura individual é um direito da natureza humana superior ao direito do Poder”. E noutro passo: “[...] O Estado, que se preocupa, é verdade, com o saber e o poder, mas de forma alguma com o móvel dos actos do cidadão, não educa. Se tal é já o caso num Estado ideal, muito mais ainda no Estado concreto”.

Willmann é também contrario à usurpação socialista em pedagogia: “A tarefa da doutrina da educação e da formação só pode ser abraçada em toda a sua extensão, quando se une primeiramente o ponto de vista individual e social e se lhes reconhecem assim ao mesmo tempo os seus plenos direitos tanto à riqueza e à profundidade do fator individual, como à extensão dos complexos sociaes e históricos.”

Poulsen não discorda de Willmann em tal assumpto: “Pedaoggia individual e pedagogia social não se excluem: ao contrario são duas concepções que se devem mutuamente completar”.

Kidd, evolucionista e protestante, reconhecer que a socialidade é subordinada à moralidade e está à religiosidade.

Foerster, emfim: “Na pedagogia social moderna perdeu-se de vista a necessidade da educação individual para o progresso da vida social.” “A educação social mais eficiente não se encontra na adaptação à vida social, mas na tempera do caracter

pessoal contra a pressão das maiores, conta a tyrannia do egoísmo collectivo, contra a embraiguez das paixões nacionais”.

A pedagogia social moderada não está em desacordo com o Evangelho. Hovre o demonstra magistralmente: “A educação christã deve ser desenvolvida no sentido social; a educação social deve ser aprofundada no sentido christão.” (SERRANO, 1932. p. 119, grifo do autor).

Na verdade, por meio dessas citações, Serrano tenta enfatizar que a educação cristã deve levar em consideração as necessidades sociais da época. Afirma que Jesus Cristo não morreu pelo indivíduo, mas por toda a sociedade. E que é preciso viver pela salvação de todos e em harmonia com Deus, com a Igreja, com os Santos, devem ser colocados em evidência. “A nossa mocidade deve estar mais profundamente convencida de que a doutrina do Christo não visa unicamente levar-nos à vida eterna, mas assegura ao mesmo tempo à nossa vida individual e social sua maior força, sua persistência, sua consagração” (SERRANO, 1932. p. 120).

A coeducação também foi tema presente e discutido por Serrano em sua obra. Vale mencionar que a grande mudança, no panorama do País, em relação a este tema, surge com a Escola Nova. Os pioneiros justificavam que, na escola unificada, a separação entre os sexos dentro do ambiente escolar não deveria acontecer, a não ser pelas aptidões psicológicas e profissionais. Além do mais, a coeducação poderia ser mais econômica na organização da obra escolar. Era proposta uma igualdade formal de oportunidades, sem maiores reflexões sobre questões de gênero, étnicas ou socioeconômicas no espaço educativo (CARRA, 2019).

Para justificar o erro da coeducação, Serrano cita Foersterd (1926), Hovre (1927) e La Vaissiere (1926): “Cada um dos dois sexos deve primeiro vir a ser plenamente o que é e expandir seu caráter próprio, antes de poder tornar-se uma força pedagógica em condições de influir sobre o outro sexo” (FOERSTER, 1926). E Hovre (1927) insiste: “A coeducação tem por efeito effeminizar o homem e faz a mulher perder as graças e encantos de seu sexo”. La Vaissiere (1926) reconhece que há um tipo de psicologia diferente para o sexo feminino e masculino.

Serrano relembra que o papa manifesta na Encíclica sobre o Ensino, de forma severa os inconvenientes da coeducação e que “os extremistas apresentam como uma das mais notáveis conquistas da pedagogia nova” (SERRANO, 1932. p. 123).

Os pioneiros não se manifestaram em relação à educação sexual no *Manifesto de 1932*. Ao discorrer sobre o tema, Serrano alude que é necessário orientar os adolescentes, de forma individual, a respeito das questões sexuais a fim de preservá-los da ignorância, pois na coletividade pode ser nocivo do ponto de vista moral. Argumenta que a ciência experimental ensina que a teoria leva à prática. Por isso, não indica orientar os jovens de forma coletiva nem fazer o uso de imagens “excitantes ou perturbadoras”, pois pode estimular a imaginação e excitá-los ainda mais. Esse assunto

deve ser iniciado por parte da família levando em consideração o senso de oportunidade. Entretanto, ele evidencia que nem todos possuem um lar em condições de propiciar tais orientações de “modo conveniente”. O autor cita Foerster (1928) para a defesa da ideia de que iniciar a educação sexual na escola é um “imperdoável erro pedagógico”. E segundo Hovre (1927):

Na questão extremamente delicada da educação sexual, importa agir de modo indireto, pela formação geral do caráter, pela pedagogia dos derivativos pela iniciação – não de baixo (*physiologica*), mas do alto: iniciação ao poder do espírito sobre a carne ao destino superior do homem, etc; preparação à vida sexual por solida formação da vontade, pela hygiene da imaginação, pelo trabalho manual, pela salvaguarda do sentimento do pudor e sobretudo pela comunicação dos firmes e sólidos principios moraes do Christianismo (HOVRE, 1927, p. 353-354, citado por SERRANO, 1932, p.125).

Quanto à contribuição da psicanálise de Freud, Serrano utiliza alguns autores a favor e outros contra a contribuição dessa teoria, mas não chega a se posicionar. No início do texto ele explana sobre a teoria e chega a expor a seguinte conclusão: “[...]a psychanalyse é de enorme alcance educativo, permittindo conhecer melhor a criança e sublimar-lhe as tendências”. Mas logo duvida: “Será exacto este panegyrico?” e na sequencia cita La Vaissiere (1926) para justificar o erro das possíveis contribuições da psicanálise para a educação:

É certo, do ponto de vista especulativo, que todas as tendências da vida sensitiva, considerada em si mesma, se grupam sob uma mesma finalidade dynamica, a conservação da espécie. O homem, porém, não é apenas um animal: acima das tendências sensitivas possue as tendências intellecuas. Reduzir estas àquellas é um erro de psychologia, desmentido experimentalmente (LA VAISSIÈRE, 1926, p. 290-301, citado por SERRANO, 1932, p. 128).

Os pioneiros também não se manifestaram diretamente sobre a questão da psicanálise.

Ao analisar os testes psicológicos, Serrano coloca objeção aos resultados de tais testes, uma vez que não permitem uma exata interpretação das medidas. Para isso, cita Claparède que afirma que o cálculo de probabilidade aplicado aos erros não inspira confiança, pois fornece resultados precisos somente no caso de problemas dedutivos e, os problemas propostos pela área de psicologia e biologia são de ordem indutiva. O método estatístico também aumenta a dificuldade de interpretação e a probabilidade de erro. É preciso haver rigor metodológico, pois os resultados podem admitir mais de uma interpretação. É o que Serrano identificaria como exageros dos testes psicológicos

No *Manifesto dos Pioneiros* também não há menção explícita aos testes psicológicos, mas, sim, uma referência à importância de uma educação mais personalizada que respeita as diferenças individuais, isto é, “[...] adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento” (MANIFESTO, 1932, p. 480).

Foi no início do século XX que o ramo da psicologia ganha força no campo da objetividade; em particular a psicologia aplicada à educação que se inseriu na cultura escolar da época graças ao fortalecimento do chamado “movimento dos testes” no âmbito de várias Escolas Normais e Diretorias-Gerais da instrução pública” (MONARCA, 2001, p. 14). Assim, Lourenço Filho foi um dos intelectuais que esteve à frente dos estudos experimentais com testes psicológicos realizados na escola-modelo anexa à Escola Normal de Piracicaba, cujos estudos resultaram na publicação, em 1921, da obra: *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita.*

Com o propósito de analisar o cientificismo, Serrano defende que a pedagogia científica apresenta um determinado fim, mas não consegue discutir, determinar um valor para determinados fins que só cabem ao que Claparède chama de “Pedagogia dogmática” (ou teleológica) que recorre à moral, à filosofia, à estética e à religião para orientar a ação educativa.

Como toda sciencia distincta da Metaphysica, supõe a Pedagogia certos princípios que constituem um corpo de axiomas e postulados, cuja justificação se deve pedir a um ramo superior de conhecimentos. Para determinar o que faz o homem de bem, é mister dirigirmo-nos às sciencias que indicam o que o homem deve ser, por conseguinte à Ethica e a Theologia. (LA VAISSIÈRE, 1926, p. 5, citado por SERRANO, 1932, p.136).

[...]

Distinguir, portanto, ideal pedagógico, da realidade e do methodo, é uma condição prévia de ordem e harmonia, necessitar a sciencia da educação. É só assim poderemos chegar a uma pedagogia integral, que não sacrifique o equilíbrio fundamental entre a ordem natural e a ordem sobrenatural das coisas (TRISTÃO DE ATHAYDE, 1931, p. 19, citado por SERRANO, 1932, p. 136).

No tocante a este tema, os pioneiros deixam clara a defesa de uma educação baseada nos princípios laicos e científicos, na seguinte passagem do *Manifesto*:

Ora, assenta a finalidade da educação e definidos os meios de ação ou processos de que necessita o indivíduo para o seu desenvolvimento integral, ficam fixados os princípios científicos sobre os quais se pode apoiar solidamente um sistema de educação (MANIFESTO, 1932, p. 481).

Para os pioneiros, a nova política educacional deveria romper com a excessiva formação literária, com o objetivo de atribuir a esta, um caráter mais científico e técnico. Apresentados alguns aspectos discutidos por Serrano, explícitos ou não, no *Manifesto dos Pioneiros*, a próxima tarefa é analisar o julgamento de tal manifesto, realizado pelo autor.

3.6 Serenidade Científica: o julgamento do Manifesto de 1932

Na visão de Serrano, o que mais prejudicava o *Manifesto dos Pioneiros* e que deveria ser analisado e julgado com serenidade eram os “graves erros philosophicos, sociológicos, psychologicos e até históricos de alguns dos seus mais ardentes apologistas” (SERRANO, 1932. p. 141). Tais erros foram assim pontuados pelo autor: o desconhecimento dos valores do espírito, a redução do problema educacional ao campo meramente biológico e psicológico; o laicismo que era incompatível com a educação integral, moral e religiosa, a omnipotência do Estado que invadia os direitos da família; o exagero da coeducação, e o mais grave erro de achar que somente a ciência poderia oferecer um ideal de vida. Para ele, sem educação religiosa não poderia existir uma educação verdadeiramente completa, integral e eficiente.

Serrano afirma ainda que os “mestres estrangeiros” (europeus e americanos) não conheciam a realidade brasileira e, assim, todos os problemas não poderiam ser olhados somente pelas “lentes” deles. Serrano insiste em relação à crítica ao laicismo:

Destas, a maioria, a grande maioria quasi totalidade, que no magistério, que no recesso dos lares, é de elementos catholicos, de tradição, de formação e de convicção, também. Esta é a realidade brasileira. Tudo que a contrarie é antipedagógico, é deseducativo, é prejudicial (SERRANO, 1932. p. 145).

Assim, o autor critica o unilateralismo de alguns intelectuais da Escola Nova, como exemplo, a preocupação exclusiva das pesquisas experimentais; a presunção de reduzir tudo a medidas rigorosas e ao plano meramente natural. A pedagogia também é considerada pelo autor como “mutilada” por não propiciar uma educação integral. Por fim, afirma que tudo que existia de fundamental na Escola Nova já se encontrava nas referências dos “mestres e pensadores catholicos” (SERRANO, 1932. p. 145).

De acordo com Freitas (2010, p. 119), Serrano diferenciou dois atores históricos com funções distintas no campo educacional e pedagógico. De um lado, estavam os autores da escola ativa e, de outro, os “grandes mestres” formados por pedagogos e psicólogos experimentais como Montessori, Decroly, Kershensteiner, Binet e Claparède. Logo, como seus representantes no Brasil estava o grupo de intelectuais que subscreveu o *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, “[...] boa parte deles movida pela “rósea visão do entusiasmo”; e a dos “emperrados”, posição de alguns católicos do Centro Dom Vital”.

Serrano utilizou uma estratégia discursiva, criou um estilo cauteloso e sereno nos debates educacionais e apresentou ao leitor um “programa de serenidade”. Por meio dos títulos como “Nem

extrema esquerda, nem extrema direita” fica clara a posição moderada de Serrano: “[...] Enquanto os problemas pedagógicos forem discutidos com o vocabulário e os argumentos de paixões partidárias ou preferências pessoais ou da vaidade exibicionista – o grande e o único prejudicado é o próprio ensino” (SERRANO, 1932, p. 8).

Assim sendo, apresentou-se como um educador moderado, que aceitava as ideias escolanovistas, mas se afastava dos posicionamentos que considerava extremos, tanto dos pioneiros quanto dos “emperrados”. Para isso, deixa claro que os “erros e exagerações” não estavam nas ideias em si, mas sim na forma como esses conhecimentos eram aplicados, pois deveriam respeitar as características do meio e as tradições nacionais, que para o autor faziam parte de uma vertente católica.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O início do século XX, no Brasil, foi um período de intenso debate e de disputas entre intelectuais de diferentes posições filosóficas e políticas que buscavam propor soluções para a educação. Nesse contexto, surgiu a disputa entre dois modelos pedagógicos distintos, a Pedagogia Tradicional representada pelo grupo dos católicos, e a Escola Nova, representada pelos intelectuais escolanovistas, também conhecidos como renovadores. Ambos os grupos acreditavam que a reforma da educação poderia garantir a reconstrução da sociedade. Entretanto, cada grupo se apropriou dos princípios da Escola Nova de maneira singular e de acordo com sua filosofia.

Nesse cenário, Jonathas Serrano foi um intelectual católico que se inseriu nessas disputas educacionais de maneira recorrente. Ele se posicionou a favor do movimento da reação católica, mas não de maneira extremada, visceral.

Por intermédio da análise do livro de Serrano, *Escola Nova: uma palavra apaixonada em um debate apaixonado* (1932), foi possível compreender e levantar as aproximações e distanciamentos de seu pensamento em relação ao *Manifesto de 1932*, bem como aprofundar as discussões sobre a participação de Serrano enquanto professor de História no programa Universidade do Ar, cujo objetivo era a formação de professores.

O pensamento de Serrano foi ao encontro dos ideais da Escola Nova na medida em que defendia a educação aliada a uma filosofia; diferiu o conceito de educação e pedagogia; foi a favor da psicologia enquanto disciplina essencial para o curso de formação de professores nas Escolas Normais, e da prática educacional baseada em métodos ativos e progressistas.

Ademais, ele defendeu reformas escolanovistas, como a realizada por Fernando de Azevedo, em 1927, no Distrito Federal. Na obra analisada, evidencia tal reforma como uma “campanha de renovação integral” (SERRANO, 1932. p. 4). Mas, também, reconhece as inovações das gestões anteriores. De acordo com essas afirmações, demonstra ser um intelectual sóbrio e comedido, porque consegue compreender o lado positivo das reformas educacionais realizadas no início do século XX, não fazendo uso apenas da crítica pejorativa. Serrano foi considerado tradicional por ser católico, mas em relação à educação estava em defesa dos ideais escolanovistas desde que não fossem contra os princípios de sua religião.

No que tange aos aspectos de prática educativa, demonstrou estar em consonância com o que era considerado mais moderno na época: métodos ativos das novas correntes pedagógicas que passaram a colocar a criança no centro do processo educativo, utilizando para isso, os métodos experimentais.

Em relação às metodologias de ensino, Serrano, assim como os escolanovistas, defendeu a interdisciplinariedade do ensino de leitura; o ensino de matemática mais lúdico, baseado nas situações do dia a dia; o ensino de Ciências Físicas, Naturais e Geográficas baseado em experiências e uso de imagens, mapas e tabelas; o ensino de História com excursões a museus, arquivos e bibliotecas. De acordo com o capítulo 3, *Didática Renovada*, é notória a abertura de Serrano às novas correntes pedagógicas ligadas ao método ativo, em que a criança participa e aprende por meio da experimentação.

Assim como os escolanovistas, o autor defendeu o uso do cinema e do rádio na educação enquanto recursos tecnológicos que poderiam estimular a curiosidade e o entusiasmo dos estudantes. Tal constatação é identificada na participação de Serrano enquanto entusiasta e professor de História do Brasil no programa de formação de professores Universidade do Ar, veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que possibilitou formar professores nos locais mais longínquos do país; e em sua participação na autoria da obra *Cinema Educativo* (1930), em conjunto com um signatário do *Manifesto de 1932*, Francisco Venâncio Filho, na qual defendiam o controle de censura e o uso do cinema e rádio na educação.

De fato, a ênfase dada ao uso do cinema na educação aconteceu devido à possibilidade de produzir documentários e filmes em uma linguagem mais acessível que a dos livros e do rádio. Tal constatação está diretamente relacionada com o alto índice de analfabetos da época. Por esse ângulo, o cinema poderia ser utilizado de forma concomitante a gerar resultados na sala e aula e introduzir valores para as massas analfabetas.

Ainda no capítulo 3 da obra analisada, Serrano revelou que as principais justificativas por não ter assinado o *Manifesto de 1932* foram a defesa dos escolanovistas na intervenção total do Estado na educação e o princípio da laicidade. Assim como os demais católicos, deixou claro ser contra os ideais comunistas; a intervenção do Estado na educação (obrigatoriedade e gratuidade), a coeducação, o ensino laico, a educação sexual; condenou o excessivo cientificismo e os testes psicométricos (psicológicos), além de advogar a favor de uma pedagogia social moderada.

Para defender a educação sexual iniciada em casa, pela família, Serrano citou intelectuais católicos como Foerster (1928) e Hovre (1927). E, quanto à psicanálise, ele traz pontos positivos e negativos de teoria desenvolvida por Freud. Segundo ele, educadores como Claparéde e Pierre Bovet expunham os aspectos positivos da teoria da psicanálise aliada à educação. Mas finaliza citando três autores que fundamentam o porquê da psicanálise não auxiliar na educação, entre eles: La Vaissiere,

Stern⁴¹ e Renato Jardim⁴². Nesse ponto, Serrano apresenta os pontos positivos e negativos da psicanálise aliada à educação, mas não fica evidente a sua posição.

No que tange aos resultados dos testes psicométricos, seriam admitidos somente para os problemas de ordem dedutiva, pois os problemas de ordem indutiva, advindos de áreas como a Psicologia e Biologia, aumentavam a probabilidade de erro devido à dificuldade de interpretação e rigor científico. Para Serrano, a pedagogia científica consegue chegar a um determinado fim, mas alguns fins não são de sua competência e precisa da pedagogia dogmática, que recorre à religião para orientar a ação educativa, ou seja, para orientar a educação integral, que não está somente no domínio da ciência, mas também no plano da metafísica, isto é, no plano sobrenatural.

Na verdade, ao mesmo tempo que Serrano se aproxima dos escolanovistas em relação à defesa da educação baseada em uma filosofia, se afasta quando defende que tal filosofia deve ser católica. Para os escolanovistas, a filosofia deveria ser fundamentada na concepção de vida que não seja religiosa e sim ligada aos ideais de liberdade e democracia.

A responsividade da obra de Serrano não é incendiária igual ao *Manifesto de 1932*. De forma serena, ele se posiciona e apresenta argumentos em um tom mais de justificativa do que de contraposição aos ideais escolanovistas que não concordava. Sua obra revela o diálogo com vozes que concordam e refutam e que mostram a contradição entre seus ideais, apresentando, assim, em sua posição de regente no coro de vozes, sua singularidade frente aos ideais educacionais tradicionais, e a refutação de alguns princípios da educação proposta pela Escola Nova. Dessa maneira, dialogou de maneira polifônica com os intelectuais da educação do seu período.

Ele foi um intelectual que produziu sentido ao se apropriar dos ideais escolanovistas, ressignificando-os e reinventando-os conforme seus ideais filosóficos. Assim, por meio da análise das suas redes de sociabilidade, seus itinerários e sua geração, foi possível constatar que Serrano foi um intelectual criador e mediador; disseminou práticas e saberes; dialogou com os campos intelectuais católicos e escolanovistas; engajou-se na cultura e política brasileiras e na escrita da história nacional.

Ele esteve presente enquanto *ethos* que toma corpo, ou seja, enquanto uma figura que por meio de sua imagem, de sua representação social, criou um estilo de enunciação, um fato de estilo do campo educacional católico. Ele se configurou como um orador pertencente ao campo da confiança dos principais representantes do país em relação ao ensino de História.

41 Não foram encontradas referências.

42 Renato Maurity Jardim (1867-1951) foi um intelectual que participou ativamente na cena educacional e política brasileira nas primeiras décadas do século XX, tendo sido responsável por iniciativas de reforma educacional e ativo participante nos mais importantes debates sobre a educação ocorridos na época.

Decerto, este influente intelectual brasileiro demonstrou seu posicionamento em uma linha tênue entre os princípios da Escola Nova e da filosofia do catolicismo. Ora na defesa dos princípios da Escola Nova, ora justificando seus exageros, assim como na doutrina católica, ora criticando as posições extremadas, ora em defesa de sua filosofia da educação diante da construção do progresso da sociedade.

Diante disso, levanta-se uma nova questão: até que ponto Jonathas Serrano se aproximou e se distanciou em relação ao posicionamento reacionário das encíclicas papais publicadas no final do século XIX e início do século XX, entre elas: *Quanta Cura* (1864), *Sylabus Errorum* (1864), *Ubi Arcano Dei Consilio* (1922), *Divini Illius Magistri* (1929) e *Quadragesimo Anno* (1931), dentre outras? Na obra analisada, fica claro o posicionamento de Serrano em consonância com os princípios da educação cristã contidos na encíclica *Divini Illius Magistri* (1929). As demais encíclicas citadas referem-se a posicionamentos e orientações por parte da Igreja em relação aos erros da era moderna, orientações contra a tendência de reduzir a fé a uma questão privada, a favor da restauração social. Temáticas estas que desembocam no pano de fundo das orientações prescritas na encíclica da educação cristã *Divini Illius Magistri* (1929).

Acredita-se que essa pesquisa possa contribuir para a compreensão do posicionamento de Jonathas Serrano em relação à sua filosofia católica equilibrada, que visava a uma formação integral do homem tanto no campo científico quanto no metafísico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 67, 18 dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 1º set. 2020. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879>.
- AMARAL, T. C. I do; SECO, A. P. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **1930: a atualidade da revolução**. São Paulo: Moderna, 1980.
- ANDRADE, Maria do Carmo. Dom Vital. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- ARANHA, J.; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). **Antropologia Brasiliiana**: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 247-270.
- ARANTES, J. T. A influência de Jean-Obide Decroly na reforma educacional no Brasil. **Agência FAPESP**, São Paulo, 7 maio 2015. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/a-influencia-de-jean-obide-decroly-na-reforma-educacional-no-brasil/21113/>. Acesso em: 19 set. 2020.
- ARAÚJO, M. M. de. A educação tradicional e a educação nova no Manifestos dos pioneiros (1932). In: XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARDUINI, G. **Em busca da Idade Nova**: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. São Paulo: Edusp, 2015.
- ARDUINI, G. O Centro Dom Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1940. In: RODRIGUES, C. M.; DE PAULA, C. J. (Org.). **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 45-74.
- AZEVEDO, F. Introdução ao Manifesto de 1932. In: **A educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1958b.
- AZEVEDO, L. C. de. **A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960)**. 2004. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11997/808>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- AZZI, R. **História da educação católica no Brasil**. São Paulo: Simar, 1999.
- AZZI, R. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: EducaM/CAAL, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEIRED, J. L. B. **Sob o signo da nova ordem.** Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

BEZERRA, P. Polifonia. In: **Bakhtin:** conceitos-chave. BRAIT, Beth. (Org.). São Paulo: Contexto, 2014.

BIANCO, N. D.; PINHEIRO; E. B. B. P. Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão pública brasileiro. In: BIANCO, N. Del.; KLOCKNER, L.; FERRARETTO, L. A. (Org.). **80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/170915/001055246.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BLOCH, M. **Introdução à História.** Portugal: Publicações Europa América, 1997.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2014.

BUFFA, E. **Ideologias em Conflito:** Escola Pública e Escola Privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CÂMARA, S. A Reforma Fernando de Azevedo e as Colmeias Laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: ARAÚJO, J. C. S.; MIGUEL, M. E. B; VIDAL, D. G. (Org.). **Reformas Educacionais:** as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 177- 196.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, R. D. de; MAHL, M. L. **História da Educação III.** Guia elaborado para o curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: [s.n], 2008.

CARDOSO, Lilian A. M. **O Jornal “A Cruz”:** uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920). 1995. 131 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995.

CARRA, P. R. A. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50310>. Acesso em: 10 set. 2019.

<https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-15>.

CARVALHO, M. S.; CHAUÍ, M. S. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, M. M. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CASTRO, Z. O. de. Antecedentes do Regalismo Pombalino. In: CASTRO, Z. O. de. **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id172id239&sum=sim> Acesso em: 25 mar. 2020.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. A operação histórica. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COELHO, P. Intelectuais em defesa da radiocultura (1920-1930). **InterCom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 37, p. 40-50, 2014a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v37n2/1809-5844-interc-37-02-0051.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.
<https://doi.org/10.1590/1809-584420142>.

COELHO, P. Os Pioneiros do Rádio e os desafios da regulamentação da radiodifusão no Brasil nos anos 1920. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, p. 23, 2014b. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/3962/2300>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1988.

CURY, C. R. J. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400012>.

DANTAS, C. V. **A Ordem**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ORDEM,%20A.pdf> Acesso em: 24 jul. 2018.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES. Academia Portuguesa de História. Disponível em: http://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/academia_port_historia_II.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929. Carta Encíclica Pastoral de sua santidade Papa Pio XI. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 09 set. 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARIA FILHO, L. M. de.; LOPES, E. M. T. (Org.). **Pensadores sociais e história da educação 2**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FERREIRA, R. de C. C. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade de São Paulo, Assis, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93413/ferreira_rcc_me_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 1 mar. de 2019.

FERREIRA, M. de. M; MONTALVÃO, S. **Jornal do Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 3 jan. 2020.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2018.

FILHO, F. V.; SERRANO, J. **Cinema e Educação**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.

FILHO, F. V. **Discurso de Inauguração da Universidade do Ar**. 19 de abril de 1941. Museu da Imagem e do Som/ Rio de Janeiro. Catálogo 42.569, CD 1643, faixa 05.

FREITAS, I. **A pedagogia da história de Jonathas Serrano para o ensino secundário brasileiro (1913-1935)**. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

GILIOLI, R. de S. P. **Educação e cultura no rádio brasileiro**: concepções de radioescola em Roquette-Pinto. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Cultura, Organização e Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GALVÃO, A. M. O.; LOPES, E. M. T. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-275.

GOMES, F. J. S. Quatro séculos de Cristandade no Brasil. In: MOURA, C. A. et al. (Org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 2011. v. 1, p. 25-40.

GOMES, A. M. C.; HANSEN, Patrícia Santos (Org.). **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, I.; LUZ, M. G. E.; TERUYA, T. K. **Roquette-Pinto e o discurso sobre mídia na educação.** Anais da Semana da Pedagogia da UEM. Maringá, 20 a 24 de Set.2010. Disponível em: <http://nt5.net.br/publicacoes/IA RA_MARClA_TERESA_artigo_Roquette_Pinto.pdf>. Acesso em: 09 ago 2011.

GONDRA, J; MIGNOT, A. C. V. **Viagens pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P. O império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). **Ciência Civilização e Império nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 265-285.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **A Noite.** Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite>. Acesso em: 08 ago. 2013.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Lerning, 2011.

HORTA, J. S. B. **Histórico do Rádio Educativo no Brasil** (1922/1970). Cadernos da PUC – RJ. Tópicos em Educação. SérieEducação. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, no 10, p. 73-124, setembro 1972.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In. LE GOFF, J. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITÃO, C. F. M. **Discurso de Inauguração da Universidade do Ar.** 19 de abril de 1941. Museu da Imagem e do Som/ Rio de Janeiro. Catálogo 42.569, CD 1643, faixa 04.

LEITE, A. C. C. A. **A noção de projeto na educação:** O método de projeto de William Heard Kilpatrick. 2007. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10606/1/Ana%20Claudia%20Caldas%20de%20Arruda%20Leite.pdf>. Acesso em: 19 set 2020.

LENHARO, A. **Sacralização da política.** Belo Horizonte: Papirus, 1986.

LOPES, S. M. C. N. Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939): formando mestres segundo os princípios da educação renovada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, 2006, Goiânia. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/359.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

MAGALHÃES, L. **Discurso de Inauguração da Universidade do Ar.** Museu da Imagem e do Som/ Rio de Janeiro. 19 abr. 1941. Catálogo 42.569, CD 1643, faixa 02.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gêneze dos Discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições: 1995.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. In: ARAÚJO, J. C. S.; MIGUEL, M. E. B; VIDAL, D. G. (Org.). **Reformas Educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 65, n. 150, o. 407-425, maio-ago, 1984. MICELI, S. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MONARCHA, C. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação: São Paulo, 1922 -1933**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MOURA, C. AL. D. de. “Restaurar todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil (1916 – 1942). In: RODRIGUES, C. M. e DE PAULA, Christiane J. **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 15-44.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.

OLIVEIRA, D. F. **O jornal A Cruz**: Imprensa católica e discurso ultramontano na arquidiocese de Cuiabá (1910 – 1924). 2016. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

PALMER, J. A. **50 grandes educadores**. São Paulo: Contexto, 2016.

PIMENTEL, F. P. **O Rádio Educativo no Brasil**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec, 2010.

ROQUETTE-PINTO, E. **Rádio, Revista da Rádio Sociedade**. Rio de Janeiro; São Paulo, n. 19, p. 10, 1924. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16&sid=19>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo horizonte: Autêntica, 2008.

RENON, Raymond P. **The educational work and theory of Franz De Hovre**. 1954. Master's Theses. Paper 1227. Disponível em: https://ecommons.luc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2226&context=luc_theses. Acesso em 18 maio 2020.

RODRIGUES, C. M. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica/FAPESP, 2005.

RODRIGUES, C. M. **Aproximações e conversões**: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1920-1946. São Paulo: Alameda, 2013.

RODRIGUES, C; PEIXOTO, R. A. O catolicismo no Brasil do período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade. In: **Igrejas e Ditaduras no mundo lusófono**. (Org.). Maria Inácia Rezola e Leandro Pereira Gonçalves. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019.

RODRIGUES, J. P. Kerschensteiner e a sua Escola do Trabalho. **PGL.gal**, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://pgl.gal/kerschensteiner-escola-do-trabalho/>. Acesso em: 19 set. 2020.

ROMERO, M. H. C. **UNIVERSIDADE DO AR**: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 – 1944). 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SALVADORI, M. A. B. Sonoras cenas escolares: histórias sobre educação, rádio e humor. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, n. 24, p. 167-191, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38521/20052>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, B. B. M. Uma escola para poucos. **Saiba História**, 7 out. 2012. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2012/10/uma-escola-para-poucos.html>. Acesso em: 21 out. 2013.

SAROLDI, L. C.; MOREIRA, S. V. **Rádio Nacional**: O Brasil em sintonia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SAVIANI, D. A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHMIDT, M. J. **Discurso de Inauguração da Universidade do Ar**. 19 de abril de 1941. Museu da Imagem e do Som/ Rio de Janeiro. Catálogo 42.569, CD 1643, faixa 03.

SERRANO, Jonathas. **A Escola Nova**: uma palavra serena em um debate apaixonado. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.

SERRANO, Jonathas. **Resposta ao Inquérito do Tangará**. Rio de Janeiro, 1942.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H.M. **Brasil**: Uma biografia. Caderno de Atividades, resumos, atividades propostas e conceitos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/CadernoAtividadesBrasil-umabiografia.pdf. Acesso em: 05 nov 2020.

SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. Tempos de Capanema. **Coleção de Estudos Brasileiros**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SILVA, G. J. **O batismo de Clio**: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908 – 1944). 2015. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2015.

SILVA, I. B. M. A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). **Projeto História**, São Paulo, n. 41, p. 519-614, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6556>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SILVA, M. B. do N. **Escola Nova na “Página de Educação” (1930-1933): navegando nas palavras de Cecília Meireles no “Diário de Notícias”**. 2015. 161f. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19572/1/EscolaNovaPagina.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, R. F. **Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de Theobaldo Miranda Santos**: um estudo sobre manuais de ensino. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3244.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964). 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, N. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. **Atualidade Teológica**. Rio de Janeiro, v. 46, p. 127-144, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23290/23290.PDFXXvmi=>. Acesso em: 28 março 2020.

TRINDADE, R. Maria Montessori: educação, ciência e catolicismo. **Unisinos**. 22(3): 236-244, jul.-set. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2018.223.01/60746423>. Acesso em: 18 maio 2020.

<https://doi.org/10.4013/edu.2018.223.01>.

TRONCA, I. **Revolução de 1930**: A dominação oculta. 9 ed. Brasília: Brasiliense, 1995.

VALDEMARIN, V. T. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, C. G. Manifesto dos pioneiros de 1932: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social. In: XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VELLOSO, M. P. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. **Ciência Política**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, v.21, n. 03, p.117 – 160, jul./ set. 1978.

VIDAL, D. G. O Inquérito sobre a Instrução Pública (1926) e as disputas em torno da educação em São Paulo. In: ARAÚJO, J. C. S.; MIGUEL, M. E. B; VIDAL, D. G. (Org.). **Reformas**

Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011, p. 99-120.

VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WARDE, M. J. Legado e legatários: questões sobre o Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação:** um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional:** um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). 1993. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório:** educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/ EDUSF, 1999.

XAVIER, L. N. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação:** um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação:** um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANATTA, R.M. **Jonathas Serrano e a escola nova no Brasil:** raízes católicas na concepção progressista. 2005. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.